

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação de História  
História Social  
Sociedade, instituições e Poder

**As Elites Açucareiras em Pernambuco: Um estudo sobre a heterogeneidade da  
açucarocracia pernambucana nas últimas décadas do Império.**

**Glauber Guedes Ferreira de Lima**

Brasília, Maio de 2007

**Glauber Guedes Ferreira de Lima**

**As Elites Açucareiras em Pernambuco: Um estudo sobre a heterogeneidade da  
açucarocracia pernambucana nas últimas décadas do Império.**

Dissertação apresentada  
ao Programa em História  
Social da Universidade de  
Brasília, para a obtenção  
do título de mestre.

Orientadora:

Prof. Dra. Vanessa Brasil

Brasília, Maio de 2007

## **Membros da Banca**

Vanessa M. Brasil (PPGHIS – Presidente)

---

Marcos Magalhães (Senado)

---

Flávio Versiani (ECO-UnB)

---

José R. Vergolino (CCSA-UFPE – Suplente)

---

“Dedico esta dissertação a todo povo pobre e trabalhador da Zona da Mata de Pernambuco, os quais carregam consigo a marca da exploração sofrida ao longo da história do açúcar, e que num breve momento desta se fizeram representar num homem que fomentou a esperança de transformação da realidade sob a forma de luta organizada e de representação política. Seu nome era Miguel Arraes de Alencar.”

## Agradecimentos

Esta dissertação é fruto de dois anos de pesquisa em que estive na condição de aluno de pós-graduação em História da Universidade de Brasília. Contudo, sua história particular se inicia num momento bastante anterior ao meu ingresso neste curso, o que implica num agradecimento longo as pessoas, que por motivos diversos, foram importantes na realização deste trabalho.

Agradeço fundamentalmente as duas pessoas em que eu me espelho e me orgulho todos os dias de tê-los na minha vida. Acredito estar minha gratidão melhor representada na confissão que faço do desejo que tenho de que um dia meus filhos possam se orgulhar de me terem como pai da mesma forma como eu me orgulho dos meus. A minha mãe Rosilda Remígio Guedes, e meu pai José Ivan de Lima, afirmo que o resto de minha vida é muito pouco pra agradecê-los por tudo que já fizeram por mim.

A minha sobrinha Brenda e aos meus irmãos João Augusto, Ivan Márcio e Ênio, que cada qual ao seu modo, deixam claro que torcem muito por mim. Fico muito feliz em não decepcioná-los, e levado por um sentimento nostálgico de nossa infância, aumentado pela saudade, torço muito pra que a vida nos reconduza a uma proximidade física num futuro não muito distante.

Ao meu tio José Remígio, pelo companheirismo incomum e pela conversas as quais ecoam frequentemente na minha memória. Espero ser merecedor daqui pra frente de todas as palavras de confiança a mim dirigidas.

Ao meu grande amigo e companheiro de empreitadas sérias e inusitadas Caetano de'Carli. Sentindo claramente neste momento o prazer diante do cumprimento dessa etapa em nossas vidas, vejo o quanto foi importante os percalços surgidos e a forma corajosa com a qual encaramos isso tudo.

A minha orientadora, a profa. Vanessa Brasil, pela atenção e incentivos despendidos comigo ao longo desses 2 anos de curso. Embora todas as sugestões e conversas sobre a dissertação tenham sido muito frutíferas, a paciência e a compreensão inesgotáveis diante dos obstáculos na fase de elaboração desta dissertação é que me despertam um sentimento maior de gratidão.

Aos meus professores e amigos Flávio Versiani e José Vergolino por todas as oportunidades concedidas e pelas palavras constantes de incentivos. Me deixa muito

feliz o fato da conclusão desta dissertação nem de longe significar o término desta parceria que já dura 6 anos.

A um grande amigo que já se foi e que me concedeu a certeza absoluta, enquanto estive em sua companhia, que onde quer que ele estivesse iria estar sempre torcendo por mim. As aulas regadas a carne de bode e whisky, em pleno sertão pernambucano, aguçaram minha instigação pela pesquisa histórica, e se a resignação me permitiu acostumar-me com a idéia de não ouvi-lo opinar mais sobre os meus trabalhos, espero que com a conclusão deste justifique toda a confiança e palavras de elogio a mim concedidas. Ao historiador sertaniense Fernando Patriota todo meu agradecimento onde quer que você esteja.

Ao professor Marc Jay Hoffnagel, do Departamento de História da UFPE, pela grande contribuição inicial na formulação deste trabalho, e pelas palavras de incentivos nos momentos adversos.

Aos amigos de Recife Jamerson Kemps, Bruno Lins, Bruno Romero, Chico, Erick Morris, Manuel Rafael, Rodrigo Nery, Dudu Vergolino, Rodrigo Peixoto, Alex Silva, Antônio Pessoa, Luiz Augusto, Ívina Peixoto, Severiano, Lúcia, Luiz Gustavo e outros que por ventura eu tenha me esquecido dos nomes. Aqui em Brasília não tem nenhuma ladeira com frevo, nenhuma praia de sol escaldante pra se tomar cerveja, nenhum poeta que me surpreenda constantemente com a beleza incomparável que os sentimentos mais simples trazem consigo, nenhum time de futebol que me permita curtir momentos de felicidade e de tristeza inesquecíveis, além de outras coisas. Entretanto, ter saído de Pernambuco me fez perceber que tudo isso só fazia sentindo diante a companhia de todos vocês. Se tudo isto me traz saudade, cada um que carregue consigo o seu sentimento de “culpa”, e que façam jus ao meu saudosismo da próxima vez que nos encontrarmos, curtindo ao máximo cada um desses momentos.

Aos amigos de Sertânia Carlinhos, Zé Francisco, Rodrigo, Pó, Vivi, Sabrina, Vaninha e aos meus primos Vinícius, Maísa, Murilo, Clarisse, Gardênia, Ícaro, Marise, Larissa, Lucas, Davi, Caíque, Leticinha e João Felipe. Aos meus dois irmãos pequeninos Artur e Júlia que dão o carinho e a alegria a meu pai que a distância não me permite. Aos meus tios e tias Edeni, Edilma, Edilza, Valmir, Rinaldo e Renildo, que ainda residem nesta cidade e que me acolhem de maneira muito fraterna nos raros momentos que tenho lá tenho pisado. Aos meus avós paternos João Francisco e Terezinha Ferreira, os quais simbolizam pra mim tudo de mais bonito que pode existir na simplicidade e pureza dos homens.

Aos amigos goianos Fernando, “Seu” Carlitos, Amanda, Paula, Carol, Rodrigo, Lorena Maria e todos os Burjack, pelo companheirismo e acolhida excessivamente carinhosa. Por razões confusas me sinto muito bem nesse lugar, e cada vez que realizo o trajeto Brasília-Goiânia retomo minha torcida que a vida possa me conduzir com mais frequência ao Goiás.

Aos amigos de Brasília, Adnilton, André, Gilberto, Thiago, Cid e Gustavo (Preá), que assim como eu estão longe de casa em busca da realização de um projeto de vida. Aos meus primos candangos, Edvan e Cadu, pela acolhida sempre carinhosa. A minha grande amiga brasiliense Mariana pelo apoio e aventuras inusitadas. Ao meu amigo Jeansley, que soube ser compreensivo diante dos nossos desacordos e me fez aprender muito com sua capacidade de superar mágoas. A Gesilda Ramalho, pelo companheirismo que me permitiu mudar minha relação com Brasília.

A Maria, menos pela colaboração dos textos e mais por convergir para si todas as atenções de Caetano, me deixando muito mais sossegado para trabalhar na elaboração deste dissertação.

Por fim, agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos que permitiu viabilizar a minha pesquisa.

“PROCUREI ENCONTRAR INSPIRAÇÃO  
NUM RECANTO DE TERRA PEQUENINA,  
PRA FAZER UM POEMA EM DESCRIÇÃO  
DAS HISTÓRIAS DA VIDA NORDESTINA.  
MAS OLHANDO PRA FORÇA DESSA GENTE,  
VI QUE VERSO NÃO É SUFICIENTE  
PRA MOSTRAR A BELEZA DO QUE VEJO.  
UM POEMA SERIA UM DISPARATE,  
NÃO HÁ VERSO NO MUNDO QUE RETRATE  
A GRANDEZA DO POVO SERTANEJO”.

(Maurício Menezes)

## Sumário

<b>Resumo</b>	<b>VII</b>
<b>Abstract</b>	<b>VII</b>
<b>Lista de Tabelas</b>	<b>VIII</b>
<b>Lista de Gráficos</b>	<b>VIII</b>
<b>Lista de Quadros e Mapas</b>	<b>IX</b>
<b>Introdução</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo 1 - A Zona da Mata e a Crise Açucareira</b>	<b>11</b>
1.1 - A Zona da Mata – processo histórico e configuração geográfica	11
1.2 - A crise da economia açucareira – ‘refinamento’ da elite e mudanças na estrutura produtiva.	25
1.3 - O progresso técnico dos engenhos de açúcar	29
1.4 - Os problemas e a crise da lavoura: o discurso da açucarocracia	35
<b>Capítulo 2 - As Elites Agrárias e a Escravidão em Pernambuco</b>	<b>43</b>
2.1 - A relação entre senhores e escravos: uma breve análise Historiográfica	43
2.2 - Os senhores de engenho pernambucanos e a mão-de-obra escrava: Uma relação doce e amarga	46
2.3 - Comércio de Escravos: Um luxo praticado por alguns Senhores de Engenho	55
2.4 - O comércio intraprovincial de escravos	64
2.5 - Demografia do comércio de escravos	67
<b>Capítulo 3 - Escravidão e Riqueza na Zona da Mata Pernambucana</b>	<b>71</b>
3.1 - Estrutura de Riqueza na Zona da Mata	71

3.2 - Estrutura de Posse de Escravos na Zona da Mata	78
3.3 - Estudo comparativo de plantéis	84
<b>Capítulo 4 - Perfil ou Perfis de Senhores de Engenho</b>	<b>97</b>
4.1 - Análise comparativa dos perfil dos senhores de engenho	97
4.2 - O “Fazer-se” da Açucarocracia Pernambucana	105
4.3 - As Elites Açucareiras Pernambucanas e a Política Imperial	114
4.4 - “Com sangue se faz açúcar” – A Sacarocracia cubana: empreendedora e capitalista e a Açucarocracia pernambucana: rentista e patriarcal	116
<b>Conclusão</b>	<b>121</b>
<b>Fontes</b>	<b>126</b>
<b>Arquivos</b>	<b>127</b>
<b>Bibliotecas</b>	<b>127</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>128</b>

## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo central analisar a heterogeneidade da elite açucareira pernambucana durante as últimas décadas do período imperial. As distinções inerentes a açucarocracia pernambucana são evidenciadas de forma comparativa. A partir disso, relaciona-se diretamente o impacto das diferenças econômicas no comportamento da classe senhorial pernambucana no que concerne à escravidão e ao processo de modernização dos engenhos. Estes dois processos refletem claramente a importância das diferenças de mentalidade na formação histórica da identidade coletiva em torno da figura do senhor de engenho nordestino. Pensar a história do açúcar em Pernambuco sobre essa perspectiva comparativa permite enxergar com mais clareza as razões pelas quais a classe senhorial local sofreu um processo forte de refinamento ao final do período imperial.

Palavras chave: Açúcar; Escravidão; Pernambuco; Zona da Mata; Senhor de Engenho

## Abstract

The central objective in this master's thesis is to analyze the heterogeneity of the *pernambucana* sugar elite during the last decades of the imperial period. The inherent distinctions of the açucarocracia pernambucana are evidenced in a comparative way. Therefore, the impact of the economic differences in the behavior of the *pernambucana* senhorial class in relation to the slavery and the process of modernization of the productive device became related directly. Clearly, these two processes reflect the importance of the mentality differences for the historical formation of the collective identity around the picture of the *senhor de engenho nordestino*. Understanding the Pernambuco sugar's history, using a comparative vision, it is possible to see clear reasons to changes in the local senhorial class, in such away that it lived a strong refinement process during the end of the imperial period.

Key Words: Sugar; Slavery; Pernambuco; Zona da Mata; Senhor de Engenho

**Tabelas**

1 – Pernambuco - Fontes de Energia dos Engenhos de Jaboatão em 1857	21
2 – Pernambuco - Exportação de Açúcar (1836-1910)	36
3 – Pernambuco - Tabela de compradores de Escravos por sub-regiões (1866-1880)	61
4 – Pernambuco - Posse de Engenhos e Participação na Compra de Escravos das Famílias de Escada (1878)	64
5 – Pernambuco - Escravos transacionados por faixa de idade e tipo de comprador (1866-1878)	68
6 – Pernambuco - Escravos transacionados por faixa de idade e tipo de comprador(1866-1880)	69
7 – Pernambuco - População dos municípios da Zona da Mata (1872)	79
8 – Pernambuco - Estrutura de Posse de Escravos na Zona da Mata (1860-1887)	81
9 – Pernambuco - População escrava por plantel na Zona da Mata (1860-1887)	82
10 – Pernambuco - Estrutura de Posse de Escravos em Palmares (Mata Úmida-1873)	84
11 – Pernambuco - Idade dos Escravos do Gênero Masculino de Plantel na Mata Úmida (1887)	88
12 – Pernambuco - Atividades de escravas em Plantel da Mata Úmida (1887)	89
13 – Pernambuco - Idade da População Escrava de Plantel da Mata Seca (1876)	92

**Gráficos**

1 - População Escrava da Zona da Mata (1872)	49
2 - População da Zona da Mata (1872)	51
3 - Declínio da População Escrava na Província ( 1872-1887)	56
4 - Declínio da População Escrava na Zona da Mata – Mata Úmida X Mata Seca (1872-1887)	58

5 - Origem dos Compradores de Escravos da Zona da Mata (1866-1880)	60
6 - Escravos Comprados - Mata Sul e Mata Norte (1869-1879)	62
7 - Mata Úmida - Origens dos Escravos Comprados (1866-1880)	66
8 - Estrutura de Riqueza de Senhores de Engenho – Mata Úmida e Mata Seca (1860-1888)	74
9 - Participação das Dívidas Ativas na Riqueza dos Senhores de Engenho da Mata Úmida e Seca (1860-1887)	77
10 - Distribuição por Gênero da População Escrava de Plantel na Mata Úmida (1887)	87
11 - Distribuição por Gênero da População Escrava de Plantel na Mata Seca (1876)	93

### **Quadros**

1 - Avaliação de Imóveis na Zona da Mata (1886-1912)	112
--	-----

### **Mapas**

1 – Localização de Pernambuco	12
2 – Regiões do Estado de Pernambuco	13
3 – Biomas em Pernambuco	14
4 – Hidrografia do Estado de Pernambuco	18
5 – Potencial agrícola do solo em Pernambuco	24
6 – Usinas e Engenhos Centrais Fundados em Pernambuco até 1890	33

## Introdução

A elite açucareira pernambucana estava muito longe de ser um grupo social homogêneo em sua composição. As diferenças existentes entre os senhores de engenho, apesar de sugeridas pela historiografia, são convencionalmente subestimadas na análise historiográfica sobre seu comportamento durante a segunda metade do século XIX.

O estudo a respeito da heterogeneidade da açucarocracia pernambucana, que se pretende realizar nesta dissertação, tem justamente por objetivo ressaltar a importância que tais diferenças tiveram para a própria configuração da elite açucareira, e a importância destas diante da crise econômica que acelerou o processo de modernização da indústria açucareira local.

Diante disto, se buscou ao longo do trabalho observar de maneira comparativa os grupos de senhores de engenho da mata pernambucana. A partir de então, as peculiaridades da configuração destes indivíduos enquanto classe vão se tornando mais claras e, por conseguinte, as variáveis que influenciaram o processo de construção de uma identidade coletiva da açucarocracia local também.

Realizar um estudo sobre elites requer uma definição clara a respeito do papel desempenhado por estes grupos sociais no processo histórico em questão. Segundo José Murilo de Carvalho, a necessidade de tal justificativa se dá devido à associação comumente realizada entre uma história de elites e explicações deturpadas da história, em que estas tentam justificar os acontecimentos a partir da iniciativa própria de grandes homens<sup>1</sup>.

De antemão, é importante firmar que a concepção de elites, para o estudo do processo histórico neste trabalho, caminha no sentido oposto a associação referida. O grupo a ser observado possui grande influência no contexto social em questão, sendo isto em decorrência da posse da aparelhagem política local. Contudo, este aspecto não é o bastante para condicionar a elite a determinar o rumo do processo histórico em debate de acordo com os seus próprios interesses.

O desconforto que o monopólio do poder normalmente causa, aos que voltam suas atenções para os processos históricos, levou boa parte da historiografia, em sua grande maioria marxista, a resignificar o objeto de estudo da história no sentido de

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003. Pág. 20

direcionar fortemente suas atenções para as classes subalternas. O fato de alguns historiadores serem contra um monopólio do controle de poder não dá margem a negação de uma real existência de grupos que desempenharam esse papel.

A própria condição fundamental dada à questão heterogênea da composição deste grupo, no objeto em questão, vai de encontro a um entendimento que aponta para a imposição de uma vontade comum de uma elite no rumo do processo histórico em que estavam envolvidos.

O contexto em que se deu tal processo reflete em Pernambuco uma economia açucareira distante de ser homogênea. As atividades se concentravam na Zona da Mata, e dentro desta, a existência de uma latente diferença entre as regiões fisiográficas da Mata Sul e Mata Norte sugere o ponto inicial do problema. A segunda metade do século XIX comportou uma crise para a lavoura açucareira que acentuou as diferenças entre os senhores de engenho, tornando a análise comparativa entre essas duas sub-regiões bastante reveladoras.

A região fisiográfica que será foco deste estudo, e que concentrou a produção de açúcar em Pernambuco, recebeu a denominação de Zona da Mata. A mesma consistiu, então, no mais importante centro econômico da província naquele período, e suas diferenças intra-regionais revelam aspectos importantes para o estudo da economia açucareira.

Mesmo utilizando um conceito de *Nordeste* neste trabalho, fundamentado nos estudos de Manuel Correia de Andrade, tal postura aqui adotada não almeja ser anacrônica, ao passo que a própria idéia a respeito de tal região não fazia parte da mentalidade dos indivíduos desse período. Entretanto, este recebe forte influência da construção realizada por Gilberto Freyre em seu livro *Nordeste*, na qual é descrita a importância do açúcar para a configuração da paisagem desta região.

Longe de querer uniformizá-la a partir de uma compactação em torno do açúcar, tal entendimento de Nordeste reconhece as variantes econômicas geográficas e culturais da região, porém, enfatiza a importância que a cultura canavieira teve no processo histórico de formação deste lugar.

O termo “açucarocracia” é utilizado frequentemente na historiografia para se referir a este grupo, e diz respeito a uma oligarquia que foi hegemônica em Pernambuco no referido período, sendo formada essencialmente por senhores de engenho.

A categoria social aqui utilizada, como meio de tornar mais claro o entendimento de tal grupo, aponta para uma idéia estruturante a respeito de sua

configuração. As diferenças políticas, econômicas e culturais ressaltadas ao longo do trabalho deixam claro que a açucarocracia pernambucana estava longe de ser uniforme, o que torna incoerente lidar com um conceito que não contemple essa heterogeneidade. Sendo assim, ao ser colocada na condição de elite, a classe senhorial a qual está sendo estudada é compreendida enquanto uma classe de indivíduos que possui o controle de algumas forças sociais as quais exercem influência sobre os demais membros da sociedade, mas que, porém, diferem entre si no que diz respeito a vários aspectos estruturais.

A dimensão do significado que este grupo possuiu, fica refletida através de toda produção literária e historiográfica sobre o contexto açucareiro. Estas trazem consigo, na construção do discurso a respeito do senhor de engenho, uma narrativa de forte carga emocional que tenta discutir o papel desempenhado por este indivíduo no Nordeste açucareiro desde o século XVI até o fim do século XIX.

Evaldo Cabral de Mello nos informa que a construção discursiva realizada, tanto pela historiografia convencional quanto pela historiografia marxista, tende a descrever os proprietários de engenho nordestinos de forma distorcida em diversos aspectos. A primeira vestiu esse grupo de aristocracia rural, enquanto a segunda tratou-a sob condição de classe dominante. Em ambas as visões, que sejam para engrandecê-la ou rejeitá-la, prevalecem estereótipos que pouco condizem com a forma com que estes grupos procederam no período em questão<sup>2</sup>.

A própria forma como a Literatura direcionou suas atenções para o açúcar deixa esse processo bem claro. O espaço do engenho, só se tornou interessante ao universo literário, no momento em que este já se encontrava bastante superado, ocupando naquela ocasião uma relevância econômica diferente em relação ao que lhe era atribuído pelos romancistas, essencialmente em razão do advento da usina e da utilização plena do trabalho livre. Quanto ao próprio senhor de engenho, este só passou a figurar enquanto personagem histórico, quando ficou reduzido ao mero papel de fornecedor de cana ou bangüezeiro.

A figura idealizada dos membros da açucarocracia nordestina, por parte desta literatura, trazia consigo uma idéia de uniformidade no que diz respeito aos seus interesses, mentalidades, postura política etc. A importância de Gilberto Freyre na construção de todo este discurso é absoluta. O sociólogo pernambucano abordou temas

---

<sup>2</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **O Fim das Casas Grandes**. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Pág. 391

peculiares ao cotidiano senhorial, discutindo práticas comuns ao contexto da Casa Grande, o que deu margem ao surgimento de um discurso nostálgico em torno deste grupo.

O movimento regionalista, o qual Freyre encabeçou, trouxe consigo uma gama de intelectuais, em sua grande maioria oriunda das antigas famílias de senhores de engenho, que se incumbiu de discutir o Nordeste de séculos passados de forma a solidificar tal percepção.

Sua respectiva disseminação permitiu legitimar uma idéia homogeneizante em relação a classe senhorial nordestina, em que esta apresentava características bastante comuns sob os diferentes contextos. A forma harmoniosa com a qual é tratada a relação desta elite com a escravidão, por parte deste tipo de literatura, por exemplo, reflete claramente o quão ofuscante para uma compreensão mais abrangente do processo histórico pode se tornar tal entendimento.

Uma segunda perspectiva, que questiona o papel positivo dos “barões do açúcar” na história do Nordeste, resignifica sua importância, ao passo que os coloca numa condição de membros de uma classe dominante exploradora e responsável por vários problemas sociais atrelados à pobreza da região.

Tal percepção fornece subsídios a um discurso que hostiliza a existência do latifúndio, produtivo ou não. Este aponta para o monopólio de terras na Zona da Mata pernambucana enquanto razão absoluta da atual situação de pobreza e estagnação da região.

A existência deste haveria cerceado a possibilidade do alcance de condições mais dignas por parte de uma grande quantidade de trabalhadores pobres e livres ao passo que impossibilitou o acesso a terra por parte destes.

Tal argumento, em torno da questão fundiária, se apresenta problemático ao associar diretamente a posse de terras com riqueza. Esta associação se configura como errônea no sentido que minimiza a participação de grupos intermediários e pequenos no processo produtivo do açúcar, possuindo terras, e que estiveram longe de exercer o poder político atribuído aos latifundiários que onerou a massa de trabalhadores livres e pobres.

É equivocada, ainda, essa associação entre posse de terras e riqueza, pela minimização da herança escravista na mentalidade da população local, que se atém fortemente às atividades da cultura de cana, o que gera um impacto negativo no desempenho de outras atividades. Aliado a isso, outros fatores como a falta de educação

técnica e inovadora, problemas decorrentes de crédito, preços mínimos alcançados pela cana, além do apoio governamental costumeiro dado à cana-de-açúcar, que se faz ausente em outras culturas, tornam menos simplista a explicação em torno da existência de um grande contingente populacional pobre numa área que oferece uma estrutura viável ao desenvolvimento econômico.

Analisar a história da açucarocracia pernambucana, a partir de uma perspectiva que leve em conta suas diferenciações, permite enxergar com mais clareza a forma como se organizou tal elite e, por conseguinte, evitar interpretações distorcidas fundamentadas num discurso que padroniza o perfil deste grupo.

O período escolhido, que encobre as últimas décadas do período imperial, se faz bastante pertinente para este estudo no sentido de refletir melhor essas diferenciações. Isto se deu num processo de “refinamento” em que este grupo esteve envolvido ao longo das últimas décadas do período imperial. A crise econômica que assolou a produção açucareira local reduziu a grande maioria dos senhores de engenho a uma condição de submissão aos grupos que conseguiram ficar à frente do processo de modernização do aparelho produtivo.

Essa heterogeneidade econômica toma contornos mais evidentes ao passo em que a elite açucareira pernambucana é posta sob um plano comparativo. As benesses de tal metodologia ficam explícitas na afirmativa de Richard Graham, realizada em estudo a respeito do desenvolvimento econômico no Brasil e do sul dos Estados Unidos no século XIX, em que este autor enfatiza que: “Toda História é comparativa. Os julgamentos feitos pelos historiadores derivam sempre de algum padrão de comparação explícito ou implícito.”<sup>3</sup>

A partir de uma análise que prima fortemente por tal metodologia, comparando as variáveis inerentes a própria elite açucareira pernambucana, algumas evidências, antes obscurecidas pela perspectiva uniforme da historiografia convencional, tornam-se patentes. Tais evidências consistem objetivamente nas razões que levaram apenas alguns grupos e localidades a acompanhar o ritmo de desenvolvimento econômico, fruto de uma política de modernização da economia açucareira.

A importância das diferenças regionais na configuração das elites é insistentemente utilizada como parâmetro, no sentido de ressaltar as diferenças entre a

---

<sup>3</sup> GRAHAM, Richard. **Escravidão e Desenvolvimento Econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no Século XIX**. Revista de Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas – USP. vol. 13 No. 01. 1983. Pág. 223.

classe senhorial. Apesar das diferenças existentes entre a mata úmida e a mata seca na Zona da Mata pernambucana, não serem de todo ignoradas pela historiografia, sua importância na configuração da economia açucareira é pouco discutida. Longe de querer traçar determinismos geográficos, este trabalho tenta ressaltar a importância das diferenciações entre estas duas sub-regiões na configuração da açucarocracia pernambucana, e na definição dos rumos do processo histórico em questão.

Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo levou em conta análises qualitativas e quantitativas das fontes primárias, em conjunto com um levantamento bibliográfico sobre o tema. A análise serial dos dados colhidos mostrou-se bastante pertinente ao próprio objeto de pesquisa e, principalmente, devido ao tipo de fontes com que se trabalhou. A análise de séries de dados no tempo, através de curvas e linhas que exprimem mudanças ou permanências, sendo tais mudanças representações de palpitações da vida econômica, possui como aspecto mais significativo a ser verificado, não o mero significado de cada dado em seu momento, mas sua importância no tempo, sua correlação com os aspectos que o antecederam e com os que o sucederam, dando a este um aspecto mais estrutural que pontual. Além disso, tomou-se como indispensável uma correlação dessas informações com as informações presentes nas fontes escritas, e de sua respectiva pertinência com as hipóteses levantadas.

As fontes primárias utilizadas constam nos livros cartoriais de compra e venda de escravos do Recife; os inventários *post mortem* da Zona da Mata; censos populacionais, Atas do Congresso Agrícola de 1878 em Recife e algumas obras de literatura. Todos evidentemente dentro do recorte temporal estabelecido.

Dado o grande número de informações existentes neste conjunto de fontes, torna-se importante mencionar que sua utilização implicou uma metodologia de otimização do tempo de pesquisa. Partes destas fontes foram usadas em questões apenas pontuais, de forma apenas a reforçar um argumento já fundamentado por outros meios, que não implicasse algo que destoasse do objetivo inicial delimitado, nem diminuísse o espaço para a análise de outras fontes que poderiam responder melhor aos questionamentos levantados.

Os livros cartoriais de compra e venda de escravos pertencem ao acervo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Eles estão dispostos num período que compreende os anos de 1869 a 1880, num total de 15 livros. Essa documentação consiste num manancial bastante rico de informações a respeito do comércio de escravos realizado em Pernambuco. O corpo deste documento permitiu

observar uma quantidade razoável de variáveis que podemos dividir em dois grupos. O primeiro consiste nos dados daqueles que negociavam: nome e origem do vendedor, nome e origem do comprador local, ano e local da negociação. Quanto ao segundo grupo, este diz respeito aos dados do escravo, e eram os seguintes: local do nascimento, atividade, estado civil, idade, filiação, sexo, município em que o escravo está matriculado e, por fim, os designativos de cor ou nacionalidade. A principal contribuição desta documentação se deu a respeito da forma como se distribuía, dentro da Zona da Mata essencialmente, a oferta e a demanda de escravos, demonstrando como funcionava o comércio que envolvia diretamente os senhores de engenho pernambucanos. A metodologia utilizada na análise desta fonte é prioritariamente quantitativa, pois a mesma possibilita de forma satisfatória a realização de séries históricas sobre o comércio de escravos em determinadas regiões, além de fornecer informações sobre as peculiaridades de sub-regiões. Além disso, a possibilidade de se identificar nominalmente os compradores e vendedores de escravos permitiu comparações, através de cruzamento de dados, sobre o papel destes no processo de modernização da indústria açucareira.

Os inventários *post mortem* pertencentes ao acervo do IAHGP estão subdivididos em dois grupos: o Orlando Cavalcanti e o Tribunal da Relação. No fichamento destes inventários foram contempladas todas as variáveis que dizem respeito ao patrimônio desses indivíduos. É evidente que só foram considerados para fins de nosso estudo os inventários que estiveram inclusos no período e na zona geográfica delimitada, e que, além disso, tiveram claramente explicitados os aspectos inerentes às posses de um senhor de engenho. A visibilidade dos aspectos inerentes às posses dos senhores de engenhos foi comumente analisada através da elaboração de tabelas, confeccionadas pelo software Microsoft Excel.

Ainda sobre os inventários, deve-se mencionar que sua contribuição não se deu apenas através de análise puramente quantitativa, como é tradicionalmente conduzida pela historiografia que trabalha com este tipo de documento. Os dados passaram por um processo de releitura em que se observaram aspectos qualitativos das posses do inventariado, centrando principalmente nos aspectos inerentes ao trato com seus escravos. A quantidade de informações reveladas por esse tipo de análise qualitativa foi bastante vasta e diversificada. Estas fatalmente se perderiam caso fosse utilizada apenas a análise baseada em séries históricas, e foram de grande valia para a pesquisa devido ao caráter específico da sua informação.

As atas do Congresso Agrícola de 1878 realizado no Recife, diz respeito a uma documentação impressa que foi fruto de uma reunião de senhores de engenho e outros indivíduos ligados aos interesses da lavoura do Norte em Recife no ano<sup>4</sup>. Tal evento realizou-se em resposta ao não convite, por parte dos latifundiários sulistas, ao Congresso Agrícola realizado em São Paulo, e que visava discutir os problemas acerca da lavoura brasileira. A pertinência de tal documentação esteve na diversidade de sugestões sobre estratégias que a classe senhorial deveria tomar com o fim de superar a crise. Esta documentação evidenciou plenamente a diferença de mentalidades entre os senhores de engenho sobre questões como crédito, mão-de-obra, impostos, entre outros.

Os levantamentos populacionais constituíram-se numa fonte de grande valia para a composição dos estudos de caso. A descrição da realidade econômica frente à posse de escravos, de um município da Mata Sul, permitiu observar as diferenças econômicas, de forma mais detalhada, dos respectivos grupos que possuíam cativos no contexto de produção açucareira.

Quanto às obras de literatura, a análise destas se concentrou apenas numa parte da obra de José Lins do Rego. A metodologia utilizada consistiu numa análise pontual dos aspectos da obra deste autor, em relação à composição do imaginário da crise açucareira, observando o momento de transição do velho bangüê para a moderna usina e, como essa mudança trouxe consigo uma carga emocional muito grande, principalmente para aqueles que não puderam acompanhar o ritmo de tal processo e se viram minados em seu prestígio social.

No que diz respeito à estrutura da dissertação, o trabalho ficou dividido em 4 capítulos que versaram substancialmente sobre as diferenças em diversos aspectos da elite açucareira pernambucana.

O primeiro capítulo desta dissertação enfatiza basicamente duas questões. A primeira diz respeito à problemática da questão geográfica para a produção açucareira em Pernambuco e seu respectivo entendimento frente a historiografia convencional. A segunda se refere basicamente à crise açucareira e seu respectivo impacto perante a elite açucareira local.

A diferenciação entre as duas sub-regiões, ressaltada pela metodologia escolhida para este trabalho, permite enxergar neste capítulo o quão distorcidas podem ficar as

---

<sup>4</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Norte agrário e o império: 1871-1889(o)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. Pág. 13; Nesse período a denominação Nordeste não era utilizada, pelo menos de forma comum,

conclusões em torno da economia que leva em conta, a região da Zona da Mata enquanto homogênea em seus vários aspectos.

O segundo capítulo discute as relações entre senhores e escravos nos engenhos da mata pernambucana. Foco privilegiado no olhar de Gilberto Freyre, a economia açucareira pernambucana propiciou um universo mais vasto de interações, que o espaço de Casa Grande, este último, minuciosamente descrito por este autor.

A importância da mão-de-obra escrava para a cultura canavieira faz parte de um cálculo que prima por sua produtividade. As diferentes circunstâncias em que se deu a posse desta nos engenhos, levam-nos a perceber que as relações entre cativos e seus proprietários ocorreram de maneira menos simplista e homogênea que o universo descrito por Freyre. Atrelado a isto, as questões levantadas pelo comércio interno de escravos reforçam a importância do potencial econômico heterogêneo dos senhores de engenho para a configuração da produção de açúcar.

No terceiro capítulo, foi realizado um estudo comparativo acerca da estrutura de riqueza dos senhores de engenho nas últimas décadas do período imperial. Neste período, se observou um processo de declínio da mão-de-obra escrava, que causou um impacto significativo na configuração do patrimônio dos senhores de engenho.

A maneira como a participação dos escravos no patrimônio dos inventariados foi sendo substituída por outros investimentos, ao longo desse período, fornece subsídios importantes para a compreensão do real significado que a escravidão possuía para os senhores de engenho, tanto sob a forma de mão-de-obra quanto de capital.

No quarto e último capítulo, fundamentado nas diferenciações intra-elite apontadas nos capítulos anteriores, é feita uma discussão a respeito dos aspectos da identidade da classe açucareira pernambucana.

A partir de uma observação do perfil sociológico de alguns notáveis da elite açucareira pernambucana, foi realizada uma tentativa de correlacionar os aspectos da identidade coletiva dos senhores de engenho com as variações na economia açucareira. A perspectiva utilizada para realizar tal correlação leva em conta um entendimento de classe mais estruturante que estruturada.

Tal entendimento se dá devido à impossibilidade de encaixar o exemplo observado na elite açucareira pernambucana em categorias sociais previamente definidas de elite ou de classe. Ao darmos preferência a uma perspectiva estruturante,

---

para denominar essa área. Comumente se utilizava apenas dos termos Norte ou Sul para se dividir o Império quantos as suas regiões.

estamos ressaltando a importância das mudanças e das transformações contínuas comuns ao grupo social estudado, e que conseqüentemente são ofuscados pelo entendimento estruturado de alguns conceitos.

A insistência no aspecto heterogêneo da elite açucareira pernambucana como ponto a ser sempre ressaltado, visa convencer o leitor deste trabalho de que as explicações encontradas na vasta historiografia sobre o açúcar, a respeito do papel desempenhado pelos senhores de engenho na história da província de Pernambuco, necessitam de alguns recortes mais específicos. Estes se dão no intuito de que a compreensão do processo histórico, que redimensionou a condição deste grupo social, se faça de forma mais abrangente.

## Capítulo 1

### A Zona da Mata e a Crise Açucareira

*A História de Pernambuco, até certo ponto, se confunde com a História do açúcar; foi a expansão dos canaviais pelas terras úmidas da mata que possibilitou a ocupação do território pernambucano, traçando as suas linhas mestras e marcando e remodelando o tipo de organização do território. (Manuel Correia de Andrade In. PERES, Gaspar. A Indústria Açucareira em Pernambuco. pág. I)*

#### 1.1 - A Zona da Mata – processo histórico e configuração geográfica

A história da Zona da Mata pernambucana está intrinsecamente relacionada com a história brasileira, e Gilberto Freyre foi bastante claro ao afirmar que “durante o período decisivo da formação brasileira, a história do Brasil foi a história do açúcar, e no Brasil, a história do açúcar, onde atingiu maior importância econômica e maior interesse humano foi nessas manchas de terra de massapê, de barro, de argila, de húmus. Nessas manchas de solo encarnado ou preto se lançaram os alicerces dos melhores engenhos.”<sup>5</sup>

Entender a forma como se configura geograficamente tal região é de fundamental importância para a compreensão do processo histórico de ocupação, e as respectivas peculiaridades que se sucederam no período em questão.

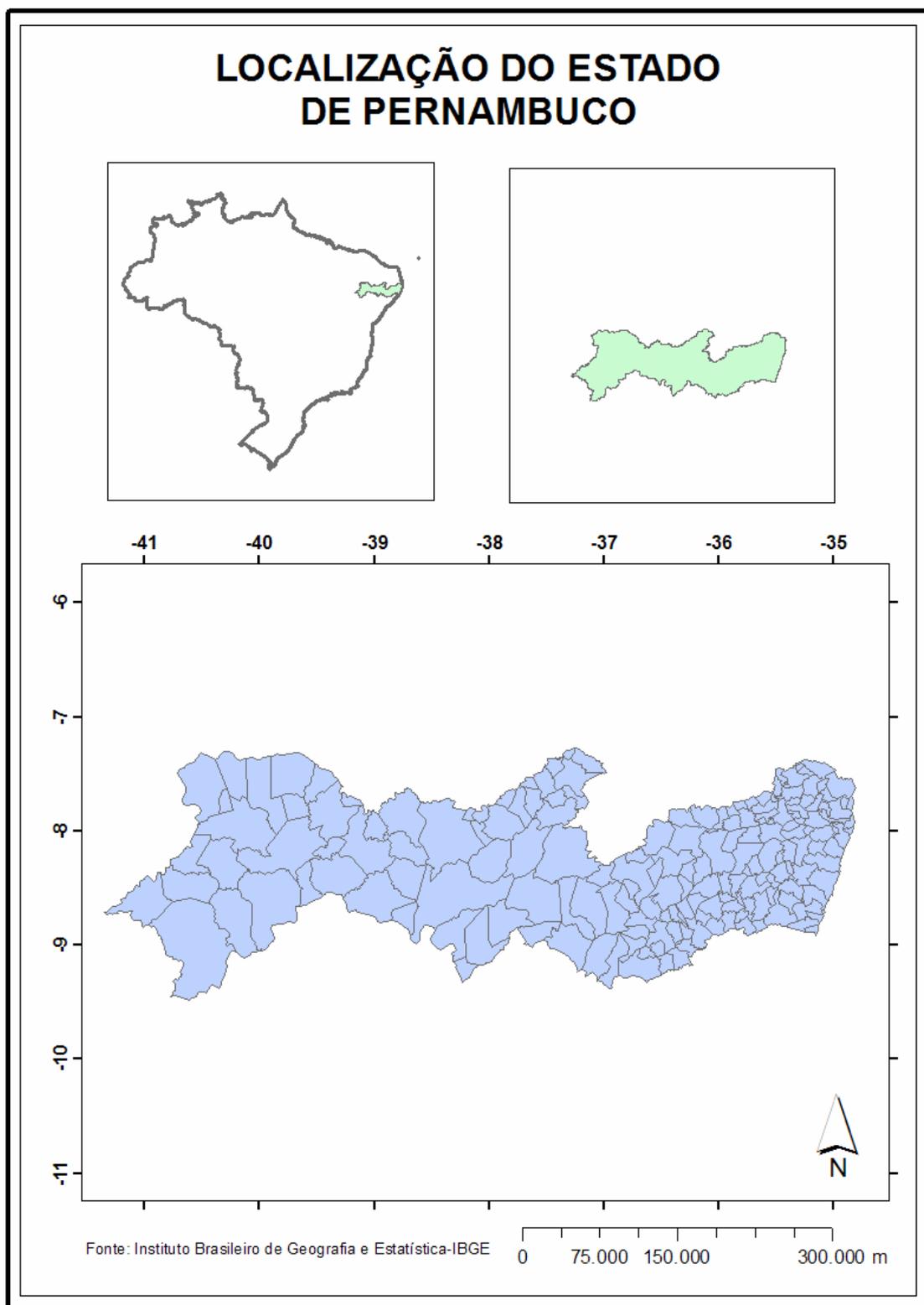
Ao longo do século XIX, a Zona da Mata pernambucana foi considerada, do ponto de vista econômico, a localidade mais importante. Segundo Fernando Patriota, esta região foi o vetor dinâmico da toda ocupação do território nordestino, configurando o primeiro esboço de divisão regional do trabalho ao subordinar o Agreste e o Sertão com a expansão da pecuária, como economias complementares da economia litorânea. A localização e a dimensão do estado frente ao território nacional estão apresentados no mapa a seguir.<sup>6</sup>

---

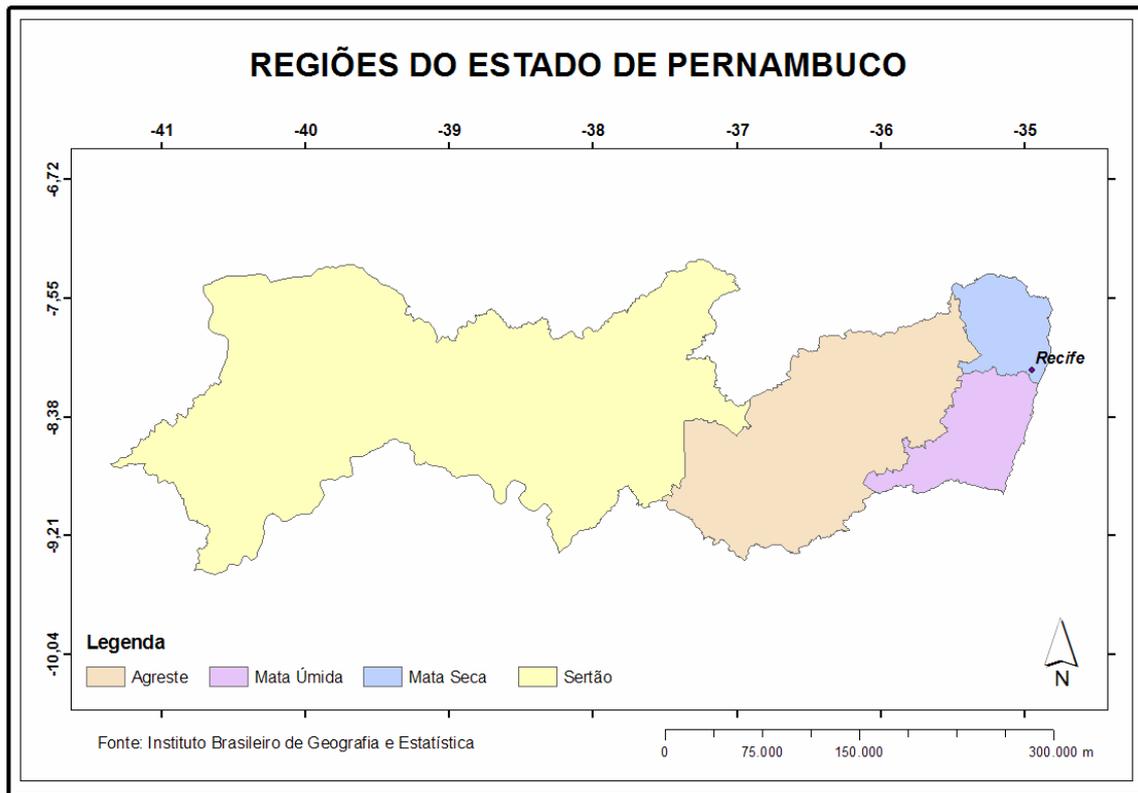
<sup>5</sup> FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Ed. Global. 2004. Pág. 49

<sup>6</sup> PATRIOTA, Fernando. **A pequena produção mercantil no Nordeste: Séc. XIX. Notas sobre a indústria doméstica têxtil do sertão nordestino**. Saeculum: Revista de História – No. 2 (jul./dez. 1996) – João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1996. Pág. 168

MAPA 1



## MAPA 2



Em todo o Nordeste, no período delimitado, essa zona concentrou alta densidade populacional, e ainda hoje se apresenta como um território tipicamente ondulado, com ampla pluviosidade litorânea, além de ser entrecortada por vários rios.

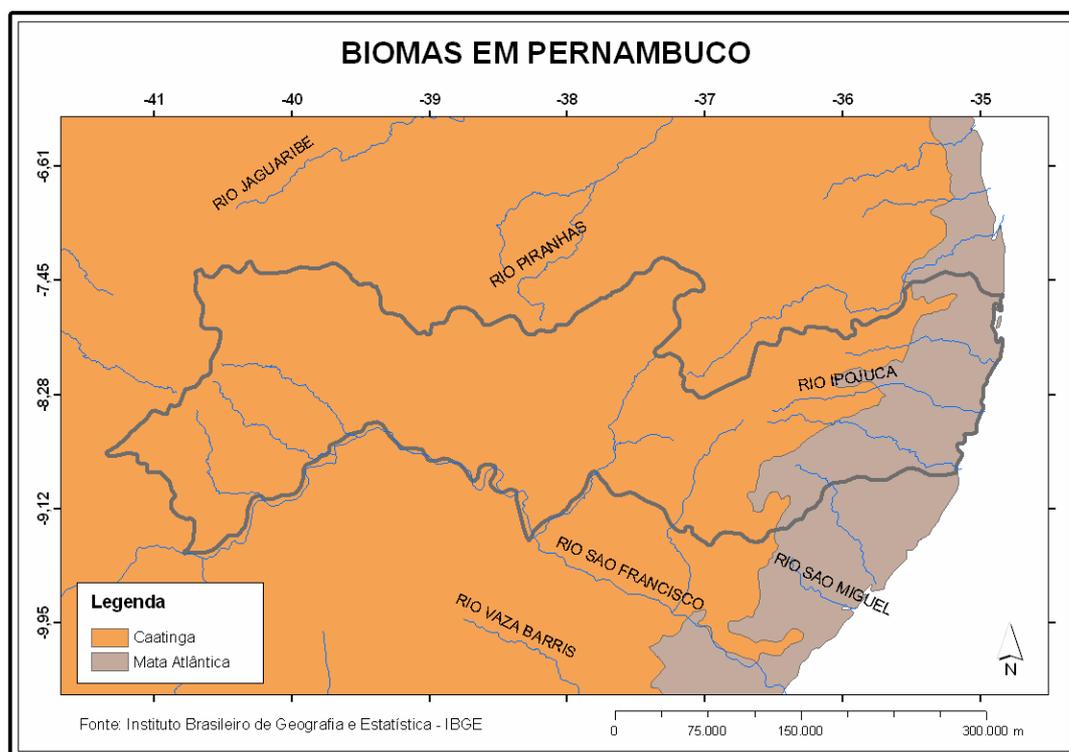
Na Zona da Mata podem ser identificadas basicamente duas microrregiões de características específicas, a Mata Sul (Mata Úmida) e a Mata Norte (Mata Seca). A Mata Úmida diz respeito à parte Sul da Zona da Mata pernambucana, compreendendo uma área de 5 609 km<sup>2</sup>. A mesma se estende de Recife até a fronteira com Alagoas ao sul, e a oeste até Quipapá, sendo banhada por vários rios e compreendendo várzeas altas e baixas próximas da costa, além de numerosas planícies ribeirinhas. O solo constitui-se de uma fina e fértil camada argilosa comumente chamada de massapê, e esta é a região em que as chuvas são mais abundantes, as quotas pluviométricas anuais podem chegar a 1 621 mm em Escada e 2 644 mm em Barreiros. O relevo é moderado, sendo formado por colinas em meia laranja na parte próxima ao litoral, estendendo-se ao interior até a encosta da Borborema. Quanto a Mata Seca, esta compreende a parte Norte da Zona da Mata pernambucana, com uma extensão de 3 706 km<sup>2</sup>. Sua área possui um solo de constituição cristalina, também sendo banhado por alguns rios importantes. Arelada a esta zona fisiográfica existe o que alguns estudiosos classificam como uma terceira área

dentro da Zona da Mata, que é a Planície. Esta possui uma conotação mais chuvosa, e se localiza numa faixa costeira que vai de Recife até a fronteira Norte do Estado, sendo a Oeste limitada pela cidade de Igarassú. A quantidade de precipitações da Mata Seca, como um todo, é bem mais modesta que na Mata Úmida. Tal conjuntura geográfica ajuda a explicar, segundo alguns estudiosos, porque na Mata Sul localizavam-se os engenhos mais prósperos e os senhores mais ricos da província, ao contrário da Mata Norte<sup>7</sup>.

As variáveis acima citadas compõem o bioma da Mata Atlântica de forma a deixar claro que a distribuição se dá de maneira distinta entre as duas sub-regiões. A influência dos fatores como macroclima, a fitofisionomia (formação), solo e a altitude se dá de forma distinta por toda a Zona da Mata, o que faz desta uma região heterogênea em sua composição geográfica<sup>8</sup>.

O mapa a seguir nos ajuda a entender melhor essas regiões e suas respectivas zonas.

MAPA 3



<sup>7</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia de Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1974. Págs. 32, 140, 143. ; EISEMBERG, Peter, **Modernização sem Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977. Págs. 145-146.

A justificativa para um maior desenvolvimento da parte sul da Zona da Mata fundamenta-se, para os estudiosos supracitados, nas variáveis geográficas que condicionam uma melhor situação para o cultivo da cana, sendo estas essencialmente relativas à pluviosidade e ao solo.

Contudo, torna-se importante discutir em que sentido, apenas tais variáveis contribuíram para existência de uma diferenciação tão importante entre essas duas sub-regiões, e, por conseguinte, se numa escala de importância foram mesmo tais questões de solo e de pluviosidade, as principais variáveis que determinaram uma configuração distinta para as duas sub-regiões da Zona da Mata.

Alguns memorialistas e viajantes, além do próprio Gilberto Freyre, levantaram uma questão importante a respeito da configuração geográfica da Zona da Mata, e que estabelece uma relação fundamental de dependência da economia açucareira para com os rios.

Gileno de' Carli, memorialista e estudioso do açúcar, que dedicou grande parte de sua vida a atividades políticas ligadas à defesa da agroindústria canavieira durante o século XX, nos chama a atenção para o papel da água na economia açucareira durante todo o processo histórico em que este figurou como o principal produto na pauta produtiva de Pernambuco.

O problema da água não é somente vital para Pernambuco, ele o é para qualquer área açucareira, tal a intimidade da cana-de-açúcar, com o rio, com a água.<sup>9</sup>

O viajante Henry Koster, que em suas narrativas cita com frequência viagens realizadas por leitos fluviais, menciona a importâncias das várzeas, que se constituem em áreas úmidas originadas próximas aos rios e de solo extremamente fértil:

Os baixios e terrenos úmidos chamados no Brasil de várzeas, são melhor apropriados para o cultivo da cana-de-açúcar. Realmente, nas plantações feitas onde não se encontrou qualquer porção de terras dessa espécie, as colheitas são irregulares e, as vezes, inteiramente dependentes da maior ou menor quantidade de chuvas que haja caído durante o curso do ano.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> COUTINHO, Leopoldo Magno. **O conceito de bioma**. Acta Bot. Bras., São Paulo, v. 20, n. 1, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-33062006000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062006000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 Abr 2007.

<sup>9</sup> DE' CARLI, Gileno; **História de Uma Fotografia**. Recife. Cia. Ed. Pernambuco. 1985. Pág. 37

<sup>10</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife. Cia. Ed. Pernambuco. 1978. Pág. 331

O viajante francês Tollenare, que ficou bastante espantado com os banhos de rio que eram tomados por parte de membros da aristocracia pernambucana em circunstâncias pitorescas, também deixa transparecer em seus depoimentos a importância dos rios para o funcionamento dos engenhos. Neste sentido, o mesmo discute, inclusive utilizando-se de alguns pormenores, a engenharia utilizada para aproveitar as forças da água do rio de forma a ser esta melhor aproveitada:

Quase todos os engenhos que se encontram assim na montanha são movidos por um curso d'água, e têm serrarias para serrar as tábuas de que são feitas as caixas de açúcar. As rodas de água são de pás ou de celhas, conforme permitir a localidade, mas ignora-se a teoria das últimas. Vi rodas que tinham uma queda de 20 pés e que podiam muito bem ser de celhas, recebiam entretanto a água por baixo, a 3 ou 4 pés do fundo do canal inferior. As obras de carpintaria nos engenhos são de uma execução perfeita.<sup>11</sup>

Quanto a Gilberto Freyre, o mesmo traça um quadro de total dependência dos indivíduos ligados a economia dos engenhos com os rios:

No Nordeste da cana-de-açúcar, a água foi e é quase tudo. Sem ela não teria prosperado do século XVI ao XIX uma lavoura tão dependente dos rios, dos riachos e das chuvas.<sup>12</sup>

O mesmo autor ainda discute a relação das populações que habitavam os engenhos com os rios, de forma a entender que a mesma se dava muito além de questões de subsistência e de atendimento às demandas da produção do açúcar. Freyre comenta, também, que o rio ditava um modo de vida às suas margens e em seu leito, com práticas cotidianas comuns a grupos sociais específicos. Tanto as peculiaridades dos transportes que os senhores utilizavam para fazerem os trajetos pelos rios navegáveis com destino a outros engenhos, quanto à participação dos negros nas atividades de navegação, e por fim os banhos que acabavam por reunir grupos sociais distintos em torno de uma mesma prática lúdica, constituíram-se para Freyre num arcabouço cultural próprio da civilização do açúcar, e na forma como se configurou a Zona da Mata pernambucana.

---

<sup>11</sup> TOLLENARE, L.F. de. **Notas Dominicais**. Recife. Secretaria de Educação e Cultura. 1978. Pág 70

<sup>12</sup> FREYRE, Gilberto. Op. Cit. São Paulo. 2004. Pág. 19

Em um breve estudo potamográfico, em que se levam em conta as peculiaridades de cada uma das sub-regiões pertencentes à Zona da Mata, é possível observar alguns aspectos bastante sugestivos. A hidrografia da Mata Seca compreende os rios: *Capibaribe mirim*, que banha atualmente os municípios de Timbaúba, Itambé e Goiana, a 30 Km de sua foz; *Tracunhaém*, que banha atualmente os municípios de Carpina, Nazaré da Mata, Lagoa do Carro, Goiana e Nossa Senhora do Ó; *Goiana*, que consiste na junção desses dois últimos rios, banhando o município que leva o mesmo nome do rio; *Sirigi*, que nasce no município de Vicência e desemboca no Capibaribe Mirim; *Capibaribe*, que atravessa Pernambuco em quase 450 Km alcançando o sertão do Estado, e que banha várias cidades da Zona da Mata, chegando ao Recife e se bifurcando, dando margem à formação das várias ilhas que compõem a capital do Estado.

A Mata Úmida de Pernambuco compreende os seguintes rios: *Jaboatão*, que banha as cidades de Vitória e de Jaboaão dos Guararapes; *Pirapama* que também nasce na cidade de Vitória de Santo Antão, e que banha as cidades de Escada e do Cabo de Santo Agostinho antes do se encontrar com o próprio rio Jaboaão; *Ipojuca*, que nasce no sertão do Estado, e banha as cidades de Vitória, Amaraji e Ipojuca antes de chegar ao mar; *Piranji*, que apesar de um pequeno percurso banha uma importante zona açucareira na altura dos municípios de Catende e Palmares antes de se encontrar com o rio Una; *Una*, que após nascer no Agreste, na cidade de Altinho, banha na Zona da Mata os municípios de Bonito, Palmares, Água Preta, Barreiros e Rio Formoso, atravessando uma das regiões açucareiras mais prósperas de Pernambuco; *Sirinhaém*, com 140 km de curso, banha os municípios de Amaraji, Gameleira, Rio Formoso e Sirinhaém; e por fim o rio *Jacuípe*, que nasce no Estado de Alagoas e banha os municípios de Quipapá, Palmares, Água Preta e Barreiros, antes de se encontrar com o rio Una.

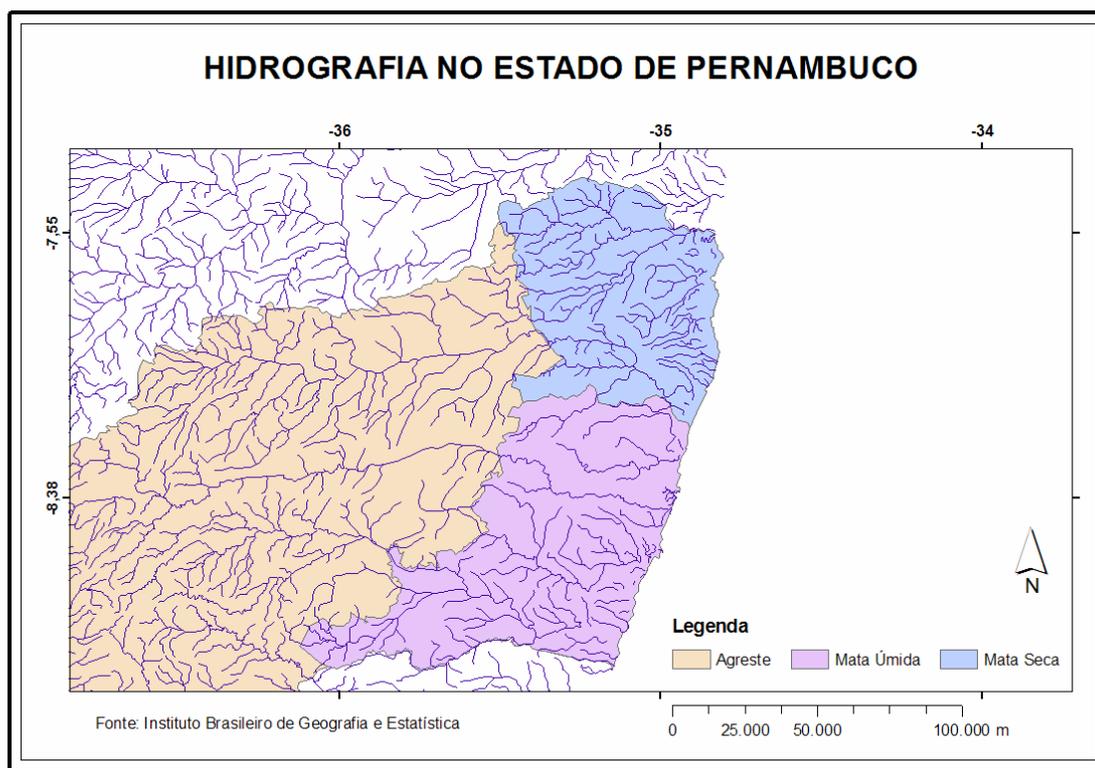
Todos os rios supracitados banhavam uma quantidade enorme de Engenhos e Usinas no período em que os dados foram levantados<sup>13</sup>; além disso, é bastante evidente uma maior incidência de rios na Mata Úmida em relação à Mata Seca. Com relação aos rios podemos ressaltar que estes possuíram, desde o período em que predominava o Engenho Bangüê colonial até a instalação da mais moderna Usina, papel fundamental na produção açucareira, fazendo com que, muito provavelmente, as áreas próximas aos rios fossem mais interessantes e de maior potencialidade em relação ao

---

<sup>13</sup> Para uma descrição mais detalhada sobre os Engenhos e Usinas banhados por tais rios, ver De'CARLI; Gileno. **História de uma Fotografia**. Recife. Cia. Ed. de Pernambuco. 1985. Págs. 40 e 41

desenvolvimento econômico da região. São dois os motivos que justificam essa afirmação: o transporte fluvial do açúcar e seu respectivo processo de fabricação. Apresentamos, a seguir, o mapa hidrográfico do Estado de Pernambuco, com um recorte especial para a Zona da Mata.

MAPA 4



O transporte fluvial de açúcar era realizado basicamente por três tipos de embarcações: as jangadas, as canoas e as barcaças. As jangadas consistiam num transporte um pouco mais frágil, cuja serventia estava mais voltada para as atividades de pesca. Raramente se utilizavam delas para o transporte de cargas ou de pessoas devido ao caráter de fragilidade destas embarcações, contudo, as mesmas possuíam uma importância considerável para o engenho devido à possibilidade de aumentar a fatura à mesa dos mesmos, sendo raros os engenhos que não as possuíssem, onde comumente eram os escravos os responsáveis por manusearem tais embarcações<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> GOULART, José Alípio. **Transportes nos Engenhos de Açúcar**. Rio de Janeiro. Taveiras. 1959. Pág. 31

Entretanto, por serem de estrutura precária, não permitiam que fosse carregada nelas a produção de açúcar devido à possibilidade altíssima de que as mesmas sofressem algum acidente, ou até mesmo que se umedecesse por causa da grande quantidade de água que encharcava as mesmas, servindo então essencialmente para as atividades de pesca. As canoas, outro tipo de embarcação, possibilitavam uma maior segurança aos fabricantes de açúcar para transportar seus produtos. Era grande a quantidade de tais embarcações da Zona da Mata, realizando o transporte de açúcar e de outros produtos de importância para a subsistência do engenho, sendo também comum a presença de escravos no desempenho da função de canoeiros. Merece destaque o grau de confiança depositado pelos senhores de engenho, a esses mesmos escravos, para que eles desempenhassem tal atividade<sup>15</sup>.

Além de produtos, a canoa também transportava pessoas, e nesse sentido, firma-se um aspecto de especial importância para tal embarcação, o aspecto da sociabilidade. Era por tais embarcações que se dava o transporte dos senhores em visitas a engenhos mais próximos, ou até mesmo Recife, e a partir disso as canoas passaram a consistir num elemento de ostentação dos senhores de engenhos.<sup>16</sup>

Ainda sobre a navegação fluvial na Zona da Mata, um aspecto determinante para consolidar a relevância desta atividade é a forte incidência de rios de pequeno porte na região. Segundo Freyre, a falta de equilíbrio no volume e de regularidade no curso dos grandes rios, que causava uma grande variação na utilidade e na navegabilidade dos mesmos, os tornaram, na melhor das hipóteses, colaboradores incertos da formação social e econômica do país<sup>17</sup>. Neste sentido, os rios de pequeno de porte se apresentam como mais úteis às atividades agrícolas devido a sua regularidade, assim como o autor descreve trecho que segue:

Rios do tipo do Mamanguape, do Uma, do Pitanga, do Parnamirim, do Sirinhaém, do Iguaçu, do Cotindiba, do Pirapama, do Ipojuca, do Mundaú, do Paraíba, foram colaboradores valiosos, regulares, sem as intermitências nem os transbordamentos dos grandes na organização da nossa economia agrária e da sociedade escravocrata que à sua sombra se desenvolveu.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> CARVALHO, Marcus; **Liberdade; Rotinas e Rupturas do Escravismo**. Recife. Ed. Universitária da UFPE. 1998

<sup>16</sup> GOULART, José Alípio. Op. Cit. Pág 39

<sup>17</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo. Ed. Global. 2005. Pág. 87

<sup>18</sup> *Idem. Ibidem*. Pág. 88

Se os grandes rios brasileiros tiveram um papel importante no sentido da colonização e da construção da identidade nacional, os rios menores foram primordiais no sentido de permitir o florescimento de atividades agrícolas de longa escala, como o açúcar. Estes permitiram, em um período cujas vias terrestres eram cheias de restrições quanto as suas utilidades, a existência de um fluxo de mercadorias e de pessoas que mantiveram ativa uma economia de grandes dimensões.

Outro aspecto que enfatiza a importância dos rios para economia açucareira diz respeito ao processo de fabrico do açúcar, onde desde o Engenho Trapiche até a mais moderna Usina do séc. XIX tiveram na água um elemento indispensável ao seu funcionamento.

Historicamente, tal dependência pode ser observada nos primeiros grandes engenhos instalados em Pernambuco. Nestes, alguns eram movidos à água, que em contato com as rodas de madeira acionava os cilindros de moer as canas. A princípio tais cilindros eram postos de maneira vertical, e posteriormente de maneira horizontal no intuito de aumentar a produtividade<sup>19</sup>.

O exemplo de Cuba ajuda a ilustrar um pouco sobre a importância da água para o funcionamento dos engenhos. Mesmo com a ausência de uma hidrografia favorável a este tipo de engenho, buscou-se insistentemente nesse país, durante o séc. XVIII, maximizar a utilização de engenhos com moendas hidráulicas<sup>20</sup>.

No caso de Pernambuco, a forma como a historiografia aborda a utilização dos engenhos movidos à água, durante o século XIX, ofusca a relação de importância que esta teve para a economia açucareira. A partir de um levantamento realizado para os anos de 1854 a 1857, que aponta que os engenhos de força hidráulica consistiram em 19% a 31% dos engenhos contabilizados, Peter Eisenberg conclui no sentido de diminuir a importância desta força motriz para a produção de açúcar.<sup>21</sup>

Contudo, tal análise não leva em conta a irregularidade na distribuição de rios regulares na Zona da Mata. Mesmo sendo a minoria frente ao total, os engenhos movidos a água poderiam estar localizados nos grandes pólos de produção de açúcar, que normalmente se localizavam em áreas próximas aos rios, causando um impacto subestimado pela análise de Eisenberg.

---

<sup>19</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, trabalho e poder: O mundo dos engenhos no nordeste colonial**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1988. Pág. 38

<sup>20</sup> FRAGINALS; Manuel Moreno. **O Engenho**. São Paulo. Ed. Hucitec. 1988. Pág. 219

<sup>21</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1997. Pág. 62

Tal circunstância fica ainda mais evidente se observarmos um caso específico. Na cidade de Jaboatão, que se localiza na Mata Sul de Pernambuco, no ano de 1857 a distribuição de Engenhos movidos à água e a animais se dava numa configuração totalmente diferente da conjuntura supracitada. Dos 47 engenhos listados, mais da metade se utilizava da força dos rios como energia para moerem a cana, assim como está disposto na Tabela 1.

**TABELA 1**  
**PERNAMBUCO**  
**Fontes de Energia dos Engenhos de Jaboatão em 1857**

<b>Força Motriz</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Água	25	53,2
Animais	18	38,2
Não especificado	2	4,3
Vapor	2	4,3
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>100%</b>

Fonte: MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco e a história social do nordeste: 1840-1889(o)*. Recife. Cruzeiro(O), 1975. 2 v. Pág. 607

O município de Jaboatão se apresentava como um grande pólo produtor de açúcar durante o século XIX, e o percentual de aproximadamente 54% de todos os engenhos utilizados no município estarem sendo movidos a água, corrobora com a associação que Manuel Correia de Andrade faz entre a utilização deste tipo de força energética e uma maior produtividade. Segundo o autor, além de produzir menos, os engenhos movidos a animais moíam de 25 a 30 tarefas por dia, enquanto os movidos por água moíam de 30 a 40 tarefas por dia. Os movidos por força animal ainda causavam dispêndio com a manutenção da força de trabalho, em contrapartida, estavam totalmente isentos deste fator aqueles produtores que moíam suas canas com a força hidráulica<sup>22</sup>.

Dando continuidade a questão que envolve o significativo papel dos rios para a economia açucareira, vale a pena observarmos a evolução dos estudos existentes, com relação a relevância da água, diante do processo de modernização dos engenhos. Tanto em Pernambuco quanto em outros lugares, a água passou a adquirir uma importância fundamental devido a sua freqüente utilização em algumas máquinas. Durante o século XIX, a modernização do aparelho produtivo permitiu que houvesse a substituição dos

<sup>22</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e O Homem do Nordeste*. São Paulo. Brasiliense. 1973. Pág. 97

engenhos de tração animal, das almanjarras e, inclusive, das moendas d'água por caldeiras a vapor, sendo então a água do rio imprescindível para o funcionamento do engenho naquele momento.

Em Jaboaão, no ano de 1857, apenas 2 engenhos a vapor estavam listados. Já no ano de 1912, num levantamento de proprietários de engenho que fizeram empréstimos em longo prazo frente ao governo estadual, 6 engenhos foram relacionados utilizando de tal tecnologia, dentre os 22 engenhos existentes no município. Dentre estes 22 engenhos, nenhum era de tração animal, e todos os outros que restaram eram movidos à água.<sup>23</sup>

Com o advento da usina, as relações desta com o rio tomaram uma nova configuração. Segundo De'Carli, "*A usina tem uma sede enorme de água do rio*". O aumento na dimensão da produção do açúcar cria uma nova escala de demanda por água, no sentido de abastecer as inúmeras caldeiras, motores, turbinas hidráulicas e bombas de ar da unidade industrial, pois sem os rios, todas essas máquinas se transformariam, ainda segundo De' Carli, em um "amontoado de ferros".<sup>24</sup>

A serventia do rio para a Usina também possuía características menos nobres. O despejo dos detritos da fabricação de açúcar acabava por consistir numa maneira bastante conveniente aos usineiros e senhores de engenhos de se livrarem da parte que sobrava da produção, e que não agregava valor econômico nenhum. Esta atitude causava um impacto ambiental negativo de dimensões consideráveis na rede hidrográfica da região.

Freyre tece alguns comentários acerca dessa conduta dos usineiros e senhores de engenhos a respeito dos rios:

O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório das caldas fedorentas de suas Usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as Usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes do Nordeste.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco e a historia social do nordeste: 1840-1889(o)**. Recife: Cruzeiro(O), 1975. 2 v.

<sup>24</sup> Dé CARLI. Op. Cit. 1985. Pág. 50

<sup>25</sup> FREYE. Gilberto. Op. Cit. 2005. Pág. 35

A importância da hidrografia da Zona da Mata para a economia açucareira deve ser pensada a partir das peculiaridades observadas na diferentes sub-regiões da mesma.

Segundo Andrade, os rios mais volumosos e regulares estavam justamente na parte sul da Zona da Mata, isto devido à maior pluviosidade da região.<sup>26</sup>

Neste sentido, torna-se importante ressaltar, que uma maior quantidade de rios na Mata Sul consistiu num fator decisivo para o maior desenvolvimento econômico desta região em relação à Mata Norte.

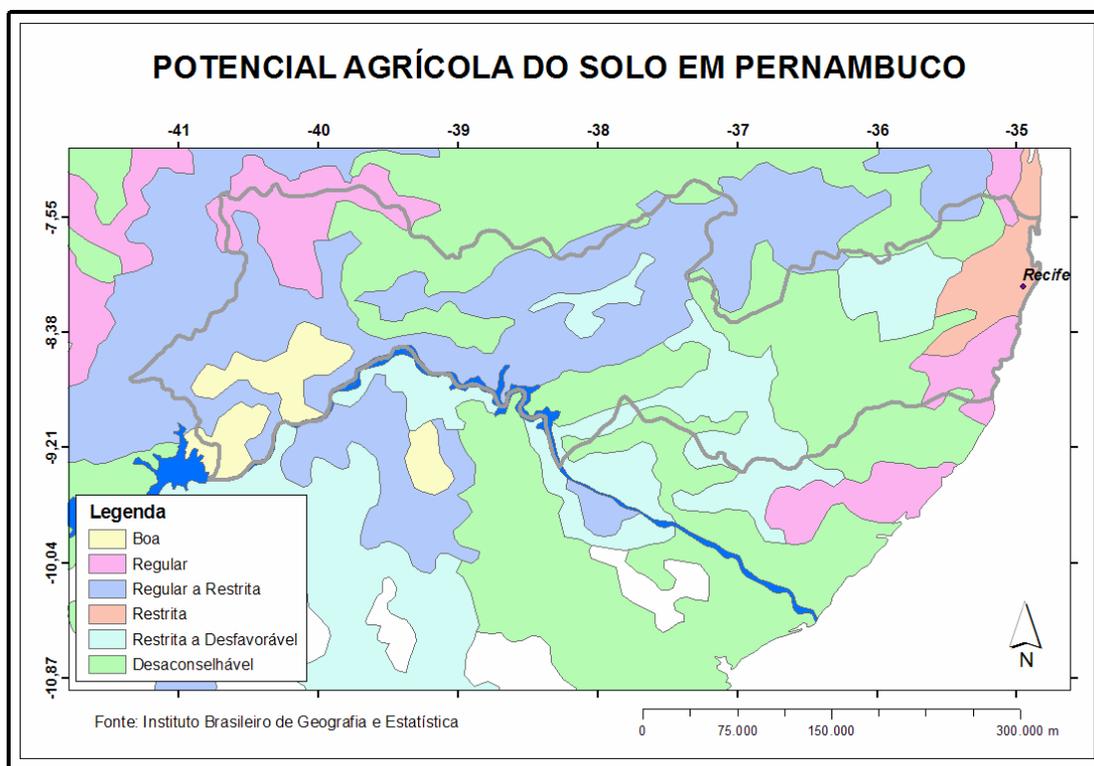
Embora estabelecendo, aqui, algumas peculiaridades em relação às diferenças entre as sub-regiões da Zona da Mata, não podemos firmar uma idéia de antagonismo entre as mesmas. Apesar da incidência menor de chuvas, rios e solos férteis, a Mata Seca ainda se constituía num grande pólo açucareiro, onde cidades como Nazaré e Goiana despontavam na produção de açúcar. Vale salientar que o Engenho Salgado, o qual Henry Koster visitou e realizou várias descrições, pertencia a Bento José da Costa, um dos indivíduos mais ricos e empreendedores da província, e se situava no município de Goiana na Mata Seca pernambucana.

Sendo assim, ao invés de traçar tal paralelo de antagonismo, é mais coerente afirmar que na mata úmida havia uma incidência maior de áreas produtivas, ao contrário da mata seca, o que não implicava negar existência de áreas de bom potencial produtivo na parte norte da Zona da Mata. Tal configuração em relação à produtividade fica refletida no mapa a ser apresentado a seguir, que indica o potencial agrícola dos solos em Pernambuco.

---

<sup>26</sup> ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit. 1973. Pág. 28

MAPA 5



É bastante plausível a idéia de que tal conjuntura geográfica deva ter influenciado consideravelmente a composição da elite açucareira pernambucana. Pela condição geográfica mais favorável na Mata Úmida, é provável que a mesma tenha atraído em sua maioria, os senhores de engenho mais ricos, ou ao menos mais empreendedores em comparação com a Mata Seca.

Esta sugestão está baseada no fato de haver um comportamento distinto entre as duas sub-regiões durante o processo de modernização da indústria açucareira. Algumas cidades, como Nazareth, que no levantamento estatístico de 1854 aparece como a segunda cidade com o maior número de engenhos registrados (107), perdendo apenas para Escada (187), o que sugere um acúmulo de riqueza considerável, no ano de 1914 se apresenta com apenas uma única usina fundada em seu território<sup>27</sup>.

Antes de 1890, não houve subsídios governamentais e as melhorias tecnológicas se deram por iniciativas particulares; portanto, não foram constatadas implementações

<sup>27</sup> PERES, Gaspar. Op. Cit. 1991. Pág. 31

significativas na aparelhagem produtiva de Nazareth. Este contexto é o avesso do que ocorreu em outros municípios da Mata Sul, como Escada e Jaboatão, que mesmo sem incentivos governamentais, ficou constatada a existência de algumas experiências de caráter inovador e empreendedor, por parte das elites locais, no sentido de modernizar seu aparelho produtivo<sup>28</sup>.

Tais reações, em ambas as sub-regiões frente à crise açucareira, serão melhor discutidas a seguir. Contudo, é importante sempre ressaltar a importância da formação histórica de tais regiões, numa tentativa de se justificar alguns acontecimentos durante a crise açucareira que vão além dos determinismos geográficos.

## **1.2 - A crise da economia açucareira – ‘refinamento’ da elite e mudanças na estrutura produtiva.**

A crise econômica que se sucedeu em Pernambuco na segunda metade do século XIX reconfigurou a elite açucareira local num processo de “refinamento” da mesma, permitindo que apenas um pequeno grupo de indivíduos concentrassem o poder político e econômico ao fim do Império.

Os impactos da crise podem ser bem evidenciados se observarmos as mudanças por que passou a estrutura produtiva do açúcar. As mudanças tecnológicas realizadas nos engenhos e a transição da mão-de-obra compulsória para a livre, configuram este momento como um período decisivo para os rumos das elites envolvidas na produção açucareira.

A conjuntura de crise instaurada na produção açucareira a partir de 1870 não se constituiu em algo inédito para tal economia. O próprio ciclo do açúcar que havia se iniciado por volta de 1550, se findou em meados do século XVII, quando as colônias holandesas, inglesas e francesas nas Antilhas passaram a concorrer com o açúcar brasileiro nos mercados tradicionais. O momento vivenciado no século XIX tem suas particularidades devido à forma como os diferentes grupos de senhores de engenhos reagiram perante as dificuldades vivenciadas.

A historiografia sobre a crise da economia açucareira do século XIX é vasta, e é interessante a forma variada como os historiadores e outros estudiosos interpretam os motivos que levaram a mesma a entrar em crise.

---

<sup>28</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife. Ed. Massangana. 1989. Pág. 27

Segundo De'Carli, questões internas ligadas à produção do açúcar foram determinantes para as dificuldades encontradas pela economia açucareira. O esgotamento do solo, a rotina do trabalho agrícola e as más variedades de cana teriam contribuído efetivamente para tal estagnação. A forma arcaica como se conduzia o cultivo da cana, através de práticas seculares, e a própria tecnologia atrasada aplicada à produção do açúcar, não permitiram o fortalecimento da produção local a fim de competir no mercado internacional com o açúcar produzido em outras localidades. Sendo, então, o atraso técnico o grande responsável pela estagnação da economia açucareira<sup>29</sup>.

Flávio Guerra tem outro entendimento a respeito dessa questão, ele atribui à crise econômica variáveis essencialmente internas à economia açucareira, ressaltando a superprodução de açúcar, realizada durante o terceiro quartel do século XIX, o principal fator deflagrador da crise. O excesso de açúcar produzido se deu, segundo o mesmo, em decorrência da aplicação de algumas melhorias técnicas e do grande número de engenhos instalados naquele período. Tal autor define da seguinte maneira o momento de crise:

Era o fantasma da superprodução, conseqüente da imprevidência fabril sem racionalização, com relação às possibilidades de consumo, pois não se procurava notar que nos outros centros produtores de açúcar no mundo o ritmo era o mesmo: acelerado. Estava a crise já ameaçando com um encalhe.<sup>30</sup>

Contudo, uma produção historiográfica bastante significativa aponta para os fatores externos, no que diz respeito à economia local, as razões causadoras da crise açucareira.

Caio Prado Júnior defende esse argumento, apontando distintos fatores como causadores da crise econômica. Segundo o mesmo, a causa precípua se encontra na desfavorável conjuntura internacional, quando “aparece no século XIX um sucedâneo que o levará de vencida: a beterraba”. Com isso, os países donos dos maiores mercados consumidores passaram de consumidores a produtores de açúcar, além de exportar o excedente às suas necessidades. Sendo assim, a crise nos países produtores de açúcar de

---

<sup>29</sup> CARLI, Gileno de. **O processo histórico da usina de açúcar em Pernambuco**. Rio de Janeiro. Pongetti. 1942. Pág. 109

<sup>30</sup> GUERRA, Flávio. **Idos do velho açúcar**. Recife. Sociedade Auxiliadora de Agricultura. 1982. Pág. 143

cana passou a ser geral, com ressalvas para as colônias européias que ainda gozavam de certo espaço nas suas metrópoles. No caso do Brasil, que era um produtor independente, havia ainda como pontos negativos a sua situação geográfica excêntrica e o nível rudimentar de sua técnica de produção, o que conseqüentemente contribuiu para em meados do século XIX o país estivesse apenas em 5º. lugar entre os países produtores de cana-de-açúcar, rumando para o declínio em termos absolutos, no final do século.<sup>31</sup>

Celso Furtado também vê no mercado externo um fator determinante para a crise açucareira. Mesmo constatando uma organização na estrutura produtiva do açúcar que inibia mudanças estruturais significativas diante das quedas do preço deste produto no mercado internacional, Furtado vê na perda de capacidade de reposição da força de trabalho e da aquisição de produtos importados por parte do senhor de engenho, como um reflexo direto da conjuntura externa que diminuiu os preços do açúcar<sup>32</sup>.

Em estudo que discute o processo de modernização da indústria açucareira pernambucana, Peter Eisenberg resume a conjuntura da crise da seguinte forma:

Os agricultores brasileiros, especialmente os de Pernambuco, podiam atribuir suas dificuldades relativamente a poucas causas. A crise da exportação era um evidente produto do auge da exportação de beterraba, que rebaixou os preços e tomou conta dos mercados tradicionais. O Brasil não conseguiu substituir seus antigos mercados europeus por escoadores do hemisfério ocidental, porque os consumidores preferiram ofertas alternativas, de colônias ou de seus próprios territórios nacionais. Restou apenas o recurso de proteger o mercado interno, e neste caso, devido à distância em que fica Pernambuco dos principais centros populacionais, os produtores nordestinos não puderam manter a predominância que tinham desfrutado nos mercados estrangeiros. Sem mercado, a indústria estagnou.<sup>33</sup>

De acordo com Eisenberg, a queda dos preços e a dura concorrência, foram os aspectos fundamentais para o processo de derrocada econômica do açúcar pernambucano no mercado mundial. Além disso, este autor comenta que a produção européia de açúcar de beterraba desempenhou um papel considerável em tal processo. O fortalecimento do açúcar de beterraba no mercado mundial, que se iniciou durante o bloqueio continental estabelecido por Napoleão, no início do século XIX e se efetivou

---

<sup>31</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1976. Pág. 156

<sup>32</sup> FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1963.

Pág. 53

<sup>33</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 55

no período posterior, por meio de políticas protecionistas, fez com que tal produto invadisse o mercado mundial de forma considerável.

Tal conjuntura negativa forçou então os agricultores pernambucanos a realizarem mudanças modernizadoras em seu aparelho produtivo, com a finalidade de concorrerem com o açúcar produzido em outros locais, sob um menor custo. Mesmo admitindo a existência de problemas técnicos na produção, num nível de atraso considerável em relação aos outros concorrentes no mercado mundial, o autor situa nas causas externas à economia açucareira pernambucana a causa principal de sua crise<sup>34</sup>.

Gadiel Perruci corrobora em vários aspectos a explicação que aponta para uma situação desfavorável do mercado internacional frente ao açúcar pernambucano como motivadora fundamental de sua crise. O autor ainda refuta enfaticamente a hipótese de que a crise açucareira se devia ao atraso de técnicas utilizadas na produção do açúcar, mesmo reconhecendo que “as técnicas arcaicas constituem certamente causas para a decadência do açúcar nordestino, mas elas não são por si mesmas as causas principais”<sup>35</sup>. Este afirma que as razões se deveriam antes a problemas sócio-econômicos e políticos que meramente a questões técnicas. Entretanto, haveria de ser a falta de investimentos na cultura da cana, em contrapartida aos investimentos no nível industrial, que causou o fracasso nas políticas de reação à crise implantada pelo governo central e elites locais.

Em outra interpretação, que aponta especialmente para os fatores externos motivadores dessa crise, destacamos Mariano Díaz-Miranda ao criticar duramente os estudos e argumentos que direcionam as razões de defasagem tecnológica do aparelho produtivo, como motivo único para o declínio das exportações de açúcar. Segundo o mesmo, o problema central não estava pautado na questão da modernização do aparelho produtivo, que por sinal reconhece a sua devida importância, mas sim na incapacidade que o governo brasileiro teve de assegurar, via relações diplomáticas, os mercados para o açúcar produzido no país. Díaz-Miranda analisa de forma irônica tal incapacidade política justamente num país que teve uma tradição colonial de tantos anos, e que

---

<sup>34</sup> Segundo Eisemberg, a participação do açúcar de cana que era de 90% em torno de 1840, passou a 50% da demanda mundial no início do século XX. EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 46

<sup>35</sup> PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978. Pág. 113

deveria estar mais preocupado em estabelecer relações de dependência com os mercados consumidores<sup>36</sup>.

Por fim, vale salientar a tese de Vergolino, que numa análise sobre a economia pernambucana na segunda metade do século XIX prima por observar conjuntamente a importância das variáveis internas e externas para a realidade local. Segundo o autor, os motivos os quais levaram Pernambuco a passar por uma forte crise econômica, no início da segunda metade do séc. XIX estão intimamente ligados a crise pela qual passava a produção de açúcar, e conseqüentemente dizem respeito a uma série de aspectos, que são internos e externos à realidade da economia local. No que diz respeito aos fatores internos destacam-se os de ordem claramente estrutural. A economia da província pautava-se na produção de um único produto voltado para o mercado externo, o que conseqüentemente tornava toda a província dependente do desempenho do açúcar. Além disso, analisando-se a própria estrutura da produção do açúcar, percebe-se o quanto esta se encontrava defasada frente à nova conjuntura econômica internacional, no sentido de ter em suas técnicas de cultivo práticas obsoletas em comparação a produção de outras regiões, o que encarecia o preço final do produto e diminuía a produtividade. Justamente essa conjuntura de mercado internacional em qual o açúcar se encontrava, é que destacamos o aspecto externo, determinante para a economia local, ou seja, o açúcar pernambucano se encontrava em situação desprivilegiada ao açúcar estrangeiro. Dado o avanço tecnológico de outras áreas produtoras, como o Egito e Europa (que produzia açúcar de beterraba), o preço e a dimensão do total produzido se encontravam em situação de maior aceitação pelo mercado internacional. Dessa forma, ao constatar uma necessidade de sobrevivência frente à crise, a açucarocracia local irá debater a respeito das políticas de auxílio à lavoura açucareira, que invariavelmente apontaram para uma necessidade de se modernizar a produção.<sup>37</sup>

### **1.3 - O progresso técnico dos engenhos de açúcar**

A crise açucareira desencadeada durante a segunda metade do século XIX provocou mudanças de atitude, por parte de alguns grupos ligados aos senhores de

---

<sup>36</sup> DIAZ-MIRANDA, Mariano. **Dilemmas in the brazilian sugar industry, 1850-1900: The obsession with exports and the failure of foreign investors in Pernambuco**. Ann arbor: Univ Microfilms Int, 1988.

engenho pernambucanos, no sentido de realizar políticas que visassem modernizar a indústria açucareira local.

Inicialmente se constata um problema significativo na historiografia que aborda a modernização da indústria açucareira. As definições a respeito do que eram exatamente *Usinas*, *Engenhos Centrais* e *Meio aparelhos* dão margem a várias interpretações, sendo esta última terminologia a que apresenta a maior dificuldade em sua utilização.

Andrade afirma que seriam os *meios aparelhos* alguns engenhos bangüês que haviam se aparelhado para a produção de açúcar (branco e demerara) no período anterior ao surgimento dos Engenhos Centrais<sup>38</sup>. Entretanto, o mesmo autor, em obra posterior, engloba todas estas unidades surgidas anteriormente ao ano de 1890 na condição de Usinas<sup>39</sup>.

Esta contradição também se revela na classificação particular das unidades produtivas por parte de alguns autores. Gileno de'Carli se refere a algumas unidades em que foram implementadas melhorias técnicas, fruto de ações individuais, enquanto Usinas. O Caso da Usina Tinoco deixa bastante evidente tal contexto. Anteriormente a 1885 o autor já a situa como Usina, junto com as unidades de São João da Várzea, São Francisco, Perseverança, Mameluco, Conceição dos Milagres, Cuiambuca, Firmeza, Bom Gosto e Santo Inácio<sup>40</sup>. Entretanto, Peres & Peres definem estas mesmas unidades citadas por De'Carli, para o mesmo período, como engenhos de meio-aparelho<sup>41</sup>.

Esta pouca clareza nos obriga a discutir, mais detalhadamente, o significado estrito do termo *meio-aparelho*. Se os autores discordam a respeito de sua classificação, ao menos todos corroboram que tais unidades eram dotadas de maquinaria moderna, comprada sem subsídios do governo e de capacidade produtiva inferior às usinas subsidiadas no período republicano. Os *meio-aparelhos* seriam então um “ensaio” do que vieram a ser as usinas num período posterior, justamente por possuírem, assim como estas últimas, maquinaria moderna e uma divisão do trabalho semelhante. A diferença estava justamente no fato de que as usinas possuíam maior capacidade

---

<sup>37</sup> VERGOLINO, Jose Raimundo. **A Economia de Pernambuco no Período 1850-1900: Uma Interpretação**. Clio. Revista de História do Departamento de História da UFPE. No. 14. Recife. Ed. da UFPE. 1993.

<sup>38</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Transição do Trabalho Escravos para o Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro:1850/1888**. Revista de Estudos Econômicos, USP. São Paulo, 1983. Pág. 81

<sup>39</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit. 1989. Pág. 30

<sup>40</sup> DE'CARLI, Gileno. Op. Cit. 1985. Pág. 253

<sup>41</sup> PERES, Gaspar. **A Indústria Açucareira de Pernambuco**. Gaspar Peres, Apollonio Peres. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife, CEPE. 1991. Pág. 66

produtiva, aspecto esse possibilitado pelo grande incremento de capital que permitiu uma estruturação mais efetiva desta, ao contrário dos *meio-parelhos*, que foram bancados estritamente com capital particular. Tal aspecto ficou constatado no impacto positivo causado na economia açucareira local, com o surgimento das usinas no período republicano, o que não se deu no período anterior, mesmo com as melhorias implementadas sob os esforços dos próprios senhores de engenho.

Ainda sobre o período que antecedeu ao ano de 1890, e o respectivo processo de modernização, a participação dos governos central e provincial, no financiamento da modernização, ocorreu apenas nos engenhos centrais. É importante observarmos a participação do governo imperial neste processo de modernização, pois esta só se deu na subvenção de tais unidades.

O engenho central surgiu, então, como uma promissora saída, devido ao caráter de especialização que esta trazia ao processo de produção, otimizando os investimentos e barateando o preço final do açúcar. Tal unidade consistia-se numa inovação no processo de produção, onde cabia ao mesmo apenas o processamento do açúcar, sendo o cultivo da cana responsabilidade de outros senhores de engenhos e lavradores. Estes engenhos consistiram num investimento do governo imperial baseado nas experiências de outras nações ou colônias que deram certo.

É bastante aceito na historiografia estudada por nós o fato dos engenhos centrais terem fracassado, contudo há divergências bastante claras quanto aos culpados pelos problemas apresentados por tais unidades produtoras.

Segundo Gadiel Perruci, o motivo do fracasso dos engenhos centrais estava na incompatibilidade das relações de produção agrárias e tradicionais com as modernas técnicas de fabricação de açúcar. A modernização de apenas uma das fases da produção, a fase industrial, teria criado uma incompatibilidade difícil de ser superada. O setor agrícola inteiramente superado, não apenas pelas práticas do cultivo da cana, mas essencialmente pelos interesses econômicos e sociais que predominavam entre as elites locais, ao contrário do setor industrial, que era controlado por capitalistas ligados ao setor financeiro ou industrial, estrangeiro ou local, cuja mentalidade modernizadora não compatibilizava com a estrutura senhorial existente nos engenhos<sup>42</sup>.

Por conseguinte, uma boa parte da historiografia refuta a hipótese de Perruci de isentar de culpa os grupos estrangeiros sobre o fracasso dos engenhos centrais em

---

<sup>42</sup> PERRUCCI, Gadiel. Op. Cit. 1978. Págs 113-114.

Pernambuco. Eisenberg é bastante claro quando afirma que as primeiras tentativas de implantação de tais unidades produtivas fracassaram por dois motivos: falta de capital e má-fé.<sup>43</sup>

Cabral de Mello corrobora de certa forma com tal explicação, e afirma que a política desempenhada pelo Estado atendeu apenas o interesse de especuladores e grupos ligados ao capital estrangeiro, que tinham interesse em lucrar com o repasse das concessões a outras empresas, que por conseguinte não atendiam algumas necessidades básicas impostas pelos contratos e ganharam total antipatia das elites açucareiras. Tal conjuntura aponta para a ausência de uma política, por parte do governo imperial, que servisse aos interesses das elites ligadas à produção do açúcar. O mesmo autor aponta ainda para uma incapacidade de organização em torno de um interesse uniforme à classe açucareira como agravante quanto a falta de medidas que beneficiassem diretamente tal grupo. Na segunda metade do século XIX, tal falta de unidade se refletiu no conflito que ocorreu entre duas facções rivais conhecidas por “leões” e “cachorros”. Tal disputa, segundo o mesmo, impediu com que Pernambuco pudesse exercer uma política com maior influência no cenário nacional, tornando mais difícil a barganha junto ao governo central por políticas que atendessem aos interesses da açucaroocracia local.<sup>44</sup>

Sendo assim, até o final do Império algumas medidas que visavam modernizar a indústria açucareira pernambucana tiveram que ser tomadas por iniciativas individuais. A importação de maquinaria moderna, que custava muito caro, e representavam um investimento de grande risco, revelaram uma heterogeneidade drástica entre os senhores de engenho pernambucanos.

Em um mapeamento das unidades instaladas nas últimas décadas do período imperial, disposto no mapa 6, vemos como é patente a diferença no ritmo da modernização entre a mata seca a mata úmida. O impacto de tais medidas foi importante no sentido de modernizarem o aparelho produtivo, e que se não surtiram o efeito necessário de reavivar tal economia naquele momento, ao menos evidenciou claramente a existência de um grupo economicamente diferenciado frente aos demais.

---

<sup>43</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit.. 1977. Pág. 123-124

<sup>44</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Norte agrário e o império: 1871-1889(o)**. 2.ED. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. Pág. 161



político e econômico de outrora, por sinal mais fortalecido politicamente devido ao federalismo da recém Proclamada República Brasileira<sup>45</sup>.

Assim sendo, podemos observar a existência de um processo de refinamento da elite açucareira pernambucana, permitindo que apenas uma pequena minoria deste grupo continuasse a ocupar o topo da cadeia produtiva do açúcar. Boa parte da historiografia sobre o açúcar atribui a tal minoria, representada pelos donos de usinas, a condição de senhores de engenho mais capitalizados que conseguiram bancar o processo de modernização de seu aparelho produtivo sem incentivos governamentais<sup>46</sup>.

Eram estes indivíduos, mais empreendedores e capitalizados, que segundo tais estudiosos, diante dos fracassos das políticas governamentais do governo imperial e da província, no sentido de modernizar a indústria açucareira, empreenderam com capital próprio ou em associação com indivíduos ligados às atividades de créditos, toda a modernização do seu aparelho produtivo. Tal atitude incidiu na criação das usinas e numa reestruturação da cadeia produtiva do açúcar, realocando a maioria dos tradicionais senhores de engenho, que de produtores do açúcar passaram a meros fornecedores de cana para as usinas, situação esta que minou seu prestígio social.

Entretanto, outros pesquisadores apontam para uma configuração diferente do referido processo de modernização. Para Manuel Correia de Andrade, a modernização da indústria açucareira, que incidiu na transição das Usinas, foi efetivamente realizada por capital público, sob forma de financiamento do governo provincial, política esta que se iniciou no governo do Barão de Lucena, ainda na década de 80, e teve seu ápice no governo de Barbosa Lima em 1895.<sup>47</sup>

Apesar de não ser objetivo deste trabalho discutir a gênese do Capital que financiou e consolidou o processo Usineiro na década de 1890, é importante observar que tal movimento evidenciou uma diferenciação que já vinha sendo mais acentuada entre os Senhores de Engenho desde o início da crise açucareira na década de 1870. O levantamento da modernização realizada a partir de 1890 demonstra como a distribuição das Usinas na Zona da Mata revela que a mata úmida possuía senhores de Engenho, e,

---

<sup>45</sup> LEVINE, Robert. *A Velha Usina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.

<sup>46</sup> EISEMBERG, Peter. *Modernização sem Mudança*; LEVINE, Robert. *A Velha Usina*; VERGOLINO, José Raimundo. *A Economia de Pernambuco no Período 1850-1900: Uma Interpretação*.

<sup>47</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit. 1989. Pág. 37

assim como afirmou Evaldo Cabral, eram: “... mais empreendedores, ou mais ricos ou mais bem relacionados com as autoridades estaduais.”<sup>48</sup>

#### **1.4 - Os problemas e a crise da lavoura: o discurso da açucarocracia**

As variações no preço e a perda de espaço no mercado internacional por parte do açúcar brasileiro não consistem numa particularidade da segunda metade do século XIX. O próprio ciclo do açúcar que se iniciou na segunda metade do século XVI e se findou durante o século XVII, quando o Brasil perdeu mercados na Europa para o produto antilhano, trouxe um abalo muito sério à economia brasileira.

Apesar de todas essas questões, a produção não estagnou, e mesmo as exportações de tal produto decrescendo nos anos que se seguiram, o açúcar atingiu um novo período de prosperidade durante o século XIX. Segundo Furtado, a economia açucareira do nordeste brasileiro, com efeito, resistiu por mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo. O diferencial negativo para o senhor de engenho, no contexto de crise, estaria então na redução dos preços do açúcar até certo nível, já que os custos se constituíam em gastos fixos, onde o mesmo perderia então a capacidade de reposição da força de trabalho e de aquisição dos produtos importados.<sup>49</sup>

O convívio com a variação nos preços do açúcar foi então algo recorrente para a economia açucareira brasileira, e em especial a pernambucana. O fato de haver uma nova queda de preços, em meados da segunda metade do século XIX, não encerra a questão sobre uma real consciência de crise por parte dos grupos envolvidos na produção do açúcar, até porque mesmo em períodos de baixos preços no mercado internacional, a produção média continua a crescer, assim como fica sugerido na tabela a seguir.

---

<sup>48</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999. Pág. 169

<sup>49</sup> FURTADO, Celso. Op. Cit.. 1963. Pág. 52-53

**TABELA 2**  
**PERNAMBUCO**  
 Exportação de Açúcar  
 (1836-1910)

Anos	Quantidade média anual (toneladas)	Valor médio anual (£1880)
1836-40	27844	306881
1841-45	31926	409708
1846-50	47932	634628
1851-55	56981	949453
1856-60	48523	1007331
1861-65	46741	698008
1866-70	63229	748455
1871-75	78699	930345
1876-80	91882	1280670
1881-85	103889	1188376
1886-90	119227	1590118
1891-95	s/dados	s/dados
1896-1900	40840	284079
1901-05	11701	141299
1906-10	32993	361517

FONTE: EISEMBERG, Peter. Modernização sem Mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977. Pág 42

O Congresso Agrícola do Recife, realizado em 1878 sob organização da Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, se constitui num importante ponto de análise a respeito da mentalidade dos grupos ligados à economia açucareira pernambucana. Perruci afirma ter sido o congresso para os senhores de engenho da província “o canto dos cisnes dos barões de açúcar”.<sup>50</sup> Segundo o mesmo, o evento constituiu-se então numa despedida em grande estilo de um grupo social agonizante, e que durante séculos desempenhou o papel principal no cenário político e econômico da província, estando plenamente consciente da situação aguda de crise que a lavoura açucareira estava passando.

Entretanto, a partir de uma análise nas atas do mesmo Congresso Agrícola do Recife, Maria de Glória S. de Almeida discorda de uma plenitude nessa consciência de crise. Segundo a autora, a cada afirmação sobre a presença de um ou vários componentes do que seria um estado de crise, existe uma negação. A unanimidade das opiniões ficou por conta da falta de transportes, do confronto com o sul e da necessidade de divisão do trabalho nos engenhos<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> PERRUCCI, Gadiel. **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife – Outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora de Pernambuco.** Recife. CEPA.1978. Introdução. Pág I

<sup>51</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro: Desafios num processo do vir-a-ser capitalista.** Aracaju: Univ. Fed. Sergipe, 1993. Pág. 118

O encontro realizado em Recife seria uma resposta ao congresso agrícola realizado no Rio de Janeiro sob a organização do Ministério da Agricultura, que excluiu da pauta de discussões as questões ligadas à lavoura nordestina. Contudo, o que se viu foram apenas debates ligados aos problemas envolvendo a lavoura açucareira, onde o próprio algodão (que possuía uma importância razoável na economia nordestina), foi posto em situação marginal. As questões ligadas à mão-de-obra, aos capitais disponíveis e a modernização técnica estavam no centro das discussões por gerarem o maior número de divergências entre os participantes.

Sobre a questão da disponibilidade de mão-de-obra, ficava claro neste debate que tal aspecto seguia uma racionalidade particular, a situação de cada senhor de engenho. Além do fato de que apenas os senhores que possuíam uma condição econômica destacada poderiam manter e aumentar seus plantéis de escravos, a participação da mão-de-obra livre no conjunto de trabalhadores do engenho também seguia uma ordem político-econômica. Sobre os trabalhadores livres, o engenheiro francês Henrique Augusto Millet afirmava que “só os tem com facilidade os senhores de engenho poderosos, para cujas terras afluem os moradores, ao passo que deles não precisam, por terem escravos suficientes para o manejo do engenho, ou os que se acham na vizinhança de algum povoado.”<sup>52</sup> Quanto ao senhor de engenho pobre, este:

custa ter moradores, já porque não os pode proteger eficazmente contra os possíveis desmandos das autoridades, já porque não costuma fazer bom açúcar (...) por isto, quem mais precisa de braços não os tem.<sup>53</sup>

Diante deste problema, constatava-se que não havia uma escassez de braços, apenas a incapacidade dos senhores de engenho de impor um ritmo de exploração da mão-de-obra livre como os conviesse. O reflexo disso são as variadas propostas de alguns participantes do congresso de tornar obrigatório o trabalho em relação aos trabalhadores livre pobres sob algumas circunstâncias, como o fez o prof. Coelho Rodrigues:

uma lei que os obrigasse a terem uma residência fixa e profissão honesta (...), seria, me parece, uma excelente medida de transição para pôr-se um termo breve a esse triste status quo.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> PERRUCCI, Gadiel. Op. Cit.1978. Pág. 431

Além desta, foi também sugerida a utilização da mão-de-obra dos imigrantes, proposta essa que não caiu na simpatia de quase todos os participantes.

Sendo assim, a questão da falta de mão-de-obra, mesmo se tornando um problema mais agudo depois da proibição do tráfico africano, esteve longe de se constituir num aspecto determinante para a crise econômica da província. Muito pelo contrário, segundo Cabral de Mello o tráfico interprovincial de escravos, que se realizou sob a conformidade das elites nortistas, é um reflexo de que a transição da mão-de-obra compulsória para a livre se fez de maneira bem menos dolorosa nas províncias do norte do que nas províncias do sul do Império.<sup>55</sup>

Agora observemos a questão ligada à ausência de capitais, que teve lugar importante nos debates realizados. Talvez este aspecto fosse o que congregasse os maiores tons de polêmica devido à variedade de opiniões e propostas a respeito de tal questão.

Em resposta a tal quesito colocado pelo governo, a Associação Comercial Beneficente julgou que o problema não se deve a uma questão nacional ou local de escassez de capitais, nem tampouco que o problema venha de maus resultados obtidos nos últimos anos com a produção de açúcar. Para a associação comercial, o problema da escassez de capitais se devia essencialmente à falta de segurança para que os credores pudessem conceder créditos à lavoura, além da facilidade que estes possuíam em investir em títulos do governo, dada a segurança que os juros destes investimentos possuíam.<sup>56</sup>

O Barão de Muribeca, que era um senhor de engenho de espírito empreendedor, dado o caráter de pioneirismo em seus investimentos de modernização do engenho de São João da Várzea<sup>57</sup>, atribuía tal problema às atitudes desregradas dos senhores de engenho. Segundo o mesmo, o levantamento de capitais dependia apenas de iniciativas particulares da cada um, sendo qualquer tipo de política governamental neste sentido desnecessária. Sobre as propostas que reivindicavam o auxílio governamental nesse problema o mesmo afirmava o seguinte:

---

<sup>53</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>54</sup> *Idem. Ibidem.* pág. 91

<sup>55</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999. 1º. Capítulo.

<sup>56</sup> PERRUCCI, Gadiel. Op. Cit. 1978. Págs. 115 e 116

<sup>57</sup> PERES, Gaspar. Op. Cit. 1991

outros querem que o governo contraia um empréstimo de cento e vinte mil contos e os emita, ponha-os em circulação imediatamente. Oh srs! O governo que tal fizesse cometeria uma loucura sem dúvida nenhuma.<sup>58</sup>

Milet possuía um posicionamento bastante diferente dos demais sobre a questão. Sua postura consistia basicamente na defesa de uma baixa cambial com fins de aumentar as exportações e o poder de compra daqueles que ficariam em posse de moeda estrangeira. Milet defendia ainda a emissão de papel moeda como forma de solucionar a ausência de capitais disponíveis no país, aspecto este que gerou furor polêmico no congresso devido à possibilidade de inflação que tal política poderia acarretar. Em resumo, o engenheiro francês, que tem uma história importante na luta em torno das melhorias para a lavoura açucareira, não via saída para a crise sem a intervenção governamental, o capital que seria destinado aos senhores de engenho sob a forma de empréstimos serviria então para modernizar a indústria açucareira local, aumentando então a sua competitividade no mercado internacional<sup>59</sup>.

O problema de capitais como um todo não se constitui numa peculiaridade do período observado. A dificuldade em se conseguir crédito fundamentou uma das relações mais importantes e duradouras da economia dos engenhos, que ligava diretamente os senhores de engenho e os seus correspondentes. Tal relação foi, segundo Freyre, fortalecida nos séculos XVIII e XIX onde o correspondente desempenhava um papel intermediário na concessão de crédito ao agricultor, além de desempenhar outras funções<sup>60</sup>. Com a valorização de outros tipos de investimentos a partir da segunda metade do século XIX, os capitais disponíveis para empréstimos, mesmo por parte dos correspondentes, foram ficando escassos devido aos outros locais em que eram aplicados.

Por fim, nos debates realizados sobre a modernização técnica, as questões discutidas circulavam em torno do apego às rotinas de trabalho e às necessidades de mudança. Novamente Henrique Augusto Milet surge com uma análise distinta que define bem a mentalidade recorrente entre os senhores de engenho acerca das rotinas na produção do açúcar. Segundo o mesmo, existem dois tipos de rotina: o primeiro tipo diz respeito àquelas práticas que são antigas e corriqueiras e que, mesmo surgindo outras de melhor aproveitamento as pessoas se contrariam em abandoná-la, esta seria a *má rotina*.

---

<sup>58</sup> PERRUCCI, Gadiel. Op. Cit. 1978. Pág. 98

<sup>59</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 130

O segundo tipo seriam as práticas peculiares à realidade local, que são baseadas na experiência empírica se mostrando eficazes, e que conseqüentemente não exigiriam grandes mudanças, estas seriam a *boa rotina*. Milet ainda discute o fato de que nas tentativas de se aplicarem alguns métodos de agricultura intensiva, o sucesso não ocorre da forma desejada devido às peculiaridades que envolvem a cultura de cana em determinados locais. Dessa forma, o mesmo afirma que não pode estar no atraso técnico o motivo da crise na agricultura.

A clareza quanto ao momento de crise pela qual está passando a lavoura açucareira é patente entre os oradores do congresso. A própria realização do evento que implicava grande possibilidade de esvaziamento demonstra, mesmo com certas restrições, algum tipo de reação dos grupos açucareiros em busca de melhorias para a cultura da cana. Se existe um ponto em comum apontado pelos participantes como saída para a crise, este ponto estava na modernização dos engenhos. Mesmo os que não defendiam o subsídio governamental como necessário a tal política, estavam de acordo com a necessidade de se investir em maquinaria moderna sob o pretexto de aumentar a produtividade e, por conseguinte, auferir maiores lucros.

No entanto, o processo de modernização da indústria açucareira pernambucana viria a implicar uma reconfiguração da elite local, onde apenas uma minoria passaria a dominar os meios de produção mais importantes. Tal minoria seria a elite usineira, que além de ser composta por ex-senhores de engenho, possuía agora membros ligados a outras atividades econômicas. O advento da usina passou a consistir assim num marco traumático para boa parte dos grupos ligados à açucarocracia pernambucana, dado o prestígio social e o poder político que foi minado da grande maioria dos membros da elite açucareira local durante tal processo.

O grande reflexo da questão que foi envolvida neste processo está inserido em toda uma literatura regionalista e nostálgica que traça imagens bastante passionais em relação às usinas e aos engenhos escrita no século XX.

Segundo Carlos Guilherme Motta, “As literaturas de crise constituem para os historiadores (...), as produções mais fecundas para definir uma época”<sup>61</sup>. A análise de parte da produção literária que retrata a decadência dos tradicionais senhores de

---

<sup>60</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 90

<sup>61</sup> MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: Pontos de partida para uma revisão histórica**. 9. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

engenho constitui-se num elemento importante para a compreensão do processo de derrocada de um grupo que esteve no topo da estrutura social vigente durante séculos.

O maior representante deste tipo de literatura, é sem dúvida nenhuma, o paraibano José Lins do Rego. De acordo com as palavras de Lêdo Ivo o mesmo era “o romancista da decadência, da perda, da tristeza, da infelicidade, o rapsodo voltado de uma visão trágica e desiludida.”<sup>62</sup>

O mundo descrito pelo mesmo traz consigo não a análise estrutural feita por um historiador de um Nordeste em decadência, mas sim um mundo em que está captado o cotidiano e as condutas comuns e aparentemente irrelevantes no espaço do engenho. Em carta ao próprio escritor, Mário de Andrade definia a sua obra da seguinte maneira: “Você está fixando, mais do que qualquer sociólogo, um período da vida brasileira, o caráter de uma sociedade, e a significação crítica de uma tragédia mesquinha e implacável.”<sup>63</sup>

O principal ponto levantado por José Lins do Rego em sua obra, consiste na trajetória que faz a usina, enquanto remodeladora das estruturas sócio-econômicas da Zona da Mata. O advento da usina de açúcar acabou por desbaratar toda uma engrenagem de relações sociais estabelecidas a partir da importância do engenho. As relações, que antes se baseavam na autoridade, no afeto e na tradição, passaram a vigorar sob uma ótica burguesa dependendo apenas de questões técnicas e econômicas.

Essa mudança de mentalidade foi bastante perceptível aos olhos de José Lins do Rego. Não é difícil encontrar em suas obras, narrativas sobre tal processo, que invariavelmente incorrem numa visão romantizada a respeito do senhor de engenho em contraste com o perfil ambicioso do usineiro.

O Dr. Juca, do Pau-d'arco, enfeixara em suas mãos todos os poderes dessa transformação. Era ambicioso. Aquela energia tranqüila do pai, no filho era só ambição de mandar, de ser rico, de mostrar-se. A idéia de montar a usina fora sua. A decadência do bangüê, aonde o velho fizera uma fortuna espantosa, animava-o a tentar a grande aventura.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> IVO, Ledo. In.: TRIGO, Luciano. **Engenho e Memória: O Nordeste do Açúcar na obra de José Lins do Rego**. Rio de Janeiro. Ed. Topbooks. 2002. Pág. 12

<sup>63</sup> TRIGO, Luciano. Op. Cit. 2002. Pág. 23

<sup>64</sup> RÊGO, José Lins do. **Usina**. 4. ed. Rio de Janeiro. Ed. J Olympio, 1956. Pág. 61

A usina operou uma transformação radical na lógica da estrutura de produção, que associou diretamente o advento desta à noção de progresso. A pouca adaptação da classe senhorial, à qual Lins do Rego pertencia, fica refletida na negação e na visão pejorativa deste aos possíveis benefícios permeados na modernização dos engenhos: “Do engenho via-se a fumaça da fábrica arrogante”.<sup>65</sup>

Naturalmente, tal visão está mais vinculada a uma melancolia nostálgica que a um próprio esforço de compreender o processo histórico de modernização. Entretanto, o caráter lucrativo da usina em detrimento da morosidade na obtenção de lucros dos bangüês se constitui num aspecto inegável da obra deste autor.

Na Paraíba a fama do Dr. Juca, da Bom Jesus, crescia cada dia que se passava. O seu automóvel atravessava o comércio, enchendo a rua de lado a lado.(...) os parentes censuravam a vida do Juca, mas os lucros da Bom Jesus cobriam, tapavam as fraquezas do diretor-gerente. A Bom Jesus andava de vento em popa, dera mais de 800 contos de lucro na última safra. Aquilo que o velho José Paulino levara 80 anos juntando, o seu filho ganhara numa safra, sem abrir os peitos de trabalho.<sup>66</sup>

Segundo Luciano Trigo, tanto Lins do Rego quanto Gilberto Freyre, se esforçaram para compreender a sociedade brasileira do ponto de vista de uma elite decadente, de uma aristocracia que vinha perdendo o poder<sup>67</sup>.

Se a figura do senhor de engenho, à qual a historiografia do século XX se referiu frequentemente, tem as características da construção discursiva realizada por estes autores aliados a outros intelectuais pertencentes ao Centro Regionalista do Nordeste, cabe àqueles que desenvolvem novas pesquisas sobre o açúcar tentar distinguir o caráter emotivo, presente no processo de decadência do patriarcado rural narrado pelos mesmos, do sentido verossímil em que se deu o processo histórico que culminou o fim do prestígio social absoluto dos senhores de engenho.

---

<sup>65</sup> RÊGO, José Lins do. **Bangüê**. 6. ed. Rio de Janeiro: J Olympio, 1966. Pág. 35

<sup>66</sup> Idem. Op. Cit. 1956. Pág. 95

<sup>67</sup> TRIGO, Luciano. Op. Cit. 2002. Pág 72.

## Capítulo 2

### **As Elites Agrárias e a Escravidão em Pernambuco**

A convivência com os escravos faz reproduzirem em si horrendos crimes. Quantas vezes senhor Presidente esta convivência não traz como resultado o aborto? Vossa Excelência é pai de família, e como todos nós deve saber o quão perniciososa é a convivência com os escravos. ( Fala do Deputado da Assembléia Provincial de Pernambuco Castro Jesus em sessão do dia 6/05/1882).

#### **2.1 – A relação entre senhores e escravos: uma breve análise historiográfica.**

Este capítulo tratará dos aspectos pertinentes à relação entre senhores e escravos no contexto da economia açucareira após 1850, além das diferentes posturas existentes na açucarocracia local, ante o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre, acelerado a partir desta data.

A densidade com que a escravidão esteve imbricada ao modo de vida das elites brasileiras suscitou vários debates na historiografia que abordou as relações entre senhores e escravos. Os estudiosos que abordaram este tema visavam definir contornos mais claros sobre a maneira em que se configurou tal elite e, por conseguinte, como esta se comportou diante de um contexto escravista. Diante disto, surgem basicamente três explicações distintas a respeito de tais relações.

A explicação mais difundida é a de Gilberto Freyre, que sugere ter existido uma comunidade escravista paternalista e patriarcal, ligando diretamente o senhor ao escravo numa relação harmônica<sup>68</sup>. Tal harmonia sugeria um trato benigno dos senhores para com o escravo em algumas instâncias, o que conseqüentemente contribuiu para a construção de uma idéia nostálgica em torno de tal relação por boa parte da historiografia.

Uma segunda hipótese sobre tais relações aponta para uma explicação supostamente antagônica ao entendimento de Freyre, negando enfaticamente uma relação harmônica, e de trato benigno, entre senhores e escravos. O conjunto de discussões e argumentos utilizados em prol dessa visão encontra-se explicitado na historiografia produzida pela Escola Sociológica de São Paulo. Para estes autores, o que havia era a existência de uma relação unilateral entre senhores e escravos, com uma

passividade total deste segundo grupo em relação ao primeiro, gerando uma situação de opressão absoluta por parte dos proprietários sobre os cativos.

Um dos grandes expoentes desta escola de pensamento foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Este aspecto se deve em razão da maneira enfática como o autor define a condição do escravo em tal contexto. Para este, o escravo apresentava-se enquanto indivíduo tornado coisa, que embora fosse capaz de empreender ações com sentido, estas consistiam em práticas, orientações e significações sociais impostas pelos senhores.<sup>69</sup>

Octávio Ianni compartilha das mesmas idéias de Cardoso ao argumentar que a condição econômica, jurídico-política e sócio-cultural do escravo não lhe abria possibilidade de elaborar, como coletividade, uma compreensão política da própria situação. Na medida em que era socializado como escravo, isto é, como propriedade do senhor, aos escravos não se abriam possibilidades de mobilização política independente.<sup>70</sup>

Numa terceira explicação, que se baseia numa releitura das afirmativas apresentadas acima, Eugene Genovese comenta ter havido a existência de duas classes escravocratas distintas, ao invés de duas explicações diferentes para caracterizar uma mesma elite e suas relações com seus escravos. A explicação encontrada na Escola Sociológica de São Paulo reflete apenas uma atenção voltada ao Sul no século XIX. Esta Escola repete as afirmações contemporâneas sobre a crueldade em que se davam as relações entre senhores e escravos, mas que de maneira pouco clara se contrapõem diretamente à opinião de Freyre sobre o Nordeste, o qual estabeleceu suas teses essencialmente a partir do olhar sobre as relações dentro do espaço da Casa Grande.<sup>71</sup>

A elite escravocrata nordestina diferia em aspectos fundamentais da elite escravocrata sulista. O processo de formação histórica foi bastante distinto entre essas duas regiões, o que obviamente forjou perfis distintos entre os proprietários de escravos. Sendo assim, é bastante plausível a hipótese de que as relações entre senhores e escravos para as duas áreas não podiam ocorrer da mesma forma.

A ligação direta destes dois grupos com a monocultura de exportação, parece ser a única, ou ao menos, a grande singularidade entre tais elites. Sendo assim, é necessário

---

<sup>68</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2000. Pág 409.

<sup>69</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do rio grande do sul**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 2 ed. 1977. Pág. 125

<sup>70</sup> IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo. Ed. Hucitec. 1978. Pág. 52

que se observem as relações entre senhores e escravos, a partir das peculiaridades históricas pertinentes a cada uma das atividades econômicas em que estavam inseridas, e discutir de que forma estas contribuíram na formação dos diferentes grupos de plantadores que compuseram o cenário histórico brasileiro na segunda metade do século XIX.

Robert Toplin, de forma simplista, tenta esquematizar em grandes categorias, os perfis de elites escravocratas no Brasil. Para este autor, os senhores ou plantadores ligados as atividades de agricultura de exportação se dividiam em três grupos: *traditional*, *hard-core* e *progressive*. O primeiro grupo diz respeito aos senhores de engenho nordestinos, o segundo aos plantadores do Vale do Paraíba e o terceiro aos do Centro-oeste de São Paulo.

O primeiro grupo intitulado *traditonal planters*, foram os representantes de várias gerações de senhores de engenho e donos de plantations<sup>72</sup>. Tal grupo foi exatamente o reflexo daquilo que seria a sociedade patriarcal e paternalista descrita por Gilberto Freyre. Toplin estava obviamente se referindo aos senhores de engenho nordestinos quando usou tal classificação, e tomando como base o perfil destes indivíduos delimitou de maneira mais precisa, o perfil dos outros grupos de latifundiários.

O segundo grupo, os *hard-core slaveholders*, diferia dos senhores de engenho em duas questões básicas: A primeira diz respeito ao fato de não possuírem uma raiz familiar oriunda de um passado, tão legítima quanto os senhores de engenho, embora assim como tais, os *hard-core slaveholders* tenham na escravidão uma instituição bastante intrínseca ao seu respectivo modo de vida. A segunda questão está relacionada ao perfil antiabolicionista inerente a estes, que no entendimento de Toplin, se justificava na impossibilidade de não poderem desenvolver uma política de transição gradual como ocorria na Zona da Mata pernambucana. A ausência de um excedente de mão-de-obra livre não permitia a tais agricultores terem tal opção, o que teria então fomentado uma mentalidade solidificada em torno de uma dependência inegociável pela mão-de-obra escrava, já que a abolição significaria uma catástrofe irreparável.

Quanto ao terceiro grupo, os *progressive planters*, as diferenças de mentalidade em relação aos outros dois grupos estavam ligadas especificamente às suas ações

---

<sup>71</sup> GENOVESE, Eugene. **O mundo dos senhores de escravos**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1979. Pág. 83.

<sup>72</sup> TOPLIN, Robert Brent. **The abolition od slavery in Brazil**. New York, N.Y. 1975. Pág 9

rotineiras. Neste caso o autor estava se referindo aos fazendeiros paulistas, e apontava sua principal característica no fato de encararem suas atividades de plantadores como um negócio que objetivava ser sempre bastante lucrativo. Tal perspectiva, de encarar a atividade de agricultor como um empreendimento, diferia significativamente da conotação de “modo de vida” a qual os outros grupos encaravam a sua condição de latifundiários escravistas.

Torna-se evidente, diante de tal classificação generalizante usada por Toplin, que alguns contextos específicos desenvolveram relações singulares entre senhores e escravos. Sendo assim, definir mais claramente a forma como se dava tal convivência só é possível, a partir da observação de cada contexto e de suas respectivas peculiaridades.

Particularmente, este estudo foca uma elite escravocrata nordestina, mais especificamente os senhores de engenho pernambucanos da segunda metade do século XIX. Este grupo social representou uma parcela importantíssima da elite brasileira desde o período colonial, e sua postura escravocrata não se apresentou de forma tão simplista e generalizada, assim como descrita por Toplin.

## **2.2 - Os senhores de engenho pernambucanos e a mão-de-obra escrava: Uma relação doce e amarga**

Ao final do século XVII, em viagem descritiva pelo Brasil, o clérigo Antonil enfatizava a importância que a economia açucareira já possuía para a economia colonial. Nesta conjuntura, o autor percebia a condição de dependência que tal economia possuía pelo trabalho cativo ao afirmar que os escravos eram “mãos e pés dos senhores de engenho”<sup>73</sup>.

A maneira como se organizou toda a economia açucareira teve no tripé monocultura-latifúndio-escravidão a base de sustentação que permitiu com que esta atividade tivesse um ciclo econômico próprio no período colonial, e que mesmo após seu encerramento continuou a ser, junto com o café, um dos produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira<sup>74</sup>. A partir desta perspectiva, a escravidão passa a se configurar num elemento de análise indispensável para a própria história do açúcar.

---

<sup>73</sup> ANTONIL, André João, Pseudônimo de João Antônio Andreoni. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. Pág. 89

<sup>74</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

A historiografia recente sobre a escravidão caminha no sentido de pensar esta instituição muito além do seu viés econômico. Tal postura indica uma visão desta instituição como parte da vida das pessoas que faziam parte das sociedades escravistas, inclusive das pessoas que não possuíam escravos<sup>75</sup>.

Entretanto, tal postura não se constitui em algo novo. Gilberto Freyre em descrição da vida social brasileira durante o século XIX tenta, a todo momento, vincular a escravidão ao modo de vida dos brasileiros enquanto esta instituição existiu. A partir deste viés, as relações entre senhores e escravos ganham contornos de maior importância, dado que a natureza da atividade econômica de cada senhor define uma série de relações entre tais grupos.<sup>76</sup>

Freyre descreve um contexto bastante peculiar a respeito de tais relações nas sociedades açucareiras brasileiras. A idéia do sociólogo pernambucano prima por uma harmonia em determinados contextos. Tal argumento levanta uma polêmica em torno da obra do autor, que é acusado de traçar um quadro de benignidade a respeito da exploração dos escravos por parte dos seus senhores.

Mesmo tendo grande responsabilidade em formular o perfil clássico em torno do senhor de engenho, que o caracteriza enquanto figura de práticas culturais homogêneas, um leitor mais atento pode observar, assim como sugere Darcy Ribeiro, que Gilberto Freyre percebeu, em alguns momentos, a existência de um trato distinto por parte destes em relação aos escravos em determinadas circunstâncias<sup>77</sup>:

Havia certamente senhores que só enxergavam nos Escravos máquinas como que feitas de madeira ou de ferro; mas havia também os que consideravam seus negros pessoas e não máquinas nem apenas animais de trabalho. E estes senhores foram talvez o maior número<sup>78</sup>.

Freyre sugere que o modo como se dava a relação entre senhores e escravos seguia uma lógica ligada à situação econômica dos proprietários, fatalmente ditada pela necessidade de lucros imediatos de cada um. Ainda segundo o mesmo:

---

<sup>75</sup> CARVALHO, Marcus; **Liberdade Rotinas e Rupturas do Escravismo**. Recife 1998; REIS, João Jose; GOMES, Flavio dos Santos. **Liberdade por um fio: Historia dos quilombos no brasil**. São Paulo.

<sup>76</sup> FREYRE, Gilberto. **Vida social no brasil nos meados do século XIX**. Recife: Inst. Joaquim Nabuco Pesq Soc. 1964

<sup>77</sup> RIBEIRO, Darcy. In FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo. Ed. Record. 2000

<sup>78</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro. Ed. Global. 2004 Pág. 659

Se havia senhores rurais que calculavam o valor do escravo pela produção intensa, de que fosse capaz, matando os seus negros de trabalho, fazendo dez trabalharem por trinta, a maior parte não tinha essa ânsia toda de lucro nem esse sentido comercial da vida agrícola(...) <sup>79</sup>.

É fato que Freyre estava se utilizando de uma metodologia que primava por uma ambigüidade entre senhores da lavoura cafeeira e da açucareira para formular tal análise. Tais senhores de engenho se encaixam num perfil de indivíduos rentistas, que devido à baixa lucratividade da atividade açucareira, ou por questões de mentalidade, levavam uma vida que primava por continuidade e estabilidade. Ao contrário destes, os senhores ligados à atividade cafeeira eram comumente dotados de aspectos empreendedores, e de uma ânsia por conseguir lucros, o que obviamente implicava uma exploração mais incisiva sobre os escravos.

Contudo, a existência de senhores de engenhos rentistas, não consistiu numa condição uniforme ao longo do processo histórico que envolveu a economia açucareira. Segundo Versiani, alguns surtos de prosperidade teriam provavelmente estimulado o surgimento de indivíduos arrivistas e permeados por um espírito empreendedor, o que conseqüentemente gerava uma coexistência de grupos distintos de senhores de engenho. <sup>80</sup>

As práticas de coerção sugeridas na descrição de Freyre seguiam uma lógica econômica que estava atrelada ao tipo de atividade que o escravo desempenhava. Sendo assim, discutir sobre a existência de uma benignidade ou não em relação ao trato com os escravos requer algumas observações a respeito da natureza das atividades desempenhadas por estes dentro dos engenhos, além do perfil particular de cada proprietário.

Em Pernambuco, devido ao caráter relevante que a produção açucareira teve neste local, se encontrava uma das maiores populações escravas do Brasil ao longo do século. Mesmo a província estando em crise econômica, em meados da segunda metade deste período, a população escrava listada no censo estatístico populacional era de 89 028 indivíduos para 752 511 pessoas livres no ano de 1872. A Zona da Mata pernambucana concentrava a grande maioria de cativos da província, com um total de

---

<sup>79</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 125

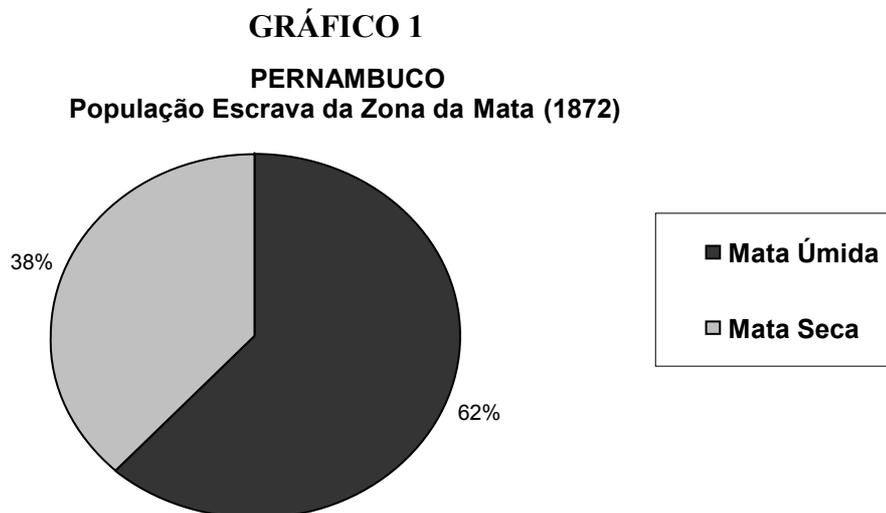
<sup>80</sup> VERSIANI, Flávio. **Os Escravos Tinham Um Tratamento “Doce” No Brasil? Relendo Gilberto Freyre.** Seminário promovido pelo Departamento de Economia. 2005

50 050 escravos no mesmo ano, além dos 304 251 trabalhadores livres que habitavam esta região.<sup>81</sup>

Os dados absolutos sobre a população da Zona da Mata encobrem as diferenças existentes nesta região a respeito da sua composição demográfica. A adoção de uma metodologia que preza por comparar as duas sub-regiões desta área tem por finalidade ressaltar as diferenças obscurecidas por uma visão generalizante da Mata pernambucana, sendo esta bastante comum na historiografia referente aos estudos da história do açúcar.

Entretanto, a distribuição da população escrava na Zona da Mata se deu em uma desigualdade considerável, assim como demonstra o Gráfico 1, onde pode-se observar que quase 2/3 de todos os escravos situados nesta região se encontravam na Mata Sul pelo ano de 1872.

A disparidade existente entre a população de escravos nas duas sub-regiões segue uma lógica que associa a alta produtividade do engenho à presença de tal mão-de-obra. Por serem os engenhos da Mata Sul mais prósperos, a possibilidade de manutenção e reprodução dos plantéis era mais plausível.



Fonte: Relatório do presidente da província de Pernambuco. Censo populacional para o ano de 1872.

Quanto à composição da população de toda a Zona da Mata, as duas sub-regiões pertencentes à área apresentavam um comportamento semelhante. Em ambas havia uma disparidade considerável da população livre em relação à população escrava. Enquanto

---

<sup>81</sup> Relatório de Presidentes da Província. Censo Demográfico de 1872. Fala com que o exm. Sr. comendador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléia Legislativa Provincial de

na Mata Sul a proporção era de 1/5 de trabalhadores livres para cativos, tal proporção era de 1/8 na Mata Norte.

Vimos que a maioria dos engenhos prósperos estava concentrada na Mata Sul, mesmo assim, tal sub-região não atraiu a maioria da população livre para os seus engenhos. Segundo Andrade, em terras do sul de Pernambuco, assim como no Recôncavo Baiano, estavam situados os engenhos mais ricos. Devido ao grande número de cativos localizados em tais propriedades, o trabalho livre era tradicionalmente preterido em razão do trabalho escravo. Mesmo com existência de grande número de moradores em terras de engenho, os proprietários não recorriam com frequência à utilização deste como mão-de-obra assalariada, recolhendo apenas a pequena renda a qual arbitravam como necessária pela morada e usufruto das terras por cada morador. Na parte norte o contexto era distinto. Eram raros os senhores de engenho ricos com grande escravaria e considerável patrimônio, o que tornava comum a existência de plantéis com dezenas de escravos trabalhando ao lado de vários trabalhadores assalariados, geralmente índios semicivilizados, mulatos e negros livres. Sendo assim, era freqüente nesta região que os senhores de engenho, por não conseguirem custear a aquisição e manutenção de braços escravos, facilitassem o estabelecimento de moradores em suas terras com o compromisso de trabalharem em suas fazendas.<sup>82</sup>

Toda esta conjuntura subsidia o argumento de que a Mata Norte possuía uma estrutura mais conveniente aos interesses da população livre pobre. Tal condição justificaria o fato de uma sub-região, mesmo sendo mais rica, não atrair a maioria dos trabalhadores livres e pobres para as suas terras, tornando razoavelmente equilibrada a distribuição desta parte da população entre as duas áreas, assim como está demonstrado no Gráfico 2 a seguir.

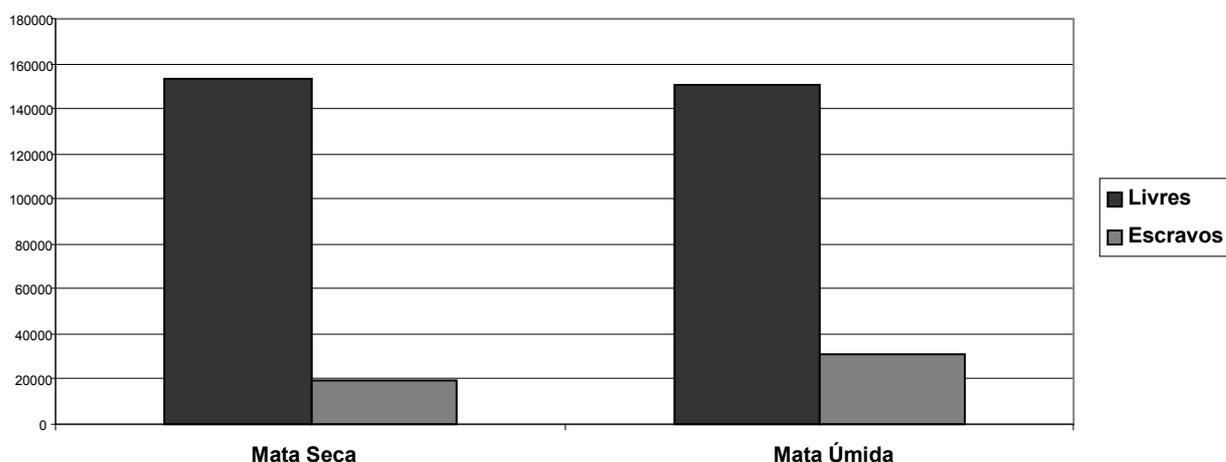
---

Pernambuco em 1 de março de 1874. Pernambuco, Tip. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1874.

<sup>82</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. São Paulo. Brasiliense. 1973. Pág.104

## GRÁFICO 2

### PERNAMBUCO População da Zona da Mata (1872)



Fonte: Relatório de Presidente da Província - 1874. Censo populacional de Pernambuco para o ano de 1872.

Ainda sobre os laços que se davam entre tal população livre e as elites locais, a forma mais comum de dependência, embora bastante inconstante, foi a agregação. Nesta, os agregados (população livre e pobre), recebiam um lote de terras em que podiam levantar uma moradia, sendo esta geralmente bastante precária, e a partir daí cultivar algum produto alimentício como feijão, mandioca etc. Em troca, o agregado ficava devendo apoio ao proprietário de terras em querelas que este se envolvesse, e se caso o agregado se envolvesse em problemas com autoridades e outros, o senhor de engenho também se encarregaria de protegê-lo. Além deste pacto, o agregado também poderia trabalhar alguns dias nas terras do senhor, cedendo a este uma parte de sua colheita e servindo de guarda pessoal para o mesmo. Apesar de tantos deveres, o agregado não tinha certeza quanto a sua permanência constante naquelas terras, seus serviços só eram interessantes até quando o proprietário assim o achasse, daí a inconstância ser uma das principais características deste tipo de relação. Além disso, ainda existiam os assalariados e diaristas que recebiam uma remuneração apenas durante o período em que trabalhavam nos engenhos. Este tipo de mão-de-obra foi usada crescentemente durante a segunda metade do século XIX, pois com as dificuldades na renovação do trabalho escravo, esta passava a ter uma vantagem

baseada na possibilidade de utilização desta apenas nos períodos de colheita e moagem, tornando dispensável sua utilização após serem cumpridas as tarefas.<sup>83</sup>

Tal conjuntura, com um excedente de trabalhadores livres que foram utilizados a baixíssimo custo, aponta para uma ausência de crise de mão-de-obra nesta região, levantando um debate na historiografia a respeito de uma transição “indolor” para os senhores de engenho, da mão-de-obra escrava para a livre.

Segundo Cabral de Mello, a lavoura açucareira não deveria ter passado por uma crise de mão-de-obra, justamente devido ao excesso de trabalhadores livres. O autor defende que os senhores de engenho que se encontravam em dificuldades devido aos baixos preços do açúcar vendiam seus escravos aos cafeicultores do Centro-Sul, e os substituíam por trabalhadores assalariados, o que se constituía numa operação interessante para a açucarocracia. A forma positiva com a qual a açucarocracia encarava tal prática estava então refletida no silêncio de parlamentares nortistas na Câmara e no Senado em relação ao tráfico interprovincial.<sup>84</sup>

Este autor ainda aponta o ritmo em que se deu a transição da mão-de-obra escrava para a livre como um segundo aspecto a corroborar a afirmativa de que esta foi indolor. Em meados do século XIX, a razão de trabalhadores cativos para livres era de 3:1 na mata pernambucana. Entretanto, a partir dos dados fornecidos por Perdigão Malheiro, o autor estima que esta razão tenha mudado no ano de 1871 para 50% na participação de trabalhadores livres, e já no ano de 1884 este percentual tenha aumentado para 75%.<sup>85</sup>

Esta mudança gradual, porém acelerada, da participação de trabalhadores livres na produção açucareira aponta para uma facilidade em se angariar mão-de-obra, o que supostamente corrobora o argumento de que a lavoura açucareira não sofreu nenhum impacto negativo nesse processo.

Contudo, de maneira simetricamente oposta ao argumento supracitado, Robert Slenes afirma ter sido negativa para a economia açucareira pernambucana a forma como se deu a transição da mão-de-obra escrava para a livre. Segundo Slenes, os escravos destinados a este comércio não eram primordialmente oriundos da lavoura açucareira, mas sim de áreas de economia não exportadora ou em crise, e da lavoura de agricultores empobrecidos. Mesmo não sendo a lavoura canavieira a fonte de oferta destes escravos

---

<sup>83</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág 204 -203

<sup>84</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Norte agrário e o império: 1871-1889(o)**. 2.ED. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. Pág. 51

envolvidos em tal comércio, o dreno da escravaria do Norte para o Centro-Sul estaria por causar um impacto negativo na economia açucareira devido ao inflacionamento dos preços dos escravos na região em razão da sua escassez<sup>86</sup>.

O argumento defendido por este autor nos conduz a reconhecer uma dependência vigorosa dos senhores de engenho para com a mão-de-obra escrava. Tal dependência só se poderia justificar diante de um convencimento por uma maior produtividade dos escravos em relação à mão-de-obra livre, já que a segunda era abundante e não era preferida pelos senhores.

A compreensão sobre a racionalidade no trabalho escravo nos engenhos, especialmente no período escolhido (1850-1888), devido a crise açucareira, torna-se então um aspecto de importância primordial para que se possa entender o cálculo realizado pelos senhores em razão da sua preferência pelo trabalho compulsório. Tal procedimento requer uma observação mais acurada na historiografia que se deteve em sistematizar os aspectos que influenciaram na escolha da modalidade de mão-de-obra por parte dos produtores de açúcar.

Em estudo que analisa a produtividade comparada entre o trabalho livre e o trabalho escravo, Fogel e Engerman argumentam que em determinadas circunstâncias de trabalhos realizados em grande escala, e dividido em tarefas especializadas, a mão-de-obra escrava era mais produtiva<sup>87</sup>.

Tal possibilidade pode ser mais claramente evidenciada se levarmos em conta o elemento coercitivo. Se para o trabalhador livre a opção entre o trabalho e o lazer se dava a partir de sua escolha, esta escolha não se punha da mesma forma para o trabalhador escravo. Para este trabalhador, quem determinava tais escolhas era o seu proprietário, o que poderia acarretar na maximização da utilização da força produtiva deste mediante ameaças ou aplicação de práticas coercitivas<sup>88</sup>.

Dada a multiplicidade de atividades que envolveram a utilização da mão-de-obra escrava, é óbvio se constatar que as práticas de coerção também seguiam uma lógica

---

<sup>85</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 31

<sup>86</sup> SLENES, Robert Wayne. **Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888(the)**. Ann Arbor: Univ Microfilms Int, 1976. 2 v.

<sup>87</sup> FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross: The economics of american negro slavery*. London: Harper'S Magazine Press. 1974

<sup>88</sup> VERSIANI, Flávio; VERGOLINO, José de O. **Propriedade de Escravos e Riqueza em Pernambuco, Brasil (Século XIX)**. Trabalho apresentado na seção "New Perspectives on Nineteenth-Century Brazilian Slavery", no VI BRASA (Brazilian Studies Association) International Congress, Atlanta, Georgia, EUA, 4-6 de abril de 2002

particular a cada atividade desempenhada. Estas várias atividades podem ser agrupadas basicamente em dois tipos: “intensivas em habilidade” e “intensivas em esforço”.<sup>89</sup>

As atividades intensivas em habilidade dizem respeito às tarefas que exigem uma maior qualidade na execução da atividade, e que sua respectiva produtividade não pode ser aferida a partir da quantidade do produto obtido. Tais tarefas foram bastante comuns dentro do contexto escravista, e podem ser exemplificadas em atividades como as de mineração e domésticas. Nestas, o cativo necessitava de grande atenção na execução do seu trabalho e normalmente não era coagido sob práticas violentas sob pena de diminuir intencionalmente a qualidade de seu trabalho, já que este não poderia ser mensurado de maneira clara pelo seu proprietário. Tal tipo de atividade permitia ao escravo criar espaços de negociação mais interessantes, em decorrência do interesse do senhor em que este estivesse satisfeito em alguns de seus interesses, afim de que realizasse com maior eficácia seu trabalho.<sup>90</sup>

Quanto às atividades intensivas em esforço, estas compreendiam o universo das tarefas que exigiam grande esforço físico em sua execução. Geralmente, estas se davam pela organização em grandes turmas de trabalhadores que executavam suas atividades sob a supervisão de outros indivíduos, que por conseguinte fiscalizavam sua produtividade e detiam o poder da coerção física. Os exemplos para este tipo de atividade são vários no contexto escravista, principalmente os que estão ligados ao desempenho do trabalho em monoculturas voltadas para a exportação. O escravo do eito, no contexto açucareiro, possuía espaços de negociação bem mais resumidos, e numa hierarquia que demarcava a posição destes dentro do plantel a que pertenciam, se situavam na condição mais inferior possível.<sup>91</sup>

As atividades de cultivo da cana e de fabricação do açúcar eram em sua grande maioria “intensivas em esforço”, o que sugere a existência de uma racionalidade por parte dos senhores de engenhos na manutenção da mão-de-obra escrava, mesmo existindo um excedente disponível de trabalhadores livres.

O papel da mentalidade dos proprietários de escravos, no declínio da mão-de-obra escrava, é alvo de algumas discussões que tentam mensurar o papel desempenhado

---

<sup>89</sup> FENOALTEA. In VERSIANI, Flávio. **Os Escravos que Saint-Hilare viu**. História Econômica e Economia de Empresas 3(1):7-42, 2000.

<sup>90</sup> LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial: Economia & sociedade**. São Paulo: Fund. Inst. Pesq. Econ, 1982. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São paulo: Companhia das Letras, 1988.. As obras supracitadas trazem consigo descrições minuciosas sobre a execução de tais atividades.

pelo arbítrio dos proprietários no processo de transição. A classificação supracitada dos tipos de plantadores, utilizada por Toplin, sugere uma relação de determinismo da mentalidade dos plantadores na escolha entre livres e escravos.

Robert Conrad possui uma interpretação bastante distinta a respeito do papel da mentalidade no cálculo senhorial. Segundo o autor, os aspectos estritamente econômicos foram determinantes na forma como foi conduzido este processo. A condição particular de cada indivíduo de comprar ou vender seus cativos se devia essencialmente à sua condição econômica, a opção pela mão-de-obra livre não significou então uma decisão, mas sim uma imposição da conjuntura momentânea.<sup>92</sup>

O que fica evidenciado, a partir da historiografia exposta, é uma intensa dependência do caráter econômico nas relações entre senhores e escravos. Sem estabelecer relação de determinismo, a conjuntura econômica de cada proprietário possuía grande influência na sua forma de pensar a escravidão, e de reagir diante do processo gradual em que esta instituição foi sendo minada ao longo do século XIX.

A análise a ser realizada em seguida, que prima por um recorte mais minucioso na distribuição da população escrava na Zona da Mata, demonstrará que as elites agrárias pernambucanas diferiam bastante no seu comportamento perante a utilização desta população como mão-de-obra.

Tal heterogeneidade fica bastante evidenciada nas linhas que definem o comércio intraprovincial de escravos. Uma observação sobre a forma em que se deu tal processo revela aspectos importantes que permitem compreender até que ponto questões de mentalidade, ou de puro determinismo econômico, conduziram a elite açucareira a um processo de substituição do trabalho escravo pelo livre.

### **2.3 - Comércio de escravos: Um luxo praticado por alguns senhores de engenho**

A forma como se constituía a população escrava na província de Pernambuco deu-se de maneira distinta a partir de 1850. Com o fim do comércio intercontinental de escravos, o tráfico interno ganhou nova estruturação. Tal comércio, que movia escravos entre as províncias do Império, era coerente com uma situação de oferta e demanda particular a cada região. Esta já ocorria antes de 1850, porém com a impossibilidade de

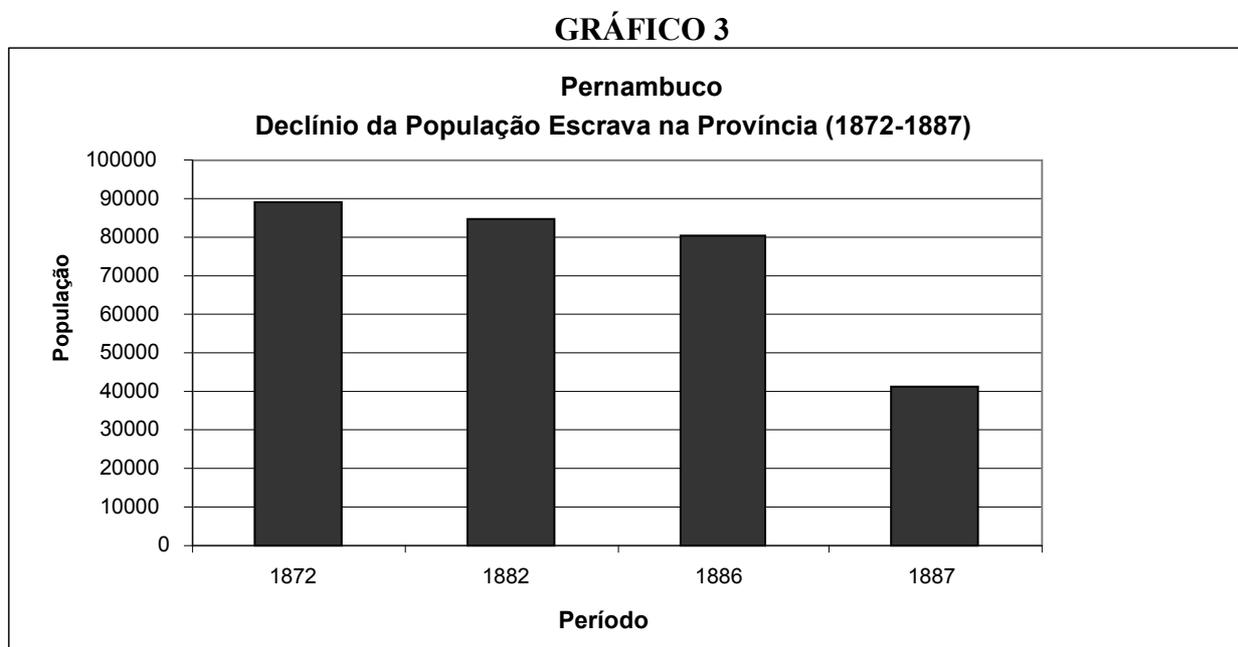
---

<sup>91</sup> CONRAD, Robert. **Últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888(os)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Pág. 76

<sup>92</sup> CONRAD, Robert Op. Cit. 1978. Pág. 76

se renovarem seus plantéis através da vinda de cativos africanos, o mesmo ganhou uma densidade maior em escravos comercializados. Segundo Eisemberg, a incapacidade de renovação dos plantéis de escravos decorrente da lei de 1850 foi aspecto primordial na derrocada da escravidão no Brasil. O mesmo autor aponta para um declínio gradual da população escrava a partir de então, que se sucedeu por uma série de motivos, mas que estava atrelada principalmente ao tráfico interprovincial de escravos.<sup>93</sup>

O Gráfico 3, apresentado abaixo, demonstra como esse decréscimo populacional da população escrava foi gradual ao longo da segunda metade do século XIX na Província de Pernambuco, embora tenha se tornado mais agudo apenas nos anos próximos à abolição.



Fonte: Relatórios de Presidente da Província de Pernambuco. Censo populacional para o ano de 1872 e levantamentos populacionais com destino aos Fundos de emancipação para os anos de 1882, 1886 e 1887.

O tráfico interprovincial de escravos fez com que uma grande parte da população escrava, localizada nas províncias nortistas, migrasse forçosamente para o Centro-Sul, ocupando principalmente a lavoura cafeeira. No entanto, o fluxo de escravos de uma região a outra alcançou algumas fases distintas se consideramos o período 1850-1888, onde comumente a historiografia trabalha com uma periodização do tráfico que o segmenta em 4 fases: de 1841 a 1849 (fase inicial), de 1850 a 1870 (fase

---

<sup>93</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 243

intermediária), de 1871 a 1881 (apogeu), e o último período de 1882 a 1888 (fase terminal)<sup>94</sup>.

As linhas em que se definiram este comércio de dimensões nacionais estão muito bem delineadas na historiografia, ao passo que fica bastante evidenciado o conflito regional, fruto do dreno de escravos e da conseqüente disputa de interesses pelas elites políticas de cada região. Segundo Cabral de Mello, a açucarocracia pernambucana desempenhou papel importante neste processo, tanto pela importância que o porto e a praça comercial de Recife possuíam, quanto pelo quantitativo de escravos comercializados na província. A postura de não criar entraves ao comércio interprovincial, que os grupos políticos ligados à açucarocracia pernambucana desempenharam junto ao governo imperial, ao contrário do que tentaram os grupos ligados às elites cafeeiras sulistas, é apontada pelo autor como um forte indício de que este comércio era interessante aos pernambucanos<sup>95</sup>.

O argumento supracitado limita bastante a importância das diferenças existentes entre a elite açucareira pernambucana. A afirmativa da existência de um interesse comum aos senhores de engenho não leva em conta a heterogeneidade econômica existente perante este grupo, e por conseguinte a variedade de interesses intrínsecos a este comércio.

Sendo assim, torna-se importante observar, com alguns recortes mais precisos, a forma como as diferentes regiões pernambucanas, principalmente as da zona da mata açucareira, se comportaram diante o comércio de escravos. Tal dinâmica, a que chamaremos por comércio intraprovincial, implica justamente negociação de escravos entre as diferentes sub-regiões da província.

A discussão sobre o comércio de escravos requer uma observação inicial sobre alguns aspectos da população escrava na Zona da Mata pernambucana. Tal discussão tem por finalidade esclarecer as diferenças existentes entre as duas: a Mata Norte e a Mata Sul no que diz respeito ao declínio da população escrava.

O Gráfico 4 consiste num levantamento sobre tal declínio de forma comparada entre as duas sub-regiões. Neste, pode-se observar como o comportamento é distinto para cada uma das áreas. A Mata Sul apresenta um crescimento em sua população

---

<sup>94</sup> BARBOSA, Josué Humberto. **Um Êxodo Esquecido: O Porto do Recife e o Tráfico Interprovincial de Escravos no Brasil 1840-1871**. Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduação em História. Curitiba, 1995. Definição baseada na subdivisão feita pelo autor, e nos dados sobre tráfico interprovincial utilizados por ele. Outros autores como Robert Slenes, Peter Eiseberg e Robert Conrad corroboram com a informação de que década de 1870 foi o período de auge deste comércio.

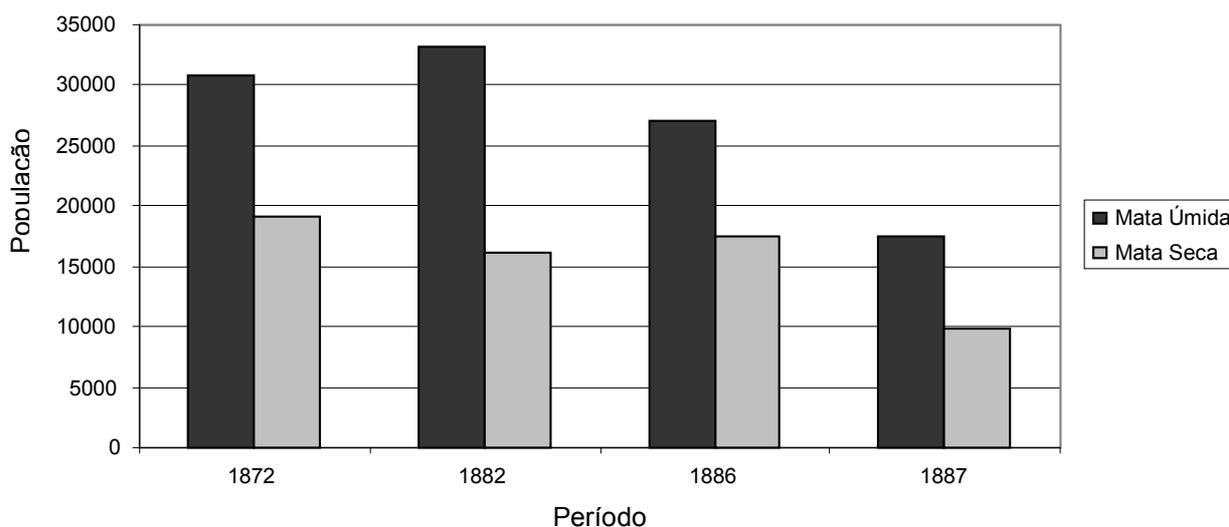
escrava durante a década de 1870. A Mata Norte segue um decréscimo gradual em ritmo similar ao que apresenta toda a província (Gráfico 3), realçando ainda mais o caráter de relevância que a diferença intra-regional entre as duas sub-regiões possuía.

A existência de um aumento na população escrava na Mata Sul vai de encontro a toda historiografia que situa a Zona da Mata como grande fornecedora de escravos para o Centro-Sul em decorrência da crise açucareira<sup>96</sup>.

Sendo assim, a afirmativa de Eisenberg quanto a “impossibilidade dos senhores de engenho se darem ao luxo de comprar escravos a partir daquele momento”<sup>97</sup>, referindo-se ao impacto negativo causado pela crise açucareira a partir de 1870, está equivocada segundo os dados apresentados.

#### GRÁFICO 4 PERNAMBUCO

Declínio da População Escrava na Zona da Mata – Mata Úmida X Mata Seca (1872-1887)



FONTE: Relatórios de Presidente da Província de Pernambuco. Censo populacional para o ano de 1872, levantamentos populacionais com destino aos Fundos de emancipação para os anos de 1882 e 1886 e Resumo Geral dos Escravos Matriculados nos Municípios da Província de Pernambuco para o ano de 1887.

<sup>95</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999 Cap. 1

<sup>96</sup> CONRAD, Robert. **Últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888(os)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: A indústria açucareira em pernambuco, 1840/1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; MELLO, Evaldo Cabral de. **Norte agrário e o império: 1871-1889(o)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>97</sup> EISEMBERG, Peter L.Op. Cit.1977. Pág 244

O aumento populacional existente entre os anos de 1872 e 1882 na Mata Sul, apontado no Gráfico 4, sugere apenas duas possibilidades que justificam tal processo: a reprodução natural da população ou a entrada via comércio de escravos.

Por ser uma região estritamente de economia açucareira, e por serem já bastante conhecidas as condições em que se davam comumente as relações dentro do cativeiro do engenho, a possibilidade de que tenha havido tal aumento via reprodução natural praticamente inexistente, até porque o mesmo processo não se observa para a Mata Norte.

Um aumento natural na população escrava significaria uma melhora no trato dispensado aos mesmos por parte dos senhores. Entretanto, assim como afirma o próprio Eisemberg, as evidências existentes, baseadas em depoimentos de estrangeiros e de indivíduos ligados às oligarquias açucareiras, não permitem concluir algo neste sentido. É muito pouco provável que os agricultores tivessem resistido à redução gradual da população escrava melhorando as condições de cativeiro<sup>98</sup>.

O comércio de escravos aparenta ser o motivo mais coerente a justificar o aumento populacional existente na Mata Sul. A concentração de riquezas ainda existentes em tal região, atrelada ao aumento da oferta por razões naturais (a crise do algodão e a seca de 1877-78), teriam permitido que os senhores de engenho da tal região conseguissem adquirir cativos via comércio legal.

Esta consideração fica reforçada perante o Gráfico 5, que aponta a participação entre as diferentes regiões da Zona da Mata no comércio intraprovincial de escravos. Os dados deixam bastante claro que a superioridade da mata úmida em relação à mata seca na compra de escravos era absoluta. Esta condição em que a parte sul desta região se coloca, de ainda conseguir desviar um pequeno fluxo de escravos durante esta década para suas lavouras, é contraditória em relação à supracitada afirmação de Eisemberg. Isto se justifica pelo fato dos dados demonstrarem que ainda existem indivíduos com capacidade de comprar escravos mesmo num período de crise tão intensa da lavoura açucareira.

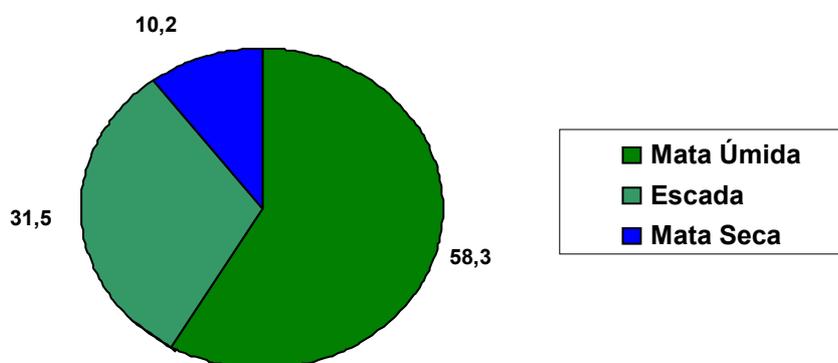
Observa-se, como aspecto fortalecedor deste indicativo, que as cidades onde havia os engenhos mais prósperos, como Escada, Jabotão e o Cabo, também tinham participação importante na compra desses cativos

---

<sup>98</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 192

## GRÁFICO 5

Origem dos Compradores de Escravos da Zona da Mata  
(1866-1880)



FONTE: Livros Cartoriais de Compra e Venda de Escravos pertencentes ao acervo do IAHGPE.

Os percentuais de escravos adquiridos por compradores da Mata Sul em relação aos de Recife são relativamente pequenos, assim como está disposto na Tabela 3, o que se justifica no fato desta cidade ser neste momento um dos maiores pontos exportadores de escravos para o Centro-Sul do Império<sup>99</sup>.

Porém, tal aspecto não diminui o grau de importância do quantitativo de escravos comercializados pelos senhores de engenho da parte sul da Zona da Mata. Para a conjuntura de crise, a qual estava inserida a produção açucareira, adquirir escravos frente à forte demanda que vinha do sul demonstrava não só o potencial econômico que alguns grupos tinham, como a importância que esta mão-de-obra representava para a estrutura produtiva do açúcar.

<sup>99</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999. ág. 35

### TABELA 3

#### PERNAMBUCO

Tabela de compradores de Escravos por sub-regiões  
(1866-1880)

<b>Regiões</b>	<b>1866</b>	<b>1869</b>	<b>1870</b>	<b>1872</b>	<b>1877</b>	<b>1878</b>	<b>1879</b>	<b>1880</b>
Z. da Mata	8,16	42,76	30,6	8,2	22,8	16,3	27,77	9,74
Agreste		4,6	1,74	1,36	0,87	1,99		4,87
Recife	87,76	41,44	60,05	83,56	69,29	73,91	66,66	71,54
Sertão		0,32						0,81
Outras Regiões	2,04	5,57	3,78	2,73	6,14	7,78	5,54	13
Indefinido		2,04	4,27	3,79	4,1	0,87		
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>							

FONTE: Livros Cartoriais de Compra e Venda de Escravos pertencentes ao acervo do IAHGPE.

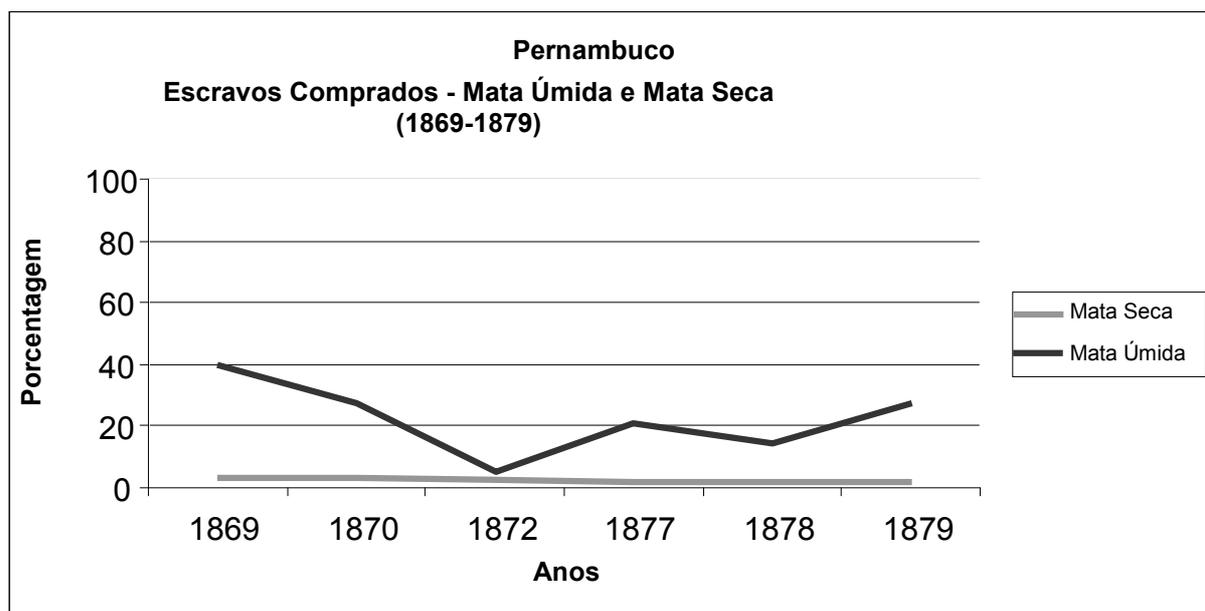
A forma como se deu o comércio de escravos desenvolvidos na província de Pernambuco, especialmente na Mata Sul, na segunda metade do séc. XIX, está diretamente ligada aos rumos que a economia da província tomou nesse período.

A partir do processo histórico em que se observam mudanças importantes na indústria açucareira, além dos impactos causados por causas naturais em outras regiões da província de Pernambuco, podemos traçar três momentos distintos e observar o comportamento do comércio de escravos na Zona da Mata.

O primeiro momento consiste nos fins da década de 1860, onde o preço do açúcar ainda não tinha caído abruptamente, e esta lavoura ainda não exportava seus escravos para o Sul. O segundo momento, 1870 até 1877, foi exatamente onde a crise do açúcar se agravou devido à queda dos preços do açúcar, e assim a Zona da Mata passou a ter outra postura frente ao comércio de escravos. O último período vai a partir de 1877-1878, onde uma grave seca assolou o Sertão e o Agreste da Província causando um agudo aumento na oferta de escravos, e o preço do açúcar sofreu uma melhoria no mercado internacional.<sup>100</sup>

<sup>100</sup> VERGOLINO, José Raimundo. Op. cit., pág 105-106

**GRÁFICO 6**



FONTE: Livros Cartoriais de Compra e Venda de Escravos pertencentes ao acervo do IAHGPE.

Observando o Gráfico 6, vemos o comportamento da demanda na escravos da Mata Sul e Mata Norte durante este período. No primeiro momento, que vai até pouco antes da década de 1870, percebemos a forte tendência da Mata Sul em comprar escravos, inclusive em percentuais semelhantes aos de Recife (ver Tabela 3), o que indica o não agravamento da crise açucareira, e a condição desses de ainda disporem de capitais para investirem em mão-de-obra. No início da década de 1870, onde já se sucedem os impactos da queda do preço de açúcar, percebemos como a demanda por escravos na Mata Sul cai bruscamente. É a partir dessa percepção que compreendemos o fato da historiografia colocar esse período como um momento não propício à compra de escravos pelos senhores de engenho, mas que no entanto, como já podemos observar acima, tal comércio ainda se dava de maneira razoável<sup>101</sup>. Por fim, no último período que se inicia por volta de 1877-1878, vemos aumentar de novo a demanda por escravos na Mata Sul. O que essa última situação nos sugere é que isto pode ter sido causado pela maior oferta de cativos oriundos do Sertão e do Agreste causada pela Seca que assolou estas regiões no mesmo ano de 1877, e por uma relativa melhoria na conjuntura internacional dos preços do açúcar<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> EISEMBERG, Peter L. Op. Cit., pág 244

<sup>102</sup> ALMEIDA, Maria da Gloria Santana de. **Nordeste açucareiro: Desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju. 1993 Pág. 85

Mesmo com a abundância de mão-de-obra livre na Zona da Mata, sabe-se que era preferível a mão-de-obra escrava a esta por razões de produtividade nas atividades desenvolvidas no engenho. A grande participação na compra desses cativos por membros da oligarquia açucareira, e que por conseguinte, também participaram do processo de modernização do aparelho produtivo através de recebimento de concessões e créditos governamentais, nos leva a crer que as variações na demanda por escravos eram determinadas essencialmente pela disponibilidade de capitais oriundos da produção do açúcar.

Ao observarmos tal análise em Escada, onde praticamente mais da metade dos compradores pertenciam aos clãs que dominavam aquela região, tal aspecto fica mais claro. A intensa participação de membros da oligarquia açucareira local no comércio de escravos após 1877, onde o açúcar alcançou preços razoáveis no mercado internacional, nos leva a crer que o destino real dos escravos adquiridos era o trabalho diretamente ligado a produção açucareira. Neste contexto, o aumento dos lucros e a utilização da mão-de-obra compulsória eram fatores extremamente interligados.

Os dados demonstrados na Tabela 4 reforçam o caráter de dependência da produção açucareira pela mão-de-obra escrava. Este aspecto está evidenciado na proporcionalidade existente entre a posse de engenhos e participação na aquisição de cativos no comércio intraprovincial. As famílias mais ricas de Escada, todas proprietárias de engenhos, seguem quase que a mesma ordem no que diz respeito a quantidade de engenhos possuídos e o quantitativo de cativos adquiridos via comércio local.

#### TABELA 4

##### PERNAMBUCO

Posse de Engenhos e Participação na Compra de Escravos das Famílias de Escada (1878)

<b>FAMÍLIAS</b>	<b>ENGENHOS</b>	<b>ESCRAVOS COMPRADOS</b>
Lins	30	20
Pontual	17	22
Santos	16	16
Velloso da Silveira	12	
Araújo	11	2
Santos Dias	9	3
Barros e Silva	9	4
Alves e Silva	8	1
Siqueira Cavalcanti	5	6
Traficante		16
Indefinidos		47
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>137</b>

FONTE: Livros Cartoriais de Compra e Venda de Escravos pertencentes ao acervo do IAHGPE. EISEMBERG, Peter. Modernização sem Mudança. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. Pág. 152

Ainda sobre Escada, podemos reafirmar a condição desses compradores, enquanto senhores de engenho, observando casos específicos daqueles que estavam a comprar escravos. Dom Henrique Marques de Holanda Cavalcanti, ou Barão de Suassuna, é mencionado no ano de 1878 a comprar escravos. Este senhor de engenho, que era neto de Henrique Marques Lins, chefe da família mais rica da oligarquia açucareira de Escada, construiu nos anos de 1877 e 1891 as modernas usinas Mameluco e Limoeirinho<sup>103</sup>. A condição de modernizar seu aparelho produtivo e comprar escravos em períodos similares não foi particular a este grande senhor de engenho. Henrique Augusto Millet, o grande defensor da modernização dos engenhos e da concessão de créditos no Congresso Agrícola de 1878 no Recife, também é mencionado comprando escravos.

#### 2.4 - O comércio intraprovincial de escravos

As interpretações a respeito do fluxo de escravos comercializados em Pernambuco ocorreram de várias formas. As visões diferem essencialmente na forma

<sup>103</sup> EISEMBERG, Peter L. Op. Cit. 1977 Pág. 152

como os autores definem a dinâmica das sub-regiões pertencentes à província neste comércio.

Uma visão tradicional da historiografia aponta para a lavoura açucareira enquanto fonte da mão-de-obra que migrou para o Centro-Sul. Tal raciocínio é fundamentado num argumento que associa a crise pela qual a lavoura açucareira estava passando a uma necessidade de levantar ativos vendendo escravos por parte dos senhores de engenho.

Segundo Cabral de Mello, este motivo era o que justificava o desinteresse da açucarocracia pernambucana na proibição do tráfico de escravos, o que por sinal teria gerado um conflito político entre políticos do Norte e do Sul do Império.<sup>104</sup>

É justamente baseado nesse argumento que Eisemberg aponta o tráfico interprovincial de escravos como razão maior para o decréscimo populacional da população escrava de Pernambuco, assim como já demonstrado.

Entretanto, outro segmento da historiografia aponta uma conjuntura bastante distinta da explicação supracitada. Segundo Robert Slenes, a origem essencial dos escravos que migraram para o Centro-Sul não estava na lavoura açucareira, mas sim das regiões de economia de subsistência ou em decadência, possivelmente nas áreas produtoras de algodão, ou da lavoura pertencente a pequenos agricultores empobrecidos. O argumento utilizado por Slenes para justificar tal afirmativa, que nega uma participação essencial dos senhores de engenho neste comércio na condição de fornecedores de escravos, está na condição de rentabilidade dos engenhos. Tal argumentação baseia-se na explicação econômica de Celso Furtado sobre a lucratividade dos mesmos, onde afirmando que sendo os custos variáveis pouco importantes para os senhores, mesmo com uma queda de preços (como de fato ocorreu na década de 1870), a curto prazo os mesmos não se sentiriam compelidos a venderem seus escravos.<sup>105</sup>

Segundo a teoria de Slenes, muito possivelmente as regiões do Agreste e do Sertão nordestinos teriam sido as principais fontes de oferta de escravos para o comércio interprovincial. O Gráfico 7 demonstra as áreas cujo período de 1866 até 1880 venderam escravos que foram comprados por indivíduos da Mata Sul. A grande participação das áreas do Agreste e das outras províncias do NE apontam para uma confirmação do que é sugerido por Slenes.

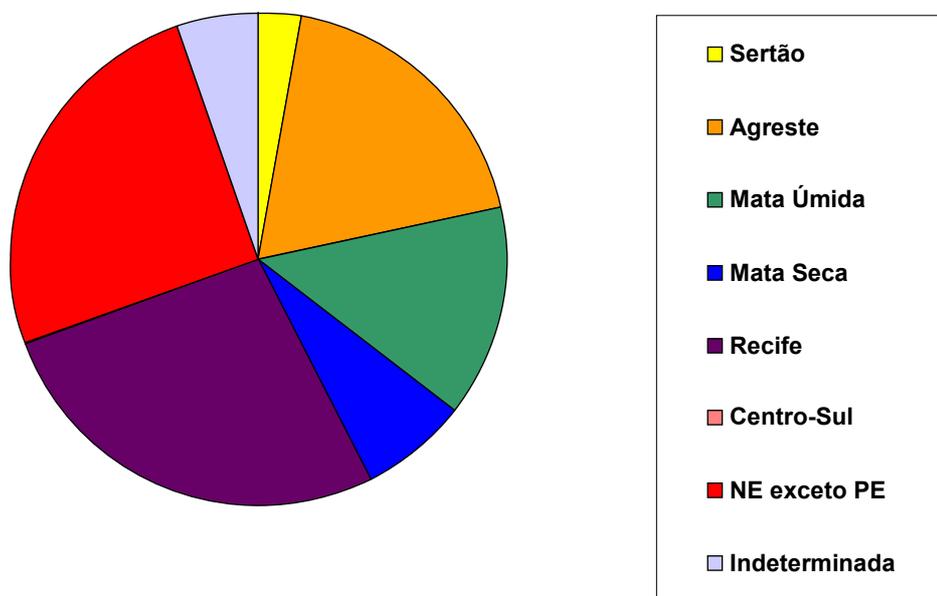
---

<sup>104</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999. 38

<sup>105</sup> SLENES, Robert Wayne. Op. Cit. 1976. 141

## GRÁFICO 7

**PERNAMBUCO**  
**Mata Úmida - Origens dos Escravos Comprados (1866-1880)**



FONTE: Livros Cartoriais de Compra e Venda de Escravos pertencentes ao acervo do IAHGPE.

Estas áreas, que não são voltadas para a economia açucareira, se apresentam como grandes fornecedoras de escravos, reforçando os argumentos utilizados por Slenes. Tal raciocínio aponta para uma diminuição do impacto causado pela crise açucareira na posse de escravos da Zona da Mata.

As regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco, além de outras províncias do Nordeste juntas, compõem quase que a metade de todo o contingente de escravos adquiridos pela região da Mata Sul. O Agreste se situava numa região intermediária entre o Sertão e a Zona da Mata, e neste espaço se desenvolveram prioritariamente culturas alimentares, além do próprio algodão, que a partir da segunda metade do séc. XVIII, motivado por uma conjuntura internacional favorável, esteve em posição de destaque na pauta de exportações da Província.

Com a perda de espaço do algodão brasileiro no mercado internacional, após a recuperação do algodão norte-americano na segunda metade do século XIX, as áreas

produtoras entraram em decadência e passaram a vender o excedente de cativos existente em seus plantéis<sup>106</sup>.

O Sertão, apesar de uma participação pequena no total dos escravos comercializados, contribuiu significativamente para esse comércio. A população escrava desta região era bastante pequena, entretanto, durante o período em que uma grave seca assolou tal região (1877-78), o percentual de escravos vendidos em Recife originados desta área foi considerável.

As outras províncias do Nordeste também possuem uma participação substancial neste comércio. Esse aspecto é um indicativo importantíssimo de que as áreas fora da lavoura açucareira, ou produtoras de algodão e as pertencentes a agricultores empobrecidos, é que realmente predominaram na condição de zonas exportadoras de escravos<sup>107</sup>.

Isso porque a conjuntura econômica da maioria destas províncias apontava para uma conjuntura que facilitava a transição da mão-de-obra escrava para a livre. No Ceará, por volta de 1879, a escravidão já era considerada uma instituição finalizada devido ao grande número de cativos que migraram nos anos anteriores via comércio interprovincial.<sup>108</sup>

## 2.5 - Demografia do comércio de escravos

A população escrava envolvida no comércio interprovincial possui algumas características bem peculiares. Segundo Eisemberg, “a maior parte dos escravos envolvidos neste processo eram homens jovens e altamente produtivos”. A conjuntura de trabalho intensivo em esforço nas lavouras de café tornava prioritária a aquisição de escravos no perfil supracitado, sendo assim, era preponderante a participação destes em tal comércio.<sup>109</sup>

Entretanto, mesmo diante deste contexto, existiam algumas diferenças entre as preferências pelos escravos por parte dos compradores. Em estudo demográfico envolvendo a população escrava comercializada na segunda metade do século XIX,

---

<sup>106</sup> GALLIZA, Diana Soares de. **Declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888(o)**. João Pessoa. Ed. Universitária da UFPB. 1979

<sup>107</sup> Os livros de compra e venda de escravos revelam que a maioria absoluta dos escravos comercializados, oriundos destas províncias, estavam situados no Sertão e no Agreste destas localidades.

<sup>108</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999 Pág. 69

<sup>109</sup> EISEMBERG.. Peter L. Op. Cit. 1977. Pág 175

Versiani & Vergolino sugerem a existência de uma diferenciação mais aguda entre os perfis de escravos comercializados.<sup>110</sup>

Segundo os autores, havia uma diferença clara entre aqueles compradores que eram traficantes e os que não eram no que diz respeito a preferência por cativos comprados. Os escravos adquiridos pelos traficantes “têm composição etária e de gênero (mais jovens, e predominantemente do sexo masculino) que os diferencia dos adquiridos por outros compradores, e é compatível com a hipótese de que fossem comprados para revenda, provavelmente para o Centro-Sul”<sup>111</sup>. Essa afirmação se fundamenta basicamente nos percentuais de faixa etária e de sexo dos escravos comprados por traficantes que se diferenciam em alguns aspectos dos dados apresentados para os compradores não-traficantes.

A comparação entre os dados dos escravos comprados por traficantes, não traficantes e compradores da Mata Sul torna-se importante no sentido de ressaltar algumas peculiaridades do comportamento dos senhores de engenho em relação à sua demanda por cativos.

## TABELA 5

### PERNAMBUCO

Escravos transacionados por faixa de idade e tipo de comprador (1866-1878)

Faixa Etária	Compradores					
	Traficantes (1878)		Não-Traficantes(1878)		Compr. Mata Úmida (1866-1880)	
	No.	%	No.	%	No.	%
0 a 5	8	2,5	9	4	13	3,1
6 a 12	32	10,1	30	13,3	47	11,3
13 a 14	62	19,5	22	9,7	44	10,6
15 a 20	109	34,3	43	19	133	32
21 a 30	83	26,1	61	27	106	25,5
31 a 40	18	5,7	45	19,9	54	13
41 a 50	6	1,9	13	5,8	17	4,1
mais de 50	0	0	3	1,3	2	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>318</b>	<b>100</b>	<b>226</b>	<b>100</b>	<b>416</b>	<b>100</b>

FONTE: Livros Cartoriais de Compra e Venda de Escravos pertencentes ao acervo do IAHGPE. Os dados para traficantes e não traficantes foram retirados de: VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José de O. Tráfico e Traficantes: Comércio de Escravos no Recife, 1878. Revista do IAHGPE, No. 61. Recife. Ed. Livro rápido. 2005. Pág. 297.

<sup>110</sup> VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José de O. **Tráfico e Traficantes: Comércio de Escravos no Recife, 1878**. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. No. 61. Recife. Ed. Livro Rápido. 2005. Pág. 295

<sup>111</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 301

Os dados comparados entre traficantes e não-trafficantes apresentados por Versiani & Vergolino na Tabela 5 apontam para algumas diferenciações entre estes dois grupos no que diz respeito as faixas etárias dos escravos transacionados. Entre os traficantes, 60,4% dos escravos comprados estão concentrados na faixa dos 15 aos 30 e existem apenas 7,9% para escravos acima dos 30 anos, além de haver uma participação muito grande dos escravos de 6 a 14 anos com 29,6%. Quanto aos não traficantes, há uma menor ocorrência de escravos transacionados nesta faixa mais jovem com 49,0%, enquanto a participação aumenta sensivelmente para os escravos mais velhos acima dos 30 anos com 27,0%.

Numa comparação entre os percentuais das faixas etárias de escravos comprados por traficantes, não-trafficantes e compradores da Mata Sul, alguns aspectos novos são evidenciados, o que permite tornar mais claras algumas diretrizes deste comércio. O percentual de escravos comprados na faixa etária dos 15 aos 30 para este último grupo é de 57,5%, e de apenas 17,5% para os indivíduos acima de 30 anos, o que aproxima bem mais este grupo dos traficantes que dos não-trafficantes.

No que diz respeito ao sexo, os percentuais novamente se aproximam entre plantadores e traficantes. A Tabela 5 aponta para uma diferença mais acentuada na participação dos dois sexos para traficantes e plantadores, com primazia para os escravos do sexo masculino, ao contrário dos não traficantes, em que seu percentual aponta para uma participação maior de escravas.

## **TABELA 6**

### **PERNAMBUCO**

Escravos transacionados por faixa de idade e tipo de comprador  
(1866-1880)

	<b>Compradores</b>					
	<b>Traficantes (1878)</b>		<b>Não-Traficantes (1878)</b>		<b>Compr. Mata Úmida (1866-1880)</b>	
<b>Escravos</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Homens	189	59,3	100	41,8	271	65,1
Mulheres	130	40,8	139	58,2	145	34,9
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>100</b>	<b>239</b>	<b>100</b>	<b>416</b>	<b>100</b>

FONTE: Livros Cartoriais de Compra e Venda de Escravos pertencentes ao acervo do IAHGPE. Os dados para traficantes e não traficantes foram retirados de: VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José de O. Tráfico e Traficantes: Comércio de Escravos no Recife, 1878. Revista do IAHGPE, No. 61. 2005. Pág. 296.

Assim como foi apontado anteriormente, os compradores da Mata Sul eram em sua maioria plantadores de cana, sendo estes senhores de engenho ou lavradores. A rigor, os mesmos estavam muito longe de serem traficantes, entretanto fica evidente através dos dados supracitados a forma como os dois grupos se aproximam em relação ao seu comportamento neste comércio.

A forma como a historiografia descreve o contexto de crise em que a economia açucareira estava inserida, durante a segunda metade do século XIX, poderia nos levar a crer que o perfil de escravos comercializados por parte dos senhores de engenho estaria muito mais próximo do perfil delimitado para os não-traficantes do que o contrário.

É bastante plausível a hipótese de que os escravos que estavam sendo comprados pelos traficantes seguiam para o Centro-Sul, onde o poderio econômico decorrente da ascensão da lavoura cafeeira gerava uma demanda muito forte por escravos em idade produtiva.

A condição dos senhores de engenho da Mata Sul de Pernambuco de disputarem a mesma “fatia” do mercado de escravos com os traficantes, revela um poderio econômico por parte deste grupo subestimado pela historiografia. A expressão utilizada por Eisemberg onde ele afirma que neste período “os Senhores de Engenho, simplesmente, não podiam dar-se ao luxo de comprar escravos”<sup>112</sup>, reflete muito bem um equívoco de interpretação do processo histórico de transição da mão-de-obra escrava para a livre minimizou o poderio econômico da açucarocracia pernambucana.

---

<sup>112</sup> EISEMBERG, Peter L Op. Cit.1977. Pág. 244

### Capítulo 3 - Escravidão e Riqueza na Zona da Mata Pernambucana

Quaisquer que fossem os privilégios sociais e políticos, ou status proporcionado pela posse de engenhos e escravos, a atividade açucareira era o que era, um negócio. (SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Pág. 177)

#### 3.1 – Estrutura de Riqueza na Zona da Mata

A forma como os senhores de engenho da mata pernambucana organizaram suas riquezas ao longo do século XIX é um espelho importantíssimo das transformações ocorridas na economia açucareira. As variações observadas na participação de alguns bens no montante dos inventários apontam para mudanças significativas no cálculo realizado por estes indivíduos a respeito das melhores opções de investimento.

A segunda metade deste século foi um momento de mudanças importantes na economia açucareira, o que, por conseguinte, reconfigurou o peso de alguns bens na estrutura de riqueza dos senhores de engenho pernambucanos.

Analisar a riqueza das elites agrárias nos leva a discutir os elementos que permitiram tornar suas unidades produtivas lucrativas. A compreensão sobre o peso de importância de cada um destes fatores torna possível entender a real importância das variações sofridas em cada um destes na participação do patrimônio dos inventariados.

De início, é importante afirmar que o engenho foi ao longo de vários séculos, e mesmo a economia açucareira, atravessando várias crises, um negócio lucrativo. Segundo Celso Furtado, a forma como se estruturava a unidade do engenho permitia que fossem contabilizados lucros mesmo em períodos de queda nos preços do açúcar. A demanda fundamental por capital se dava no período inicial de lançamento das bases que iriam dar margem ao surgimento da unidade produtiva, sendo estas a aquisição de maquinarias e escravos prioritariamente. Posteriormente, os gastos fixos que permitiam a continuidade do funcionamento deste eram bem menores que os lucros auferidos com a fabricação do açúcar. Os gastos basicamente se davam com víveres importados para o sustento da família do proprietário e a reposição da mão-de-obra.<sup>113</sup>

---

<sup>113</sup> FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: Editora da UnB. 1963. Pág. 53

No entanto, a economia açucareira passava por sérias dificuldades ao final da segunda metade do século XIX. Para uma compreensão abrangente deste processo, é importante observar mais atentamente a maneira como se organizou e se modificou, nas últimas décadas desse período, a estrutura produtiva do açúcar.

Em conjunto, os bens de cada proprietário estão divididos entre os três elementos que tornam possível a obtenção de um produto: terra, trabalho e capital. Na economia escravista, como é o caso em questão, o trabalho também é capital, já que se fazem investimentos para a aquisição de lotes de escravos, onde estes se traduzem em fluxos de produtos maiores ou menores, dependendo de elementos coercitivos e outros incentivos, ou por outro lado depreciado, caso sofra maus tratos, ou tenha sido fruto de uma epidemia ou acidente<sup>114</sup>.

No caso específico da produção de açúcar, o capital se apresenta como fator limitante ao funcionamento do engenho, em detrimento da posse de terras. A historiografia citada a seguir reconhece em vários contextos da economia açucareira o papel significativo que a posse de capital desempenha para a consolidação do engenho.

Segundo B. Barickman, havia disponibilidade de terras na Bahia para os investimentos em engenhos entre 1780-1860, o que não havia era capital disponível<sup>115</sup>. Na capitania da Paraíba do Sul, no século XVIII, Sheila de Castro Farias deixa evidente que são vários os casos em que os senhores de engenho locais deram origem as suas atividades a partir da acumulação primitiva de capital em atividades comerciais, e a partir disto, investiram numa atividade agrária fornecedora de poder e estabilidade<sup>116</sup>. Em Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello cita o exemplo de algumas famílias que possuíam terras, mas não o capital necessário para o investimento inicial em escravos e maquinaria para a constituição dos Engenhos. Estes investimentos só se deram a partir de relações estabelecidas com famílias detentoras de capital originárias de atividades comerciais, sendo estas relações comumente embasadas em enlaces matrimoniais<sup>117</sup>.

A participação do escravo enquanto capital neste contexto, deixa clara a relação de dependência que a estrutura produtiva do açúcar possuía para com o capital,

---

<sup>114</sup> SAMPAIO, Yoni. **Capital e Terra na Economia Escravista do Agreste e do Sertão do Nordeste**. Revista do IAHGPE. No. 61. Recife. Ed. Livro Rápido. 2005. Pág. 77

<sup>115</sup> BARICKMAN, Bert J. **Um Contraponto Baiano. Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003. Pág. 165

<sup>116</sup> FARIA, Sheila de Castro. **Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1998. Capítulo III

<sup>117</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715**. São Paulo. Ed. 34. 1984

portanto, é de fundamental importância observar de que modo se apresentava a participação deste ativo na estrutura de riqueza dos senhores de engenho.

A condição fundamental do escravo, enquanto ativo para os produtores de açúcar, se deu desde o início da colonização e da organização da indústria açucareira no Brasil. A descrição de um cronista do fim do século XVI deixa esta condição bastante evidente:

Os moradores desta Costa do Brasil todos tem terras de Sesmarias dadas e repartidas pelos Capitães da terra, a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e granjearem suas fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra (...) <sup>118</sup>

Tal condição de dependência perdurou ao longo dos séculos, e só foi modificada em alguns aspectos, durante a segunda metade do século XIX. A proibição do tráfico africano de escravos em 1850 foi o marco determinante neste processo de mudança do papel de alguns elementos na estrutura produtiva do engenho, dando margem ao florescimento de novas variáveis que passaram a influenciar no cálculo realizado pelos senhores de engenho para a organização do seu patrimônio.

O aspecto fundamental na organização do patrimônio dos senhores de engenho consistia na possibilidade de conversão dos ativos a serem adquiridos em dinheiro com relativa conveniência. A conversão de móveis em capital líquido não se constituía numa prática muito adequada, enquanto os imóveis eram bens que até o fim da monarquia não possuíam muita aceitação enquanto garantias. Gado ou escravos eram mais facilmente convertidos em dinheiro, entretanto, por valer tão pouco, não valia a pena um grande investimento na aquisição de animais<sup>119</sup>.

Sendo assim, ter escravos era definitivamente o investimento mais conveniente para se levantar capital em momentos de precisão. A possibilidade de usá-los em transações de penhora, ou simplesmente vendidos, permitia que os senhores de engenho os utilizassem normalmente enquanto capital de giro.

---

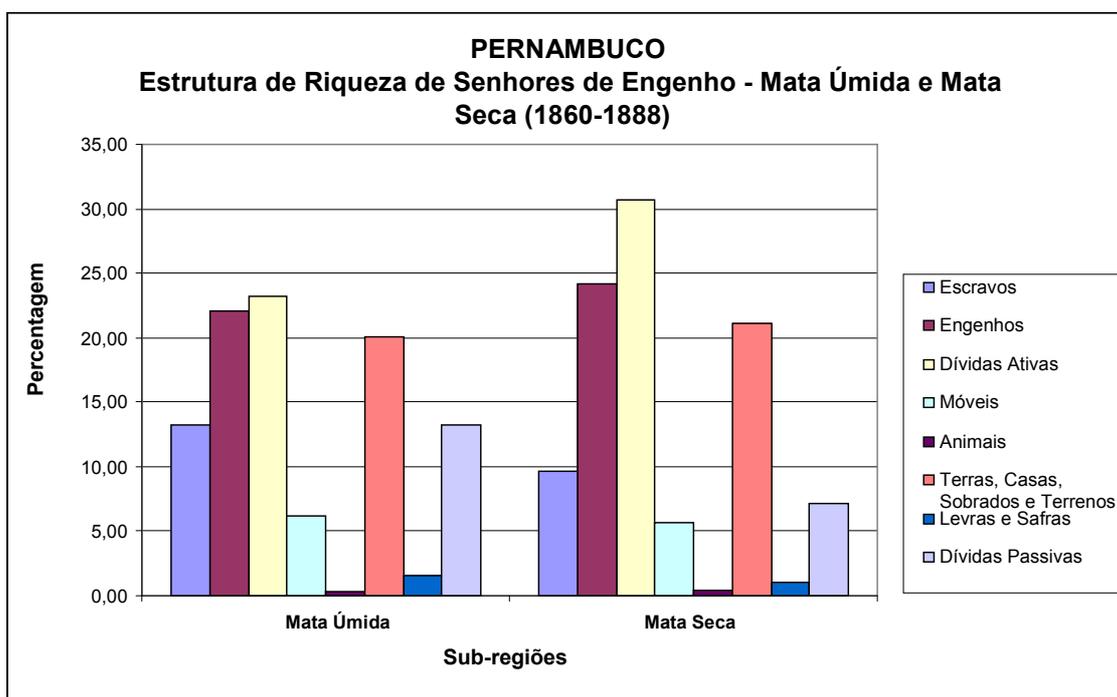
<sup>118</sup> GANDAVO, Pedro de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil. História da Província Santa Cruz.** Belo Horizonte. Itatiaia. 1980. Pág. 65

<sup>119</sup> EISEMBERG, Peter. **Modernização sem Mudança.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. Pág. 93

O fim do tráfico africano em 1850 redimensionou esta situação e, segundo Eisemberg, o capital antes disponibilizado para a constante aquisição de escravos foi direcionado para outras atividades econômicas<sup>120</sup>.

A análise da estrutura da riqueza dos senhores de engenho, durante a segunda metade do século XIX, fornece alguns subsídios importantes sobre a forma como se reconfigurou o patrimônio destes indivíduos nessa nova conjuntura econômica que impossibilitava a aquisição de escravos via tráfico internacional.

**GRÁFICO 8**



Fonte: Inventários post-mortem pertencentes ao IAHGPE. Coleção Tribunal da Relação. A amostra totaliza em 28 inventários para a mata seca e 37 para a mata úmida.

A análise comparativa entre as duas sub-regiões da Zona da Mata torna possível perceber com mais clareza a racionalidade econômica da formação da estrutura da riqueza desta região. O fato de essas duas áreas possuírem conjunturas distintas sugere a existência de razões distintas na postura dos senhores de engenho quanto aos seus investimentos.

Embora haja certa similaridade no que diz respeito aos bens em que se concentra a maior parte da riqueza dos inventariados de toda Zona da Mata (escravos, imóveis e dívidas), há uma nítida distinção, no que diz respeito ao perfil da estrutura da riqueza da

<sup>120</sup> *Idem. Ibidem.*

Mata Norte e da Mata Sul. Os percentuais de participação no montante dos inventários de quase todos os bens se equivalem para as duas sub-regiões, a exceção está apenas nos ativos de escravos e dívidas.

A participação das dívidas ativas no total do montante da riqueza dos inventários de ambas as sub-regiões se apresenta com percentuais distintos. Para a mata seca este percentual se situa em 30,64%, enquanto na mata úmida fica em apenas 23,26%. Contudo, no que diz respeito aos escravos a situação se inverte, a parte sul da Zona da Mata é quem possui o maior percentual no montante dos inventários com 13,19%, enquanto a parte norte possui apenas 9,63%.

A questão fundamental a ser observada nestes percentuais está situada na disparidade de 21,01% existente entre a participação de dívidas ativas e escravos na estrutura de riqueza da parte norte da Zona da Mata. Este percentual se situa em apenas 10,07% para a parte sul.

Antes de discutirmos os motivos pelos quais há uma disparidade nos percentuais que apontam para a concentração de riqueza nas dívidas ativas entre as duas sub-regiões, é necessário esclarecer o que significava tal variável. Estão contabilizados como dívidas ativas todos os investimentos em títulos, contas bancárias, ações, empréstimos e outros ativos desta natureza, possuídos pelo inventariado. É notório o fato de ter havido, durante a segunda metade do século XIX, um aumento gradual nesse tipo de investimento, o fato dele ter sido muito mais agudo, ao menos em termos percentuais, em uma localidade do que em outra, é que nos chama bastante atenção.

O fato dos capitais, antes destinados para a compra de cativos, estarem neste momento sendo investidos em outras atividades econômicas, possui grande relevância neste contexto. Os ativos financeiros se constituíam na atividade a qual atraía o maior número de novos investimentos neste período, e o fato da participação destes na riqueza dos inventariados variarem de uma região para a outra, pode estar diretamente ligado ao fato de a escravidão ainda ser um investimento de bom retorno em algumas circunstâncias.

A existência de engenhos mais produtivos na Mata Sul tornava viável que se continuasse a investir em escravos nesta região, já que estes se apresentavam como mais produtivos no cultivo da cana-de-açúcar que os trabalhadores livres.

A baixa propensão em substituir escravos por trabalhadores livres não foi um fenômeno particular à Mata Sul de Pernambuco. Em outras áreas de economia

açucareira, como na Bahia, este processo também se observa devido à superioridade de tal mão-de-obra sobre os trabalhadores livres no quesito produtividade.<sup>121</sup>

A participação deste ativo em percentual maior na Mata Sul sugere que a continuidade na aquisição de escravos, ao longo da segunda metade do século XIX, estava condicionada à existência de um engenho em boas condições de produtividade, já que tal processo não se observa da mesma forma na mata seca.

Aos senhores de engenho da mata seca, que sofriam com problemas de produtividade em suas propriedades, o investimento em ativos financeiros se apresentava como mais seguro e rentável. Além disso, decaía em muito a importância do trabalho escravo nesta região, em razão da baixa produtividade na lavoura açucareira, o que conseqüentemente dava margem à utilização com mais freqüência da mão-de-obra livre nos engenhos desta região.

A forma como os ativos financeiros cresceram na participação do montante dos inventários, durante a segunda metade do século XIX, possui algumas variações importantes. O aumento vertiginoso após 1870 sugere que este crescimento esteja diretamente ligado aos rumos que o declínio da população escrava estava tomando. Levando-se em conta que o aumento destes ativos é inversamente proporcional à participação dos escravos no montante, torna-se claro como tais variações estão diretamente atreladas ao decréscimo que a população escrava estava sofrendo durante estas décadas.

Assim como fica sugerido a partir dos levantamentos da população escrava nas últimas décadas de sua existência legal, o decréscimo mais agudo de seu quantitativo total se deu após 1880<sup>122</sup>. Tal postura condiz exatamente com as variações do Gráfico 9, onde o aumento da participação das dívidas ativas só cresce de maneira vertiginosa no mesmo período.

No que diz respeito a participação das dívidas ativas na riqueza dos senhores de engenho de forma comparada entre as duas sub-regiões, assim como está demonstrado no Gráfico 9, fica evidente que existe um ritmo similar no crescimento das dívidas ativas em ambas, entretanto, os percentuais de crescimento para ambas são distintos. Enquanto na Mata Norte tal participação chega a 50% do total do montante, na Mata Sul

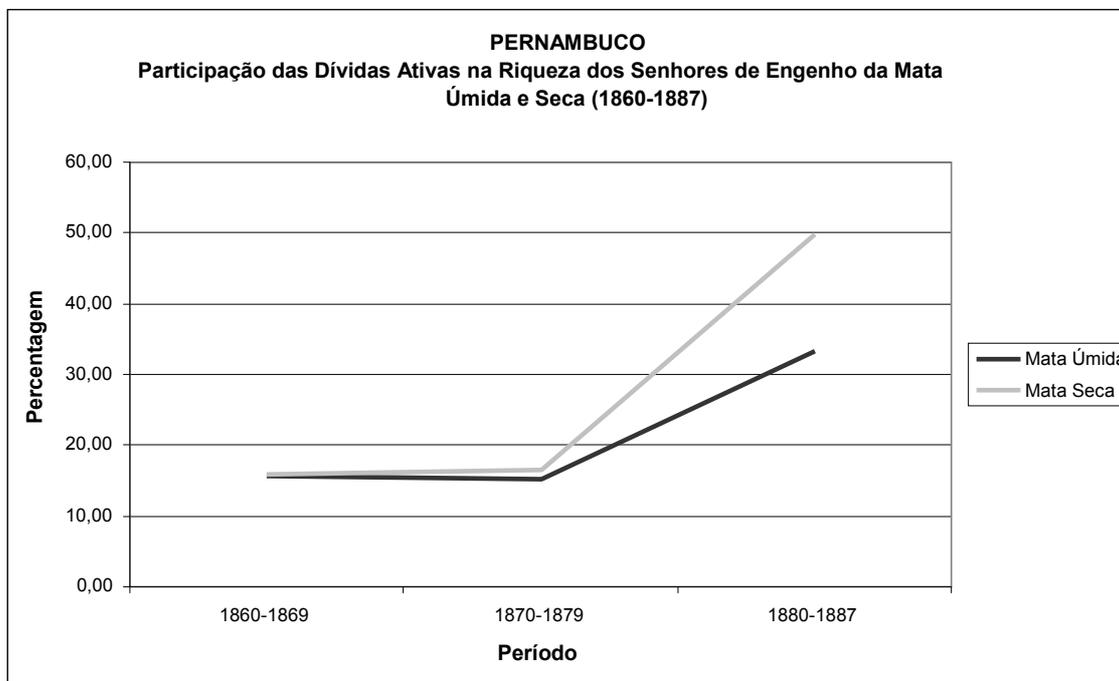
---

<sup>121</sup> MATTOSO, Kátia M. Q. **Bahia Século XIX: Uma Província no Império**. São Paulo. Ed. Nova Fronteira. 1992 Pág. 629

<sup>122</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 170

este fica apenas em 34%, ressaltando a importância de que a mão-de-obra compulsória ainda possui nesta região.

**GRÁFICO 9**



Fonte: Inventários *post-mortem* pertencentes ao IAHGPE. Coleção Tribunal da Relação.

Há de se ressaltar ainda uma variação interessante no Gráfico 9. A década de 1870 aponta um leve aumento de 1% da participação da população escrava no montante dos inventários da Mata Sul, e em contrapartida, um decréscimo de 1% para a Mata Norte. Este comportamento está de acordo com o que foi demonstrado, no segundo capítulo sobre o aumento da população escrava na Mata Sul durante a década de 1870, provavelmente decorrente do comércio intraprovincial. Tal acréscimo de cativos consequentemente pode ter causado uma retração nos investimentos em ativos financeiros por senhores de engenho na Mata Sul.

Tal conjuntura reforça o que fica sugerido em outros pontos já discutidos a respeito da dependência da mão-de-obra escrava por parte dos senhores de engenho. A relação da elite açucareira com a utilização desta, está diretamente ligada a um cálculo que julga a racionalidade econômica da utilização da escravidão como força de trabalho, onde esta deveria reverter em lucros um valor que justificasse a sua posse, dado o alto valor do preço que um cativo estava alcançando.

### 3. 2 - Estrutura de posse de escravos na Zona da Mata

Assim como ficou explicitado no segundo capítulo, a relação de dependência dos produtores de açúcar com a mão-de-obra escrava era latente, mesmo durante a segunda metade do século XIX, onde o ritmo da transição da mão-de-obra escrava para livre estava bastante acelerado. Entretanto, a forma como se distribuiu a população escrava na mata pernambucana mostrou-se bastante heterogênea.

Os dados supracitados do Censo de 1872 demonstraram que a maior parte desta se concentrou na Mata Sul, com um percentual de 62%, enquanto os outros 38% dos escravos da Zona da Mata se situavam na Mata Norte. A distribuição distinta desta população dentro da Zona da Mata é justificada por um maior desenvolvimento econômico da parte úmida desta sub-região.<sup>123</sup>

Sendo assim, a produtividade do açúcar se constituía num elemento que tendia a estar diretamente atrelada à posse de escravos, onde as regiões em que a produção açucareira estivesse mais desenvolvida concentrariam o maior número de cativos.

Porém, a participação dos escravos na totalidade da população de cada município segue algumas variações importantes, mesmo em áreas de grande potencial produtivo. Os municípios da Zona da Mata apresentam dados bastante distintos de um para outro em relação à distribuição da população escrava e livre.

O município de Nazaré está localizado na Mata Norte da província de Pernambuco e historicamente esta localidade se configurou como uma das grandes produtoras de açúcar da província. Tal município possuía a maior população escrava da Zona da Mata em 1872, com 5 616 cativos, e um total de 65 631 pessoas livres, o que acarretou numa participação dos escravos no total da população deste município de apenas 15, 76%.

Por conseguinte, a cidade de Escada, que se localiza na Mata Sul e se apresentou durante a segunda metade do século XIX, como um dos municípios mais representativos para a economia açucareira devido a sua participação no comércio intraprovincial de escravos e, na modernização dos engenhos, apresenta uma configuração diferente do município de Nazaré. Nesta, o total de cativos consistia em 4 050 indivíduos, e de livres 16 746, o que implicava uma participação de 24,18% dos escravos no total da população do município.

---

<sup>123</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e O Homem do Nordeste**. São Paulo. Brasiliense. 1973. Pág. 28

Os dois municípios citados desempenharam papel importante na economia açucareira enquanto grandes produtores. Entretanto, a forma como se organizou a população em cada um destes, se distingue no que diz respeito à participação da população livre enquanto mão-de-obra. A população escrava de Nazaré supera a de Escada em 27%, além de a população livre ser 47% superior também para o primeiro município.

Essa variação na concentração de escravos, em relação à população livre, apresentada nos dados citados acima e na Tabela 7, sugere uma análise comparativa sobre os plantéis de escravos dos indivíduos ligados à produção açucareira.

Uma comparação, entre a forma como se estruturou a posse de escravos nas diferentes regiões, apresentou-se como uma significativa estratégia, no sentido de compreender um pouco mais sobre o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre, além de delimitar, mais precisamente, a forma como se compunham os grupos ligados à produção do açúcar a partir do perfil dos seus plantéis de escravos.

**TABELA 7**  
PERNAMBUCO  
População dos municípios da Zona da Mata

Área Geográfica	Municípios	Escravos			Razão de Masculinidade	População Livre	% dos Escravos
		Homens	Mulheres	Total			
Mata Úmida	Sirinhaém	1.378	1.096	2.474	1,26	9.146	27,05
Mata Úmida	Barreiros	1.137	1.127	2.264	1,01	8.724	25,95
Mata Úmida	Escada	2.445	1.605	4.050	1,52	16.746	24,18
Mata Úmida	Rio Formoso	1.553	1.191	2.744	1,3	11.545	23,77
Mata Úmida	Gameleira	639	599	1.238	1,07	5.839	21,2
Mata Úmida	Ipojuca	1.742	1.573	3.315	1,11	16.105	20,58
Mata Úmida	Cabo	2.074	1.459	3.533	1,42	17.987	19,64
Mata Úmida	Água Preta	2.074	1.872	3.946	1,11	26.883	14,68
Mata Seca	Igarassu	1.415	892	2.307	1,59	13.879	16,62
Mata Seca	Nazaré	2.935	2.681	5.616	1,09	35.631	15,76
Mata Seca	Goiana	1.789	1.806	3.595	0,99	28.177	12,76
Mata Seca	Vitória	1.719	1.504	3.223	1,14	25.324	12,73
Mata Seca	Paudalho	1.753	1.750	3.503	1	34.618	10,12
Mata Seca	Itambé	1.583	1.870	3.453	0,85	37.288	9,26
Mata Seca	Olinda	395	418	813	0,94	11.606	7
<b>TOTAL</b>		<b>24.631</b>	<b>21.443</b>	<b>46.074</b>		<b>299.498</b>	

FONTE: Relatórios de Presidente da Província de Pernambuco. Censo populacional para o ano de 1872

Os maiores percentuais de participação da população escrava no total de cada município estão concentrados na Mata Sul. O motivo para tal comportamento pode estar

associado ao fator produtividade do trabalho escravo já citado. Pelo fato dos engenhos de tal região serem mais produtivos, compensava ao senhor de engenho, da parte úmida da Zona da Mata, continuar utilizando e até aumentar seu plantel de escravos objetivando aumentar a produção. Em contrapartida, ao senhor de engenho da Mata Norte, se tornou mais conveniente usar a mão-de-obra livre já que a relação custo/benefício não compensava um investimento em um ativo tão valorizado quanto o escravo após 1850.

Na Bahia, a mesma heterogeneidade em uma região açucareira, no que diz respeito a posse de escravos, também ficou evidente. Num estudo pormenorizado sobre a região do Recôncavo Baiano, Stuart Schwarz demonstra como a atividade açucareira de exportação concentra a grande maioria absoluta de escravos em detrimento de outras atividades econômicas, sugerindo que a produtividade da atividade nos engenhos era elemento determinante na manutenção e aquisição dos plantéis de escravos<sup>124</sup>.

Para o Rio de Janeiro, no último quartel do século XVIII, Iraci del Nero da Costa constatou a existência de variações quanto aos plantéis médios de escravos, que seguia uma dinâmica diretamente atrelada ao potencial produtivo dos engenhos. Enquanto nos engenhos produtores de açúcar a média de escravos por plantel era de 36 indivíduos, nas engenhocas que produziam derivados da cana-de-açúcar esta média ficava em 10,8 cativos<sup>125</sup>.

Em Pernambuco, Eisemberg estima a média dos cativos por plantel, observando apenas o decréscimo que esta população sofreu ao longo do século XIX. Para o primeiro período 1840-1845 este número fica em 55 cativos, e na década seguinte cai bruscamente para 20 cativos<sup>126</sup>.

A forma agregada como foram observados tais dados para a zona canavieira pernambucana encobre as distinções existentes entre a realidade econômica da Mata Sul e da Mata Norte. A análise de alguns aspectos desta região de forma comparativa permite observar com mais precisão como se dava a relação da elite açucareira local com a escravidão.

É notório que durante os últimos anos de existência da escravidão enquanto instituição no Brasil houve um decréscimo considerável desta população na área canavieira pernambucana. Mesmo agregando-se os dados em três décadas de intensas

---

<sup>124</sup> SCHWARZ, Stuart. Op. Cit. 1988. Pág. 357

<sup>125</sup> COSTA, Iraci del Nero. 1988. Pág. 111-113

<sup>126</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 169.

mudanças no quantitativo de escravos existentes, é válido observar em que sentido se distingue a média de cativos por engenho nas duas sub-regiões. Enquanto na mata seca este número fica em 16,6, na mata sul a média fica em 17,5 cativos por engenho<sup>127</sup>.

O fato da diferença na média dos cativos não se apresentar de forma tão significativa de uma área para outra, é resultado da existência de engenhos, com grande potencial produtivo, na mata norte. Como exemplo pode ser citada a propriedade do grande cacique político conservador pernambucano, Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, o Visconde de Camaragibe. Este indivíduo possuía 165 cativos no ano de 1876 divididos por três engenhos no município de São Lourenço da Mata, na mata seca da província.

A grande diferença entre a estrutura de posse de escravos nas duas sub-regiões da Zona da Mata não estava então na média referida, mas na forma como tais cativos estão distribuídos por tipos de plantel, assim como está sugerido na Tabela 8.

**TABELA 8**  
**PERNAMBUCO**  
 Estrutura de Posse de Escravos na Zona da Mata (1860-1887)

Qte. De Escravos	Mata Seca		Mata Úmida	
	Proprietários	Percentagem	Proprietários	Percentagem
Nenhum	10	35,71	3	8,11
1	1	3,57	3	8,11
2	2	7,14	3	8,11
3 a 6	4	14,29	9	24,32
7 a 10	2	7,14	5	13,51
11 a 20	3	10,71	8	21,62
21 a 50	4	14,29	3	8,11
mais de 50	2	7,14	3	8,11
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inventários pertencentes ao IAHGPE. Coleção Tribunal da Relação.

Enquanto na mata seca o percentual maior dos proprietários está entre os que possuem poucos escravos, na mata úmida os percentuais maiores estão entre os que possuem plantéis intermediários, entre seis e vinte escravos. Mesmo ficando evidente que a utilização da mão-de-obra livre se dava em ambas as sub-regiões na Zona da Mata, é freqüente, a menção acerca dos proprietários com poucos cativos na Mata Norte

<sup>127</sup> Dados colhidos a partir dos inventários post-mortem do IAHGPE em que comprovadamente havia menção a posse de engenhos no patrimônio. A amostra consiste em 28 inventários para a mata seca e 37 para a mata sul entre os anos de 1860 e 1887.

e, tal fato, reforça a idéia de que a utilização desta força de trabalho em tal região era mais comum.

Tal comportamento, mesmo sendo mais comum na Mata Norte, também se fazia presente em áreas açucareiras da Mata Sul. A presença de engenhos com maior potencial produtivo nesta região é que permitia a manutenção dos plantéis de escravos com maior facilidade, o que não eximia os senhores de engenho de carecer de mão-de-obra livre nos seus engenhos.

**TABELA 9**  
**PERNAMBUCO**  
 População escrava por plantel na Zona da Mata (1860-1887)

Plantel de escravos	Mata Úmida		Mata Seca	
	Qtde. de escravos	Percentagem	Qtde. de escravos	Percentagem
1	3	0,46	1	0,22
2	6	0,93	4	0,86
3 a 6	35	5,4	16	3,44
7 a 10	42	6,48	17	3,66
11 a 20	112	17,28	41	8,82
21 a 50	108	16,67	143	30,75
mais de 50	342	52,78	243	52,26
<b>Total</b>	<b>648</b>	<b>100%</b>	<b>465</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inventários post-mortem pertencentes ao IAHGPE. Coleção Tribunal da Relação.

O comportamento em toda Zona da Mata, no que diz respeito a distribuição da população escrava por plantel, é bastante similar. Tanto na Mata Sul quando na Norte o percentual de escravos que pertencem a grandes plantéis (mais de 50 escravos), é superior a 50%, além disso, este quantitativo de escravos está sob a posse de apenas 8% dos senhores de engenho em ambas as regiões.

Esta concentração de escravos sob a posse de uma minoria dos senhores de engenho deixa bastante evidente o caráter heterogêneo da elite açucareira pernambucana. Apesar da existência de uma maioria de proprietários com a posse de engenho pequenos e medianos, é apenas uma minoria destes que consegue manter grandes plantéis de escravos, mesmo com a queda nos preços do açúcar.

Ainda sob a demografia escrava nos plantéis presente nos inventários de senhores de engenho, há uma breve diferença entre ambas as sub-regiões. A forma como se apresentam os escravos nos plantéis medianos da Mata Sul é bem melhor distribuída do que na Mata Norte. Enquanto nesta segunda há uma grande concentração de cativos em plantéis que se aproximam de 50 escravos, na primeira os percentuais são

mais bem distribuídos. Este comportamento sugere a existência de uma disparidade maior na riqueza dos senhores de engenho da Mata Norte, com a maioria quase que absoluta dos escravos pertencendo aos indivíduos mais ricos. Na Mata Sul, por ser a freqüência de senhores de engenho com plantéis medianos de escravos maior que na parte Norte, é provável que os níveis de riqueza entre este grupo social fosse melhor distribuído.

As questões que envolvem plantéis médios de escravos ligados à atividade açucareira e, a participação dos pequenos plantéis de escravos na totalidade da população cativa, podem ser mais bem observadas a partir da análise de um caso em particular.

A cidade de Palmares se localiza na Mata Sul de Pernambuco, e suas origens remetem à primeira metade do século XIX. Durante a chegada dos trilhos da estrada de ferro Recife-São Francisco em 1862, a localidade pode conhecer um progresso em ritmo mais acelerado culminando com instalação de Engenhos Centrais e Usinas nas décadas seguintes<sup>128</sup>.

A lista nominativa deste município dispõe de informações para o ano de 1873 sobre toda a população escrava local e os seus respectivos proprietários. Com isso, é possível observar mais diretamente algumas questões de relevância acerca da estrutura de posse de escravos num período tão sugestivo, onde o preço do açúcar já estava causando impactos negativos na produção local.

---

<sup>128</sup> GRYZ, Jaime. **Palmares, Cidade do Açúcar e dos poetas**. Revista Brasil Açucareiro. Vol. 78. Rio de Janeiro. Instituto do Açúcar e do Alcool. Agosto de 1971. Pág. 21

**TABELA 10**

PERNAMBUCO

Estrutura de Posse de Escravos em Palmares (Mata Úmida-1873)

<b>Qtde de Escravos</b>	<b>Proprietários</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Total de Escravos</b>	<b>Porcentagem</b>
1	124	26,96	124	4,52
2	87	18,91	174	6,34
3 a 6	129	28,04	537	19,57
7 a 10	48	10,43	397	14,47
11 a 20	45	9,78	654	23,83
21 a 50	26	5,65	785	28,61
mais de 50	1	0,22	73	2,66
<b>TOTAL</b>	<b>460</b>	<b>100</b>	<b>2744</b>	<b>100</b>

Fonte: Lista Nominativa do município de Palmares - 1873. Documento Pertencente ao acervo do IAHGPE.

A forma com que se estruturou a posse de escravos em Palmares, aponta para duas questões fundamentais a respeito da distribuição de cativos por proprietários.

A primeira questão nos informa, que a maioria absoluta dos proprietários de escravos possuía pequenos plantéis e aqueles que possuíam até seis escravos constituíam 73,91% de todos os proprietários dos municípios. Normalmente, estes indivíduos que possuíam poucos cativos estavam na condição de lavradores ou ligados a outras atividades econômicas que não fossem a produção de açúcar. Os altos preços dos escravos e a baixa lucratividade de outras atividades agrárias, que não fossem a produção açucareira, justificavam a pouca frequência dos grandes plantéis.

A segunda questão, demonstrada na Tabela 10, nos mostra que 56% dos escravos existentes no município estão situados em plantéis de proprietários que possuem mais de 10 escravos, sendo que estes só representam apenas 16% do total de indivíduos que possuem cativos. Tal concentração de escravos num pequeno grupo de indivíduos reforça o argumento que atrela diretamente a posse de escravos à necessidade de lucro que torne racional a manutenção do plantel. Muito provavelmente estes 16%, ou um percentual menor que este, estava ligado diretamente à atividade canavieira, já que apenas esta justifica tamanho investimento em escravos.

### 3.3 - Estudo comparativo de plantéis

As peculiaridades na organização desses plantéis de escravos, em cada uma das duas sub-regiões da Zona da Mata, indicam que tais diferenças podem ter influenciado diretamente as relações entre senhores e escravos nesta região.

Observar mais atentamente o contexto de dois grandes plantéis de escravos, em ambas as sub-regiões em questão, dá margem a uma compreensão mais abrangente das implicações que as diferenças entre estas tiveram na forma da elite açucareira da Mata Norte e da Mata Sul lidar com a mão-de-obra escrava.

Os senhores de engenho em questão apresentaram aspectos distintos nas informações disponibilizadas. Tais diferenças consistem basicamente nos anos em que são realizados os inventários, e embora estes estejam separados por quase uma década, a conjuntura histórica em questão não torna inviável um estudo comparativo.

O primeiro caso a ser observado diz respeito mais exatamente a uma senhora de engenho. Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque, a Baronesa de Muribeca, que havia falecido no final de Setembro de 1887 deixando um patrimônio considerável como herança. O inventariante, primo, marido e herdeiro dos bens da inventariada era Francisco Rego Barros, o Barão de Muribeca, uma figura da açucarocracia pernambucana. O matrimônio seguia a prática comum de endogamia das elites açucareiras pernambucanas; o pai da inventariada, o Coronel Francisco do Rego Barros, era também tio do seu esposo<sup>129</sup>.

Pelas relações patriarcais comuns ao espaço do engenho, é bastante provável que o mesmo fosse o real administrador dos bens da inventariada. Sendo assim, torna-se mais interessante cruzar os dados disponíveis no inventário com as informações sobre o próprio Barão, afim de se que possa relacionar o perfil do senhor de engenho com a forma de apresentação de seu plantel de escravos.

O Barão de Muribeca participou ativamente em 1878 do Congresso Agrícola do Recife. A exposição sistemática de suas idéias no evento sobre temas do interesse da açucarocracia nordestina permitiu traçar em linhas gerais o perfil geral deste indivíduo. O mesmo tinha forte rejeição à política intervencionista sugerida em vários momentos do Congresso, negando a necessidade de “injeção” de capitais a ser realizada pelo governo imperial, como sugeriam outros participantes do evento. O grande problema da lavoura açucareira estava, segundo o mesmo, na falta de iniciativa individual da elite local:

---

<sup>129</sup> De CARLI; Gileno. **História de uma Fotografia**. Recife. Cia. Ed. de Pernambuco. 1985. Págs. 123 e 124.

Nada temos que esperar do Governo Gera .- Isto não é política, nem eu quero falarem tal coisa, Deus me livre! – o que é que há de fazer o governo geral, quero dizer os poderes públicos? Empréstimo-nos dinheiro?<sup>130</sup>

O Barão de Muribeca notabilizou-se por posturas empreendedoras, mais especificamente, no que diz respeito à modernização do aparelho produtivo dos seus engenhos. Em 1875 este indivíduo implantou o sistema viário de cargas “Decauville”, tornando mais operacional o transporte de canas em suas propriedades. No mesmo período, no engenho São João da Várzea, já haviam sido realizadas melhorias que causaram um aumento de 40% na produtividade em relação ao processo comum e vigente na indústria açucareira nacional. Esse Barão foi, também, o primeiro agricultor a adotar as caldeiras a vácuo e de efeito múltiplo, pagando 40 contos pela maquinaria, incluindo a primeira cristalizadora a vácuo da província.<sup>131</sup>

No que diz respeito à mão-de-obra, o Barão em nenhum momento, durante seu discurso feito ao Congresso Agrícola, revela qualquer intento abolicionista. Sobre o problema da escassez de mão-de-obra o mesmo faz a seguinte revelação:

Falta de braços! Quanto a mim não se deve cuidar nisso. A questão para mim é outra: é da divisão do trabalho que se deve curar, e esta há de se estabelecer infalivelmente (...). O que é preciso é que os trabalhadores vivam melhor, em mais favoráveis circunstâncias do que atualmente. Só assim se poderá esperar que os ingênuos, filhos de escravas, continuem a trabalhar. Continuando na vida em que levam, eles, apenas se façam homens, sairão de casa e irão pelo mundo todo, ociosos, sem prestar serviço algum. É preciso não ter conhecimento algum do mundo para julgar que esses ingênuos continuarão a morar em casa dos senhores de suas mães.<sup>132</sup>

Apesar do Barão estar se referindo a trabalhadores livres, o bom trato dado a estes indivíduos defendido por ele, reflete uma mentalidade afeita ao cálculo que preza por uma preservação da sua mão-de-obra como meio viabilizador da sua manutenção por mais tempo..

Sendo assim, torna-se importante observarmos de que forma se apresentou o plantel de escravos de tal senhor de engenho, e em que sentido a sua relação com os escravos sinalizou para um contexto de exploração ou benignidade.

---

<sup>130</sup> PERRUCCI, Gadiel. **Congresso agrícola do Recife, 1878: Trabalhos**. Recife CEPA. 1978. Pág. 96

<sup>131</sup> EISEMBERG, Peter L.Op. Cit. 1977Pág. 69

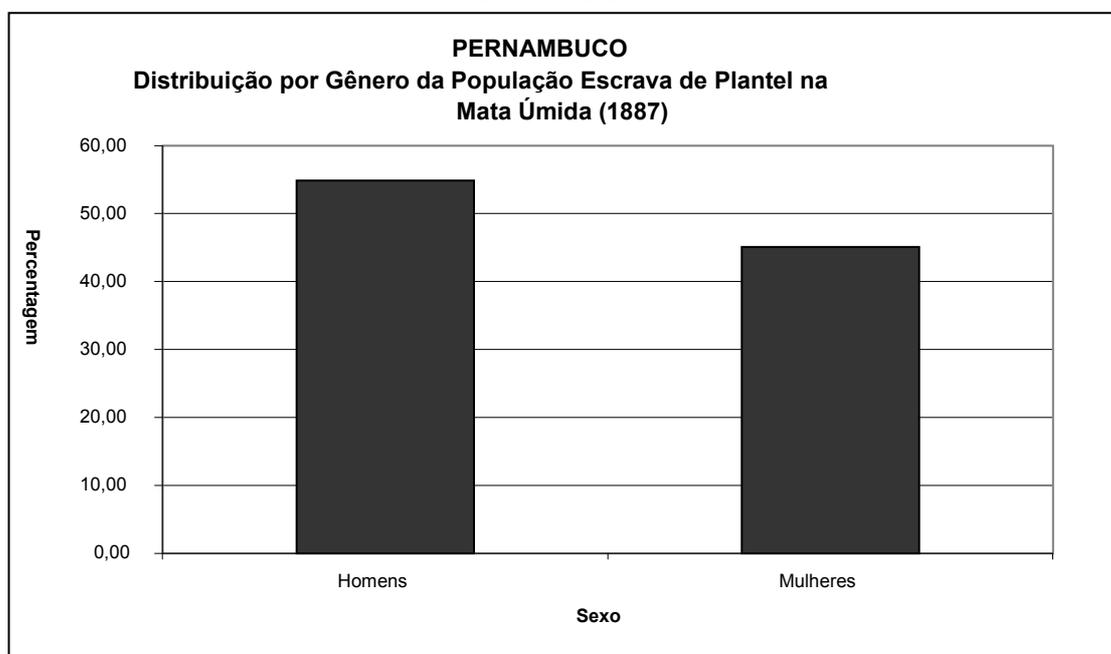
<sup>132</sup> PERRUCCI, Gadiel. Op. Cit. 1978. Pág. 97

De início, é importante mencionar que o inventário data exatamente de novembro de 1887, ou seja, pouco mais de seis meses antes da abolição. Entretanto, a participação dos escravos enquanto ativo no montante do inventário alcança o percentual significativo de 20%, com um total de 191 cativos. O tamanho do plantel, e a considerável participação destes no montante do inventário, apenas alguns meses antes de ser decretado o fim desta instituição, aponta para uma crença no prolongamento do fim da escravidão, ou ao menos no ressarcimento por parte do governo caso ocorresse a abolição definitiva, já que a perda de um quinto do patrimônio sem o mínimo de ressarcimento não compensaria a manutenção de tão extenso plantel.

A forma como se distribui o sexo entre os escravos do plantel, assim como está demonstrado no Gráfico 10, corrobora, até certo ponto, com a visão comum a respeito da demografia escrava em atividades intensivas em esforço, que afirma ter preponderado, nestas atividades, cativos do sexo masculino.

O percentual majoritário de 55%, para a população escrava masculina, corrobora com os apontamentos a respeito da preferência dos senhores de engenho, por este perfil de cativo devido a sua maior adequação ao trabalho no eito. Tal aspecto fica evidente no Gráfico a seguir.

**GRÁFICO 10**



Fonte: Inventário *post-mortem* do de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque, a Baronesa de Muribeca. Acervo do IAHGPE, Coleção Tribunal da Relação.

Além desta preferência por escravos homens, pode-se observar que a participação maior destes cativos está centrada na fase mais produtiva, dos 21 aos 40 anos de idade, totalizando um percentual de 61,90% do plantel masculino, assim como está disposto na Tabela 11.

**TABELA 11**

**PERNAMBUCO**

**Idade dos Escravos do Gênero Masculino de Plantel na Mata Úmida (1887)**

<b>Idade</b>	<b>Escravos</b>	<b>Porcentagem</b>
16-20	11	10,4
21-30	31	29,5
31-40	34	32,3
41-50	17	16,1
mais de 50	12	11,4
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inventário *post-mortem* do de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque, a Baronesa de Muribeca. Acervo do IAHGPE, Coleção Tribunal da Relação.

No que diz respeito à população escrava feminina, o percentual de participação no plantel (45%) não se apresenta tão diminuto. Assim como já foi discutido, a utilização do trabalho escravo em meados da segunda metade do século XIX, só se justificava a partir de um cálculo em que a atividade desempenhada pelo escravo fosse mais lucrativa do que a mesma tarefa desempenhada por um trabalhador livre. Sendo assim, ficou evidenciado que as tarefas intensivas em esforço eram as únicas em que a mão-de-obra compulsória poderia ser mais produtiva.

A grande participação de escravas num plantel de engenho de açúcar, num momento em que a transição para a mão-de-obra livre estaria em seu ritmo mais acelerado, sugere que a historiografia tradicional a respeito da escravidão tenha subestimado a produtividade de escravas nos trabalhos intensivos em esforço.

As atividades desempenhadas por tais escravas, assim como está apresentado na Tabela 12, deixam evidente que as tarefas desempenhadas estavam ligadas essencialmente à produção do açúcar. O percentual de 86,05% para atividades de serviço de campo dá pouca margem a questionamentos a respeito da aceitação dos senhores de engenho a respeito deste perfil de cativo no trabalho do eito.

A associação direta realizada entre escravos do sexo masculino e as atividades intensivas em esforço, ou neste caso, o trabalho nos engenhos, tem razões nas questões

de demanda preferencial por escravos do sexo masculino ainda durante a existência do tráfico africano.<sup>133</sup>

## **TABELA 12**

### **PERNAMBUCO**

**Atividades de escravas em Plantel da Mata Úmida (1887)**

<b>Atividades</b>	<b>Escravos</b>	<b>Porcentagem</b>
Serv. Campo	74	86,05
Serv. Dom.	12	13,95
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inventário *post-mortem* de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque, a Baronesa de Muribeca. Acervo do IAHGPE, Coleção Tribunal da Relação.

Os dados do tráfico intraprovincial citados no segundo capítulo também demonstram uma demanda preferencial por escravos do sexo masculino. Entretanto, assim como no tráfico africano, a maior participação de homens no quantitativo em questão pode estar ligada a questões de oferta subestimadas pela historiografia. A forma como se institucionalizou a escravidão na África pode ter ofertado uma maioria de escravos do sexo masculino, e embora tal situação possa ter se encaixado nos anseios dos produtores de açúcar, não teve sua razão de ser essencial na demanda dos compradores.<sup>134</sup>

O que pode ter sido encoberto por tal contexto é uma aceitação maior do que a estimada pelo trabalho escravo feminino na lavoura canavieira. No inventário em questão a participação considerável de mulheres escravas, trabalhando diretamente na atividade canavieira em um engenho bastante produtivo, aponta para uma rentabilidade segura na utilização desta mão-de-obra na produção do açúcar.

A total ausência de informações sobre a saúde dos escravos neste plantel não nos permite constatar seguramente a existência de uma política de bons tratos por parte do Barão. Contudo, a frequência de descrições sobre todas as outras variáveis, que incluem o estado civil dos escravos, grau de parentesco com outros indivíduos do mesmo plantel, além dos designativos de cor e procedência deste, tornam no mínimo curioso o motivo pelo qual tais informações sobre doenças e achaques estavam sendo omitidas.

Tal constatação, atrelada à defesa pública que o Barão de Muribeca fez no Congresso Agrícola sobre a necessidade de bons tratos com os escravos, não deixa de ser um indício, por mais inseguro que seja, de que a forma como se dava a relação entre

---

<sup>133</sup> THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier. 2004. Pág. 164

senhor e escravo, neste contexto em particular, primava pela ausência de uma política de coerção que depreciasse fisicamente seus cativos.

O outro inventário a ser observado diz respeito ao político e senhor de engenho Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, o Visconde de Camaragibe. Este indivíduo era uma liderança expressiva do Partido Conservador na província, e teve papel destacado no cenário político provincial e nacional, ocupando os cargos de Deputado Geral e de Senador do Império do Brasil no período 1869-1875<sup>135</sup>.

O Visconde era membro de uma família repleta de políticos e senhores de engenho, sendo seu sobrinho e inventariante ninguém menos que o Barão de Albuquerque, que também foi político e deputado pela província de Pernambuco. Camaragibe delineou os rumos do partido conservador sempre prezando por uma participação substancial de familiares seus nos cargos eletivos. Tal postura criou atritos com correligionários na província e fora dela, o que lhe rendeu severas críticas em alguns momentos, inclusive de um dos grandes políticos imperiais, o Visconde do Rio Branco<sup>136</sup>.

“Pai Gigipe”, assim como era jocosamente chamado o Visconde Camaragibe no jornal “A Reforma”, devido a sua relação aproximada e impositiva com o político pernambucano e Ministro do Império João Alfredo, foi figura fundamental para a solidificação do Ministério Rio Branco e, conseqüentemente, para a promulgação da Lei do Ventre Livre. A dificuldade do Ministro em conseguir o apoio dos deputados sulistas, devido aos interesses cafeeiros contrários às políticas abolicionistas, aproximou o Gabinete responsável por tal política dos dois grandes políticos nortistas daquele momento, o Barão de Cotegipe e o Visconde de Camaragibe. A influência desses dois notáveis na política imperial permitiu que Rio Branco levasse a frente às propostas antiescravistas em questão, que acabaram por ser aprovadas devido ao controle sólido dos dois caciques nortistas sobre suas bancadas.<sup>137</sup>

Cabral de Mello acredita estar justificada a aceitação dos políticos nortistas às propostas antiescravagistas, e particularmente do Visconde de Camaragibe, devido ao

---

<sup>134</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 161

<sup>135</sup> GOUVEA, Fernando da Cruz. **Partido liberal no império: O barão de vila bela e sua época(o)**. Brasília: Senado Federal, 1986. Pág. 250

<sup>136</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 360

<sup>137</sup> MELLO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro. 1999. Pág. 22-23.

enfraquecimento que esta instituição conseguiu no seio da açucarocracia pernambucana em razão do tráfico interprovincial.<sup>138</sup>

No entanto, os dados citados no segundo capítulo se opõem drasticamente a essa assertiva. Estes demonstram que os escravos comercializados com direção ao Centro-Sul saíam em sua grande maioria de áreas alheias a economia açucareira. Além disso, o enorme plantel de escravos possuído pelo próprio Visconde também destoa deste “desapego” ao trabalho escravo sugerido por Cabral de Mello por parte da açucarocracia. Sendo assim, é improvável que a postura política adotada pelas lideranças nortistas estivesse diretamente atrelada aos rumos que a transição para a mão-de-obra livre estava tomando.

O plantel de escravos do Visconde de Camaragibe totalizou 165 cativos em seu inventário. Este quantitativo de escravos, na conjuntura momentânea da economia açucareira, é bastante representativo já que os engenhos de posse do Visconde se localizavam na Mata Norte, e como ficou evidenciado no segundo capítulo, esta sub-região sofreu mais gravemente as agruras da queda do preço do açúcar.

A forma como se configura tal plantel de escravos também aponta fortemente no sentido de negar um desapego do cacique político pernambucano a tal instituição. A faixa de idade dos escravos arrolados está de acordo com as necessidades que o trabalho no eito requer, com 46,45% de todos os cativos se situam na faixa de idade que vai dos 16 aos 50 anos.

Ainda sobre a faixa etária dos escravos, existe uma presença significativa de cativos em idade avançada, com 26,06% de todo o plantel estando acima dos 50 anos. Apesar de não haver indícios suficientes no sentido de apontar para a utilização destes cativos na lavoura açucareira, é questionável um suposto interesse deste indivíduo em manter quase por volta de um quarto do plantel de cativos sob seus cuidados sem que estes retornassem algum lucro.

---

<sup>138</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 41

**TABELA 13**

PERNAMBUCO

Idade da População Escrava de Plantel da Mata Seca (1876)

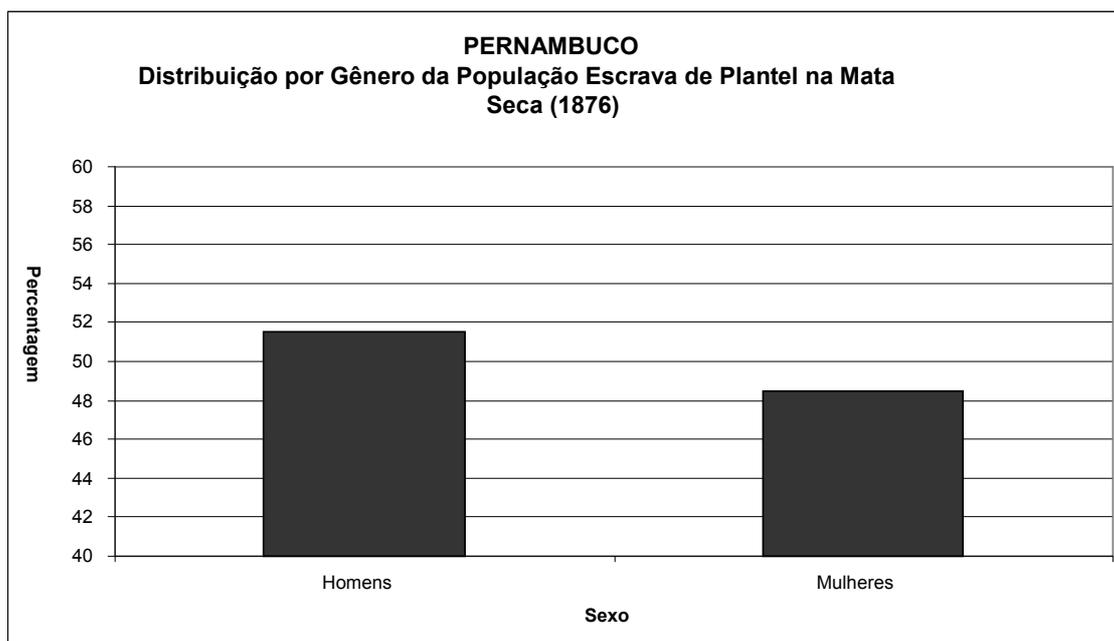
Idade	Escravos					
	Homens	Porcentagem	Mulheres	Porcentagem	Todos	Porcentagem
Indefinido			2	2,50	2	1,21
6 a 10	11	12,94	16	20,00	27	16,36
11 a 15	10	11,76	8	10,00	18	10,91
16-20	5	5,88	8	10,00	13	7,88
21-30	16	18,82	15	18,75	31	18,79
31-40	11	12,94	8	10,00	19	11,52
41-50	8	9,41	4	5,00	12	7,27
51-60	21	24,71	12	15,00	33	20,00
Mais de 60	3	3,53	7	8,75	10	6,06
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>100%</b>	<b>80</b>	<b>100%</b>	<b>165</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inventário post mortem de Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, o Visconde de Camaragibe. Acervo do IAHGPE, Coleção Tribunal da Relação.

No que diz respeito à distribuição por sexo, a maior participação de escravos do sexo masculino corrobora com a afirmativa já realizada sobre a preferência por este tipo de cativo para o trabalho na lavoura canavieira.

Entretanto, assim como foi constatado no plantel da Baronesa de Muribeca, a diferença de percentuais entre os sexos é mínima neste caso. Os percentuais de 51,5% do total do plantel para escravos do sexo masculino, e 48,4% para o sexo feminino, evidenciam uma paridade relativa as questões de gênero na utilização do trabalho escravo em ambiente canavieiro. As questões do tráfico intraprovincial de escravos inibem qualquer tentativa de justificar tal aspecto na demanda por escravos do sexo masculino pela economia cafeeira, já que o escoamento de cativos com destino ao comércio interprovincial dessa sub-região é ínfimo.

## GRÁFICO 11



Fonte: Inventário *post-mortem* de Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, o Visconde de Camaragibe. Acervo do IAHGPE, Coleção Tribunal da Relação.

O agravante da justificativa em torno da utilização das escravas em larga escala na produção canavieira está nos percentuais da idade verificada no plantel feminino. Na Tabela 13, a soma dos percentuais das escravas em idade produtiva atinge o considerável valor de quase 40% do total no plantel.

A repetição de tal comportamento em grandes plantéis de escravos para as duas sub-regiões da Zona da Mata é um indício importante para argumentar que, mesmo havendo uma preferência por escravos do sexo masculino nos engenhos, a utilização da mão-de-obra compulsória feminina reagia positivamente a um cálculo que primava essencialmente por questões de produtividade.

Ainda sobre o plantel do Visconde de Camaragibe, um relevante ponto deve ser ressaltado. Como já foi referido, no segundo capítulo, a relação entre senhores e escravos, no contexto de escravidão intensiva em esforço, prima por relações de coerção que almejam aumentar a produtividade.

Mesmo sendo este contexto de coerção física reservado primordialmente ao escravo do eito, uma boa parte da literatura sobre o açúcar, tenta estabelecer uma relação de harmonia dentro dos diferentes espaços dos engenhos, transformando os

maus tratos, dos senhores sobre os escravos, fundamentalmente em exceção que em uma regra.<sup>139</sup>

Mensurar quantitativamente o grau de “crueldade” nas práticas coercitivas em relação aos escravos se constituiria numa metodologia bastante questionável. Isto se deve ao caráter impreciso das fontes disponíveis sobre tal aspecto. Entretanto, em alguns casos fica bastante sugerida a existência de um trato, ao menos, pouco cuidadoso com os cativos. Analisar de forma acurada as informações sobre os escravos, no inventário pertencente ao senhor de engenho em questão, pode fornecer indícios importantíssimos sobre esta relação em um contexto de produção açucareira em crise.

Neste plantel, a incidência de cativos com algum tipo de restrição física é considerável. De um total de escravos percebeu-se que 32% possuía algum tipo de doença ou de limitação. Este dado aponta para a existência de um descompromisso por parte do senhor de engenho. Tal dado vem contradizer o pensamento do Barão de Muribeca, quando ele se referia à necessidade de manter boas condições de vida nos cativeiros. Tal política era defendida pelo Barão, objetivando a utilização da mão-de-obra escrava por um longo tempo.

O silenciamento da voz do escravo nas fontes brasileiras, avaliando o seu próprio desempenho e, em especial, a sua relação com o senhor, traz algumas limitações a respeito da interpretação das ações entre estes dois grupos. Por algumas questões culturais, é notório o fato de algumas sociedades escravocratas, como a norte-americana, terem mais comumente registrado o depoimento de escravos ou libertos a respeito das agruras do cativo<sup>140</sup>.

A partir de tais depoimentos, Genovese comenta que as condições de vida e as experiências foram as mais variadas no contexto escravocrata norte-americano. As avaliações sobre boas condições de vida variavam muito entre os escravos. O parâmetro comumente utilizado para avaliar a forma como se dava a sua relação com o senhor era a comparação com a condição da *plantation* vizinha. A partir desta avaliação, o escravo traçava um julgamento para perceber se dentro da sua situação de cativo suas necessidades estavam sendo razoavelmente atendidas. Mesmo com tantas variações nestas avaliações, em um ponto os cativos concordam sobre o que seria um bom senhor:

---

<sup>139</sup> BELO, Julio. **Memórias de um senhor de engenho**. Rio de Janeiro. J. Olympio. 1948; NABUCO, Joaquim; MELLO, Evaldo Cabral de. **Diários**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2005. 2 v.

<sup>140</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo. Ed. Record. 2000. Pág. 406; GENOVESE, Eugene D. **A Terra Prometida, O Mundo que os Escravos Criaram**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988

“um senhor bom era o que vestia, alimentava e abrigava seus escravos dentro de certos padrões de decoro estabelecidos em relações de negociação entre ambas as partes”.<sup>141</sup>

Mesmo não havendo nenhum registro escrito nesse sentido por parte de algum escravo pertencente ao Visconde de Camaragibe, a considerável incidência de escravos doentes ou machucados na totalidade de seu plantel fornece alguns vestígios significativos. Nenhum dos 53 escravos doentes é citado como possuidor de algum achaque que possa remeter a uma epidemia ou qualquer outra moléstia que esteja alheia aos cuidados do senhor para com os cativos. Os achaques frequentemente citados consistem em aleijamentos, hérnias, invalidez e erisipela, esta última causada por fungos que se desenvolvem sob um contexto de falta de higiene e cuidados mínimos com a saúde<sup>142</sup>.

Os outros tipos de problemas de saúde apresentados pelos escravos sugerem a exigência de uma rigorosa atividade física por parte de seu proprietário. Os aleijamentos de membros superiores e inferiores, relatados com certa frequência, muito provavelmente deveriam ser causados pelo trabalho exaustivo e perigoso realizado na produção do açúcar.

Tal contexto leva-nos a crer que o Visconde de Camaragibe assumia uma postura em relação aos seus cativos de pouca preocupação com cuidados e melhorias na qualidade de vida. Torna-se mais provável que este indivíduo, na condição de senhor de engenho, percebesse na exploração máxima de seus cativos um rendimento mais motivante aos seus propósitos, que o raciocínio defendido pelo Barão de Muribeca, que prezava por uma longevidade na utilização do trabalho escravo.

Esta diferença de mentalidade, com relação ao melhor aproveitamento da produtividade dos escravos, segue uma lógica econômica que está de acordo com os planejamentos de lucros determinados por cada senhor. Esse contexto pode ser observado na Zona da Mata açucareira em um momento quase que simultâneo aos dois casos particulares acima evidenciados.

Tal aspecto nos leva a concluir que a relação entre senhores e escravos, no contexto açucareiro, era dotada de uma heterogeneidade muito grande em suas práticas, sendo incoerente estabelecer padrões de comportamento uniformes para estes dois grupos.

---

<sup>141</sup> GENOVESE, Eugene D. **Terra prometida: O mundo que os escravos criaram(a)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988 Pág. 204

A conjuntura a definir os aspectos de tais relações está inserida numa série de variáveis que extrapolam apenas o tipo de atividade econômica desempenhada pelo escravo (intensiva em esforço ou habilidade intensiva). Fatores históricos de formação das regiões em que se dão tais atividades, além do perfil particular de cada senhor de engenho, são aspectos a serem levados em conta de forma a entender com mais clareza as razões do comportamento dos grupos sociais envolvidos.

---

<sup>142</sup> MICKELBERG, Rosely Maia. <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?488>. Site acessado em 15/07/2007.

## Capítulo 4

### Perfil ou perfis de senhores de engenho

É mais fácil mudar uma lei que uma mentalidade. A mudança não se faz sentir integralmente com a simples promulgação da lei, mas só lentamente, quando os velhos hábitos e costumes vão sendo desativados. (ANDRADE, Manuel Correia de. Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: 1850/1888. Pág. 72).

#### 4.1. Análise comparativa dos perfil dos senhores de engenho

A heterogeneidade econômica, demonstrada em capítulos anteriores, que caracterizou a elite açucareira pernambucana durante o século XIX, levanta uma questão a respeito das diferenças existentes no perfil sociológico dos senhores de engenho.

As mudanças econômicas, às quais a economia açucareira foi sendo vítima desde o início do período colonial, ajudaram a formatar o perfil da aristocracia açucareira, ao longo dos séculos em que esta ajudou a configurar a paisagem sociológica do Nordeste.

A interpretação de Freyre, a respeito do senhor de engenho colonial, deixa evidente como alguns aspectos que forjavam a composição de seu perfil sociológico estavam diretamente ligados às questões históricas que justificavam tal composição:

Ociosa, mas alagada de preocupações sexuais, a vida do senhor de engenho tornou-se uma vida de rede(...). É verdade que esses homens moles, de mãos de mulher, amigos exagerados da rede; voluptuosos do ócio; aristocratas com vergonha de ter pernas e pés para andar e pisar no chão como qualquer escravo ou plebeu – souberam ser duros e valentes em momentos de perigo. Souberam empunhar espadas e repelir estrangeiros afoitos; defender-se de bugres; expulsar da colônia capitães-generais de Sua Majestade.<sup>143</sup>

A vida ociosa, entremeada de momentos de conflito armado, condiz com a conjuntura histórica peculiar do período colonial, onde os conflitos armados contra

---

<sup>143</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo. Ed. Record. 2000 Pág. 482

indígenas e estrangeiros invasores, segundo alguns cronistas, se constituíam nos principais obstáculos ao desenvolvimento da empresa açucareira na Colônia<sup>144</sup>.

Quanto ao ócio em particular, este não está nem tanto ligado à produção de açúcar em si, mas diretamente à relação de dependência com o trabalho escravo peculiar ao período em questão. A afirmação bastante conhecida proferida por Antonil, que dizia serem os escravos “mãos e pés do senhor de engenho”, justifica tal comportamento por parte da elite açucareira, e se torna mais clara diante da descrição realizada por Freyre acerca da dependência dos senhores, em seus costumes mais corriqueiros e íntimos, do trabalho escravo.

Escravos que se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim. E as mãos – ou pelo menos as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirarem os bichos dos pés. De um senhor de engenho pernambucano conta a tradição que não dispensava as mãos do negro nem para os detalhes mais íntimos da toalete; e de ilustre titular do Império refere von den Steinen que uma escrava é que lhe acendia os charutos passando-os já acesos a boca do velho.<sup>145</sup>

Gilberto Freyre descreveu tais relações sociais evidenciando a importância do patriarcalismo para o contexto histórico brasileiro. A dominação da Casa Grande sobre a Senzala, do senhor de engenho sobre o escravo, do branco sobre o negro, e assim por diante, configuram os tipos de relações que se davam dentro do espaço patriarcal da colônia.

O ano de 1850 foi um divisor de águas em relação às mudanças nos costumes da classe senhorial. O fim do tráfico africano impôs novos tipos de relação por parte dos senhores de engenho com os escravos. A impossibilidade de se renovarem os plantéis com novas aquisições de cativos, devido a grande valorização que este ativo estava sofrendo, torna provável que tenha havido uma otimização da utilização do trabalho escravo, onde se tornava pouco interessante para o senhor de engenho utilizar tal tipo de mão-de-obra em práticas de ostentação, ou de qualquer outra natureza que fosse, mas que não trouxessem lucros consideráveis. Tal hipótese se sustenta nos aspectos

---

<sup>144</sup> ANTONIL, André João, Pseudônimo de João Antônio Andreoni. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976

<sup>145</sup> FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 2000 Pág. 480

supracitados a respeito da transição para a mão-de-obra livre, onde se observa a grande concentração de trabalhadores cativos nas atividades do eito.

Além deste fator, durante o século XIX, apesar de o país continuar agrário e escravista, o elemento urbano se fazia mais diretamente presente. Já na primeira metade do século se via um aumento circunstancial na população recifense, em sua maioria formada por pobres-livres, mas que durante a segunda metade tornou-se habitat mais comum da açucarocracia local<sup>146</sup>.

Mesmo com o aumento circunstancial de produtos estrangeiros a partir de 1808, devido à abertura dos portos, a entrada de tais mercadorias só alcançou um nível considerável num período mais adiante, trazendo para os círculos sociais locais a moda européia e a sofisticação dos costumes. A política de concessão de títulos honoríficos realizada pelo governo imperial, desde o período Joanino e em especial a partir de 1850, instigou tanto na elite açucareira nordestina, quanto nos cafeicultores paulista, a adoção de uma nova sociabilidade, com lugar cativo nos grandes centros urbanos na aquisição ou construção de palacetes e sobrados luxuosos que comumente eram palco de festejos e eventos<sup>147</sup>.

Essa série de mudanças acontecidas ao longo das décadas, em que a economia açucareira associou diretamente a história de Pernambuco à história desta atividade, torna necessário que se rediscuta em que sentido se deram os aspectos de formulação da identidade daqueles que estiveram no topo da hierarquia social neste período.

Compreender o perfil dos senhores em Pernambuco, ou os traços que contribuíram para formular a identidade coletiva deste grupo social, perpassa por observar o impacto das transformações na economia açucareira, nos costumes e na mentalidade dos senhores de engenho.

Em estudo que prima por observar os aspectos históricos da vida privada da açucarocracia pernambucana, Evaldo Cabral de Mello sugere a existência de um processo gradual de desconstrução do perfil sociológico da Casa Grande descrito por Freyre. Tal análise se dá a partir da comparação entre levantamentos de aspectos

---

<sup>146</sup> CARVALHO, Marcus. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo**. Recife: Ed, Universitária da UFPE. 1998. Pág 32

<sup>147</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. Pág. 628

íntimos da vida de dois grandes senhores de engenho pernambucanos que viveram essa trajetória.<sup>148</sup>

Tal estudo sugere também um relato cronológico de aspectos relacionados à identidade dos senhores de engenho. Este torna possível observar em que sentido as mudanças no contexto econômico da província influenciaram diretamente no processo de construção da identidade da elite açucareira ao longo do século XIX.

Apesar do estudo se referir diretamente a apenas dois senhores de engenho, este revela indiretamente perfis distintos de três grandes membros da açucarocracia pernambucana.

O primeiro deles, João Joaquim da Cunha Rego Barros (1794-1874), era Senhor de Engenho em Goiana, na mata seca da província. Aos 38 anos, bem antes de se passar a metade do século, já desempenhava todas as atividades que o qualificavam enquanto membro produtor de açúcar. Possuía o título de Barão de Goiana e tinha papel importante no comando político da sua região, agindo com ênfase nas questões que envolviam sua parentela, intervindo sempre em favor destes.

Segundo Gilberto Freyre, o perfil físico do Barão de Goiana dizia muita coisa sobre ele. Sua boa aparência física justificava-se numa vida ligada diretamente ao engenho, repleta de atividades de educação física, tornando o mesmo um homem de visual mais saudável que a maioria de homens públicos do Segundo Império.<sup>149</sup>

O caráter patriarcal, bastante arraigado na sua relação com a família, se reflete na afirmação do sociólogo pernambucano a respeito de sua esposa, onde afirma ser a esta o exemplo comum da mulher brasileira do Segundo Reinado. De acordo com Freyre era Dona Manuela de Castro:

Muito boa, muito generosa, muito devota, mas só se sentindo feliz entre os parentes, os íntimos, as mucamas, os muleques, os santos de seu oratório; conservando um apego doentio à casa e à família, desinteressando-se dos negócios e dos amigos políticos do marido, mesmo quando convidada a participar de suas conversas. (...) Alheia ao mundo que não fosse o dominado pela casa – a família, a capela, os escravos, os moradores pobres do engenho, os negros dos mucambos mais próximas. Ignorando que houvesse Pátria, Império, Literatura e até Rua, Cidade, Praça.<sup>150</sup>

---

<sup>148</sup> MELLO, Evaldo Cabral. **O Fim da Casa Grande**. In NOVAIS, Fernando A. **Historia da vida privada no Brasil**. São paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>149</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo Ed. Record. 2000. Pág. 113

Os valores morais defendidos pelo Barão são bastante reveladores dos seus ideais econômicos. O apego indispensável à terra, a sobrevivência a partir do próprio esforço, e o desapego ao lucro são aspectos bastante presentes nas práticas e discursos deste indivíduo. O fato de Rego Barros não ser um grande capitalista fortemente atraído pelo lucro, não quer dizer que este fosse um mau administrador, muito pelo contrário. Em condições repletas de adversidades, ele conseguiu estruturar um patrimônio que permitiu acolher toda a sua família, além de ajudar outros amigos.

Seus investimentos se concentravam basicamente na aquisição de terras, onde podem ser citados engenhos, muito provavelmente sendo todos na Mata Norte. No que diz respeito ao espaço urbano, constam apenas alguns prédios em Goiana e seu Sobrado em Recife. Por fim, o que sobrava de sua poupança era revertido em empréstimos a juros baixíssimos aos amigos ou era entesourado em metais preciosos. Um fato inusitado, que reflete o desapego do mesmo às práticas usurárias, é o fato deste não manter nada em escrito, mantendo na sua mente todas as cifras dos negócios em que estava envolvido.

O segundo senhor de engenho observado por Cabral de Mello foi Sebastião Antônio de Acióli Lins (1829-1891), natural de Sirinhaém na Mata Sul, e possuidor do título de Barão de Goicana. Já em 1857, com 28 anos de idade, assume por herança o Engenho Goicana na mesma cidade de Sirinhaém, e dá início às suas atividades de senhor de engenho com relativa desenvoltura, onde em 1872, por ser de convicções abolicionistas, acaba com o trabalho escravo nas suas propriedades.

Homem atento aos problemas que circulavam a economia açucareira, julgava ser injusta a indiferença com a qual o governo imperial lidava com os problemas que afligiam a lavoura nortista, chegando ao ponto de sugerir uma política separatista de tais províncias<sup>151</sup>.

Não desempenhava a mesma participação política que Rego Barros, era mais discreto nesse sentido. Entretanto, possuía uma relação com a família que não fugia ao perfil patriarcal, casando inclusive com uma de suas primas e administrando seu patrimônio em companhia de seu irmão, Prisciano de Barros Acióli Lins, e de seus filhos.

---

<sup>150</sup> Idem. Pág. 144

<sup>151</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Norte agrário e o império: 1871-1889(o)**. 2.ED. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999 Pág. 13

Acióli Lins ainda extinguiu o trabalho servil em suas propriedades, porém estava longe de ser um grande abolicionista como o foi seu próprio irmão, já que constam num passado recente a esta atitude, promessas de grandes recompensas a um escravo fugitivo.

O perfil ideológico de Acióli Lins, seus valores morais, suas crenças religiosas, representavam o período de transição pela qual estava passando a elite açucareira de meados do século XIX. A descrição realizada por Cabral de Mello deixa evidente como existem ainda na mentalidade do Barão de Goicana alguns aspectos bastante arraigados do senhor de engenho colonial, mas que, entretanto, convivem com posturas de empreendedorismo mais adequadas à nova conjuntura econômica do século XIX.

O terceiro senhor de engenho descrito é Prisciano de Barros Acióli Lins, o Barão do Rio Formoso, e irmão mais novo do Barão de Goicana. Segundo De'Carli, este foi um dos grandes indivíduos empreendedores do seu tempo, juntamente com o Barão de Muribeca e o de Suassuna.<sup>152</sup>

O caráter empreendedor de Prisciano fica evidenciado na forma como o mesmo procedeu com capital próprio na modernização do Engenho Tinoco, que era de sua propriedade. Em carta endereçada ao presidente da sociedade auxiliadora de Agricultura, Dr. Ignácio de Barros Barreto no ano de 1878, o mesmo descreve os bons resultados alcançados com algumas medidas modernizantes, além de demonstrar total interesse em programar novas experiências, todas estas no sentido de aumentar a produtividade e a qualidade do açúcar obtido<sup>153</sup>.

Mesmo sofrendo de sérios problemas de saúde que o obrigavam a fazer freqüentes viagens ao Recife, Prisciano vivia a maior parte do tempo no engenho Tinoco, aonde conduzia diretamente os rumos de suas atividades de produção de açúcar. Esta sua dependência para com a atividade açucareira torna-se evidente na forma como desperta a admiração do irmão mais velho sua capacidade de administração, além do fato da tentativa frustrada deste em residir no Recife, voltando tempos depois a residir definitivamente no Engenho Tinoco.

Embora exista uma afeição mútua entre os dois irmãos, é importante observar que Prisciano era um homem com características claramente distintas de seu irmão mais velho. O empenho do mesmo na causa abolicionista, reconhecido pelo irmão como mais

---

<sup>152</sup> DE' CARLI, Gileno; **História de Uma Fotografia**. Recife. Cia. Ed. Pernambuco. 1985 Pág. 125

<sup>153</sup> PERES, Gaspar. **A Indústria Assucareira de Pernambuco**. Gaspar Peres, Apollonio Peres. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife, CEPE. 1991. Pág 73-74

efetiva no sentido em que afirma ter esta se tornado “notável pelo seu acrisolamento e inflexibilidade de propósito, quaisquer que fossem os sacrifícios”<sup>154</sup>, aponta para uma mentalidade de maior desapego ao elemento servil. A mentalidade progressista de Prisciano ainda trazia consigo uma simpatia pela causa republicana, além de um ceticismo crônico às causas religiosas, o que consequentemente esclarecia o seu distanciamento do perfil comum de senhor de engenho encontrado durante a maior parte do ciclo açucareiro.

Mesmo ficando evidente que existiram perfis distintos de indivíduos de membros da classe senhorial pernambucana, é pouco provável que não tenha havido um sentimento de pertencimento por parte destes a um grupo elitista local. Tal complexidade em sua composição, sugeria que a construção da identidade da açucarocracia local consistisse em um processo contínuo, dando a este uma condição mais estruturante que estruturada.

Este caráter histórico da composição dos senhores de engenho, enquanto membros de uma elite, vai de encontro aos conceitos clássicos na sociologia a respeito deste grupo, que consistem em definições bastante homogêneas. As primeiras teorias sociológicas a respeito das elites foram inicialmente propostas no final do século XIX e início do século XX, por Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. Para esses autores, as elites surgem e desaparecem diante de processos sociais mais amplos. Se para Mosca o que determina as mudanças em relação à hegemonia das elites é a posse de alguma “força social” que seja predominante (terra, dinheiro, conhecimento etc.), podemos interpretar que a elite se constitui no grupo o qual mantém o domínio, dentro de uma determinada sociedade, dessa “força social”, mesmo que momentaneamente.

Evidentemente, os senhores de engenho possuíam o domínio de “forças sociais”, assim como sugere Mosca, e consequentemente a isto estava atrelado o fato do reconhecimento dos demais membros da sociedade, o que legitimava a sua condição de elite.

Entretanto, tanto a definição de elite por parte de Pareto & Mosca, quanto a tentativa de encaixar este conceito à realidade pernambucana do século XIX, levantam alguns problemas metodológicos pertinentes. A crítica que se pode fazer a tal aparato conceitual se assemelha um pouco à rediscussão de classe realizada por E. P. Thompson. Tal conceito de classe, utilizado por este autor, rejeita a idéia desta enquanto

---

<sup>154</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **História da Vida privada. O Fim das Casas Grandes**. Pág. 416

uma estrutura delimitada, ou então uma categoria que já se encontra estabelecida. Classe é, segundo o mesmo:

Um processo histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência quanto na consciência.<sup>155</sup>

O fortalecimento dessa classe irá acontecer quando alguns indivíduos sentirem e articularem a identidade de seus interesses entre si. Tal conceito de classe utilizado por Thompson constitui-se num “afinamento” do conceito Marxista de classe. Isto porque não chega a negar a relação destes indivíduos com os fatores de produção, mas que, vai de encontro à perspectiva estruturada e homogênea deste grupo enquanto agregado de indivíduos determinados em sua identidade sob sua situação frente aos meios de produção.<sup>156</sup>

A simples posse de uma “força social”, assim como a simples situação de um membro frente aos meios de produção, não é satisfatória em definir a situação de um indivíduo enquanto pertencente a um grupo social específico. Pertencer à elite açucareira na segunda metade do séc. XIX, assim como a classe operária inglesa no início do séc. XX, fazem parte da execução diária e contínua de conflitos em meio a uma sociedade onde estão estabelecidas diferentes relações de poder, ou seja, um processo histórico onde configura-se, como foi supracitado, uma relação mais estruturante que estruturada.

A discussão estabelecida por Thompson, que enaltece a importância do conflito e da articulação de indivíduos a partir de uma identificação de interesses, sendo tal procedimento o grande elemento fortalecedor da consciência de classe, nos instiga a observar a forma como se construiu historicamente a identidade coletiva da açucarocracia pernambucana.

#### **4.2 – O “fazer-se” da açucarocracia pernambucana**

---

<sup>155</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Formação da classe operária inglesa(a)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pág 09

<sup>156</sup> BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp. 2000. Pág. 85

O caráter histórico da formação da identidade da elite açucareira pernambucana será observado a partir dos conflitos ocorridos em Pernambuco, desde o período colonial até o fim do período imperial.

Alguns momentos da História de Pernambuco deixam evidentes como a participação dos senhores de engenho, no sentido de se articularem em prol dos seus interesses coletivos ou particulares, foi determinante para o rumo dos processos descritos a seguir.

A forma como a exploração holandesa foi organizada, no sentido de explorar a produção açucareira, e o conflito que envolveu a expulsão dos flamengos, organizou os grupos açucareiros locais no sentido de defenderem seus interesses.<sup>157</sup>

Após a saída dos colonos holandeses, os grupos sociais envolvidos em tal processo procuraram ocupar os espaços deixados pela administração flamenga. O imaginário em torno da restauração pernambucana forjou um discurso propalado pela açucarocracia pernambucana, no sentido de legitimar seu direito a exercer o controle político na capitania. Este discurso ajudou a fortalecer um sentimento nativista na elite local, tendo este como objetivo fundamental confrontar o poder colonial que cerceava alguns interesses da “nobreza da terra”. Os vínculos coloniais entre Pernambuco e Portugal foram redefinidos a partir do papel desempenhado pela açucarocracia no sentido de finalizar o domínio holandês, tratando este acontecimento como mérito exclusivamente seu, e por conseguinte, concessor do direito de posse dos espaços políticos ocupados pela coroa.<sup>158</sup>

Um aspecto importante do discurso em torno da restauração pernambucana é o fato de que os grupos locais envolvidos neste processo reivindicavam um direito legítimo aos “filhos e moradores da terra”. Aspecto esse que incluía inicialmente os reinóis, como participantes do processo de expulsão dos holandeses, e que consequentemente os tornavam possuidores do direito de requererem participação no controle político da província.

Algumas décadas mais tarde, tal discurso não fará mais sentido devido ao conflito entre senhores de engenho (Mazombos) e os comerciantes portugueses (Mascates). Segundo Palacios, a guerra dos Mascates, (1710-1714), que envolveu os

---

<sup>157</sup> MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: Influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 3. ed. Recife: Massangana, 1987. Pág. 171

<sup>158</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: O imaginário da restauração pernambucana**. 2.ed. São Paulo: Topbooks. 1997. Pág. 106

respectivos grupos, propiciou “alianças de classe” que acabaram por fortalecer os grupos açucareiros em prol de seus interesses.<sup>159</sup>

O discurso nativista surgido a partir da Restauração pernambucana tomava nova configuração, e estava sendo utilizado neste momento no intuito de legitimar o direito de exercer o controle político por parte apenas da “nobreza da terra”. O acirramento de tal conflito e a própria dicotomia entre Mazombos e Mascates, contribuirá inclusive no sentido de questionar a ordem colonial, e será determinante no processo de construção de uma identidade própria por parte da açucarocracia local.<sup>160</sup>

A forma como alguns senhores de engenho procuravam respaldo na requisição de autenticidade por um status de “nobre” incorre num processo repleto de estratégias e artimanhas que visavam despertar nos pares um sentimento de pertencimento. Não são raros no período colonial e imperial os casos de fraudes genealógicas, ou outros institutos em que cristãos novos ou descendentes de mascates enriquecidos buscavam uma habilitação que tornasse possível exercer o poder político e social que tal condição de ser senhor de engenho implicava.<sup>161</sup>

O contexto de conflito em que a elite açucareira foi se configurando enquanto grupo social ao longo do período colonial sempre esteve ligado diretamente à disputa pelo controle do poder na província. O que normalmente foi uma disputa dicotômica entre senhores de engenho e negociantes, ganhou uma conotação distinta no período imperial. Neste, a nobreza local havia passado a ocupar definitivamente o controle do poder político local, o que de forma alguma implica afirmar que houve uma unidade da açucarocracia local da defesa de seus interesses. Segundo Socorro Ferraz, a classe senhorial em Pernambuco, neste período, estava muito longe de ser entendida como uniforme em relação aos seus interesses, sendo tais diferenciações bastante evidenciadas na forma heterogênea como se organizaram os partidos políticos locais ainda no primeiro reinado<sup>162</sup>.

Tal conflito de interesses, entre os grupos açucareiros locais, culminou, ao final da primeira metade do século XIX, na eclosão da Revolução Praieira. Mesmo com alguns indivíduos, ao tempo da revolta, ressaltando uma grande conotação popular neste

---

<sup>159</sup> PALACIOS, Guillermo. **Campeinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Pág. 27

<sup>160</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1997. Pág. 107

<sup>161</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Nome e o sangue: Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial(o)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>162</sup> FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século**. Recife: Editora universitária da UFPE. 1996

conflito, afirmação esta justificada na participação considerável de populares em alguns conflitos importantes na cidade do Recife, há um certo consenso atualmente na historiografia no que diz respeito ao caráter predominantemente elitista da Revolução Praieira. Segundo Marcus Carvalho, “é esta a face da revolta-rebelião da Praieira: um atrito armado resultante da radicalização de uma disputa intra-elite pelo poder político local e cargos correspondentes.”<sup>163</sup>

Isabel Marson também entende que o que ocorreu na Praieira foi um conflito gerado pela tentativa de alguns senhores de engenho em permanecer com o controle da aparelhagem política do estado.<sup>164</sup>

Os historiadores supracitados não negam a importância da participação popular no conflito, entretanto, ressaltam que o que fator determinante a desencadear o processo de revolta consistiu num desencontro de interesses intra-elite. A luta entre “Liberais & Liberais”<sup>165</sup> junto ao governo imperial pelo controle político em Pernambuco, durante o quinquênio Liberal, impôs uma derrota momentânea à oligarquia Cavalcanti, que até aquele momento se mostrava um grupo político bastante fortalecido junto ao governo imperial. Durante os anos de 1845-48, o controle político da província ficou sob a tutela dos Praieiros, que substituíram em torno de 600 autoridades locais por indivíduos ligados a seu grupo político, fortalecendo circunstancialmente as bases de poder local. Em 1848, o controle político da província mudou de lado, dessa vez os grupos ligados a oligarquia dos Cavalcanti indicaram o presidente da província, e por conseguinte desencadearam um processo de substituição dos cargos ocupados pelos praieiros. Os cargos disputados consistiam basicamente nos que estavam ligados às funções de polícia civil, e secundariamente na Assembléia Provincial, nas Câmaras, na Justiça de Paz e Guarda Nacional. Esta disputa seria então o cerne da questão a desencadear a revolta, já que o controle dos mesmos significaria o domínio legalizado do poder de coerção sob a forma de representação do Estado, o que repercutiria diretamente nas questões que envolvessem os interesses pessoais do grupo que obtivesse seu controle.<sup>166</sup>

A Revolução Praieira demarcou o fim de um período de conflitos durante a primeira metade do século XIX. A dificuldade que o Império brasileiro encontrava em

---

<sup>163</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849.** Rev. Bras. Hist., jul. 2003, vol.23, no.45, p.209-238..

<sup>164</sup> MARSON, Izabel Andrade, **Império do progresso: A revolução praieira em pernambuco (1842-1855)(o).** Sao Paulo: Brasiliense. 1948

<sup>165</sup> FERRAZ, Socorro. Op. Cit. 1996. Expressão utilizada pela autora no sentido de denotar a existência de grupos políticos distintos inclusive dentro do Partido Liberal em Pernambuco. Tais grupos eram representados, de um lado pela oligarquia dos Cavalcanti, e do outro pelos Praieiros.

consolidar o poder nas diferentes camadas sociais perpassava também por se solidificar perante as elites dominantes. A consolidação de um arranjo institucional que atendesse aos interesses das elites dominantes consistiu numa tarefa bastante dificultosa ao longo desse período, o que gerava uma tensão entre esses grupos que não possuíam uma relação de reconhecimento da legitimidade da coroa enquanto elemento detentor do poder de administração. O fim dos conflitos passava então pela conquista de legitimidade por parte do Governo Imperial frente a alguns grupos sociais que pudesse lhe dar sustentação. A saída consistia em políticas direcionadas a satisfazer as elites agrárias e os grandes comerciantes, o que de certa maneira se fez de forma competente, já que os conflitos armados entre elites e a contestação da ordem imperial foi seriamente abrandada após 1850.<sup>167</sup>

Entretanto, a ausência de grandes conflitos armados intra-elite na segunda metade do século XIX, leva a uma falsa impressão de uniformidade que a açucarocracia pernambucana poderia vir a ter alcançado durante este período. Em 1880, o ranço da Praieira foi revivido num conflito violento que envolveu as oligarquias açucareiras, como veremos a seguir.

Tal conflito se deu numa eleição para a vaga de Senador, realizada no município de Vitória de Santo Antão, surgida pela morte de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Suassuna. Alguns membros da família Souza Leão, oriunda do município de Jaboatão, representando o Partido Liberal, ocuparam as mesas eleitorais com policiais e capangas. Em contrapartida, outra força armada composta por conservadores e liberais dissidentes da cidade de Escada adentraram em Vitória irrompendo numa luta violenta que resultou na morte de 16 indivíduos além de alguns feridos, estando entre os atingidos vários senhores de engenho<sup>168</sup>.

A tradição que envolvia os conflitos políticos intra-elite em Pernambuco também remete a uma questão geográfica. A reconstituição dos levantes revolucionários em Pernambuco na primeira metade dos oitocentos permite traçar, salvo algumas exceções, a existência de um antagonismo de reações em relação à postura das elites de cada sub-região da Zona da Mata.

Segundo Cabral de Mello, ao longo da primeira metade do século XIX, a área natural de apoio as agitações recifenses está na parte seca da região, enquanto a reação a

---

<sup>166</sup> MARSON, Isabel. Op. Cit. 1948.

<sup>167</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2003. Pág. 254-255

estas vem diretamente da mata úmida. Em 1817, o norte da província e a Paraíba apoiaram em sua grande maioria a insurreição, enquanto na parte sul o levante foi recebido com restrições, sendo inclusive de Alagoas que partiu uma tropa contrarrevolucionária anterior às tropas reais. Em 1821, o movimento de Goiana foi exclusivamente organizado por senhores de engenho da mata seca, e em contrapartida houve uma tentativa de reação por alguns membros da mata úmida que se mostravam solidários ao Rei e ao governador da Capitania. Em 1824, na Confederação do Equador, é na parte sul que vai ser organizada por Francisco Pais Barreto a reação a favor do Império. Por fim, na Praieira, se houve um grande apoio em toda a Zona da Mata, foi na mata seca onde existiu claramente uma simpatia muito maior pela revolta, graças à candilhagem de senhores de engenho como Henrique Pereira de Lucena.<sup>169</sup>

A tradição revolucionária, com grupos antagônicos pertencentes à própria açucarcocracia pernambucana, evidencia a maneira pouco harmoniosa com que esta buscou solucionar os seus problemas.

A disputa pelo controle dos cargos públicos, nas regiões de sua influência, se apresenta como inevitável a manutenção do domínio e dos interesses pessoais de cada senhor de engenho. A forma como se estruturou a aparelhagem pública do governo, durante o período imperial, impediu que a elite local se organizasse de maneira uniforme.

Contudo, durante a segunda metade do século XIX, em razão da crise a qual atravessava a economia açucareira, alguns grupos tentaram se organizar no sentido de reivindicar melhorias no processo produtivo. A organização dos clubes de lavoura e da própria Sociedade Auxiliadora de Agricultura, que visavam discutir os problemas que envolviam as atividades agrícolas de exportação, é um reflexo importante de como a necessidade de implementar políticas de melhoramentos neste setor era emergencial.

O Congresso Agrícola de 1878, organizado pela SAAP, se constituiu no grande expoente dos debates em torno dos problemas da lavoura, assim como já foi evidenciado no primeiro capítulo. A necessidade do poder público subsidiar tais melhoramentos consistia numa bandeira de vários membros, como o próprio secretário geral desta associação, o engenheiro francês e senhor de engenho Henrique Augusto Millet.

---

<sup>168</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 154-156

<sup>169</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1997. Pág. 28-29

As vozes em torno das necessidades de melhorias na indústria açucareira eram uníssonas. Porém, não se davam de forma satisfatória para com as atitudes implantadas pelo governo imperial. As primeiras medidas governamentais consistiram na subvenção dos Engenhos Centrais, sendo notório seu fracasso, tanto por iniciativas do governo central na década de 1870 quanto pelo governo provincial na década de 1880. Segundo Eisenberg, tais medidas fracassaram por não terem sido elaboradas no sentido de atenderem realmente aos interesses açucareiros, com os contratos de concessão formulados de uma maneira que deu grande margem a atitudes especulativas e de pouco comprometimento por parte dos concessionários, ou num segundo momento, de grandes exigências que acabaram por inibir os investimentos por parte daqueles que realmente estavam dispostos a estabelecer melhorias efetivas no aparelho produtivo.<sup>170</sup>

Cabral de Mello corrobora o fato de que a política de subvenção aos engenhos centrais esteve longe de atender às reivindicações dos grupos açucareiros, embora reconheça que a proposta inicial do modelo de organização destas unidades tenha sido oriunda de tais grupos. O grande agravante do argumento, do fato de que tal política de modernização não estava direcionada aos interesses da açucarocracia, está na constatação de que:

Em Pernambuco nenhuma das concessões foi feita em favor de senhor de engenho ou de comerciante e correspondente de Recife, mas a pessoas estranhas a província e aos seus interesses.<sup>171</sup>

Apenas nos últimos anos do governo provincial, e nos primeiros anos do governo estadual, Pernambuco teve uma política de incentivos voltada diretamente para o setor produtivo açucareiro. Neste, nota-se uma participação mais efetiva dos grupos açucareiros no processo de modernização, e na respectiva divisão dos capitais disponibilizados.

Os motivos pelos quais, em alguns momentos, a açucarocracia pernambucana não conseguiu fazer prevalecer seus interesses, e em outros sim, merecem ser mais bem observados. Dado o fato de que apenas alguns foram beneficiados pelas políticas de incentivos, enquanto outros ficaram às margens deste processo, torna-se importante

---

<sup>170</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 58

<sup>171</sup> MELLO, Evaldo Cabral. Op. Cit. 1999. Pág. 174

observar até que ponto as diferenças existentes intra-elite foram determinantes no desenrolar do processo de modernização da indústria açucareira pernambucana.

Tais diferenças se evidenciam novamente na distribuição dos incentivos pelas sub-regiões da Zona da Mata. O Quadro 1 se refere aos créditos concedidos aos senhores de engenho pernambucanos no período 1886-1912 pelos governos provinciais e estaduais.

Apesar de cidades da mata seca, de considerável participação produtiva no açúcar produzido na província, aparecerem com alguns indivíduos recebendo créditos do governo provincial, são as cidades da mata úmida que concentram a grande maioria dos recursos disponibilizados.

Ainda sobre o Quadro 1, fica também evidente como os empréstimos concedidos eram diretamente proporcionais ao valor dos imóveis avaliados, ou seja, a depender do valor recebido como garantia à quantidade de capital disponibilizado para empréstimo variava.

Apesar do início de tal política de concessão de créditos datar ainda do período imperial, será no início da República Velha que esta se realizará de forma realmente eficaz. Até antes de 1890, as concessões de crédito se davam diretamente ao estabelecimento de Engenhos Centrais. O fracasso dessas políticas durante este período estava ligado diretamente à forma como se organizavam os contratos de concessão de créditos. Num primeiro momento, os contratos davam margem ao interesse puramente especulativo da maioria dos investidores, o que repercutia numa má-fé em realmente empreender em benfeitorias o crédito concedido. Por último, motivados por tais fracassos, os contratos se tornaram mais rigorosos, o que inibiu sensivelmente os investimentos devido à grande série de exigências.<sup>172</sup>

## **QUADRO 1**

### **Avaliação de Imóveis na Zona da Mata (1886-1912)**

---

<sup>172</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág. 122-123

Cidades	Região	Imóveis	ENGENHOS			Préd.	Ter.	Pov.	Avaliações	Empréstimos
			Vapor	Água	Animais					
Água P.	M. U.	25	20	4	1				1.118.000.000	550.000.000
Amaraji	M. U.	6	6						530.000.000	260.000.000
Barreiros	M. U.	7	7						631.000.000	300.000
B. Jardim	M. S.	1			1				26.000.000	12.000.000
Bonito	Agr.	11	4	6			1		1.134.000.000	565.000.000
Cabo	M. U.	28	17	9			2	1	2.005.000.000	965.500.000
Canhotinho	Agr.	2	1					1	52.000.000	26.000.000
Escada	M. U.	110	36	17	3	52	1		5.831.500.000	2.724.900.000
Gameleira	M. U.	24	18	3			3		3.952.000.000	1.875.000.000
Goiana	M. S.	15	9	2		3	1		984.000.000	492.000.000
Igarassú	M. S.	7		4	3				360.000.000	167.000.000
Ipojuca	M. U.	4	2	2					717.000.000	355.000.000
Itambé	M. S.	5	3		2				106.000.000	50.000.000
Jaboatão	M. U.	22	6	13		3			2.590.300.000	1.138.000.000
Limoeiro	Agr.	3	1		1	1			69.000.000	30.000.000
Nazareth	M. S.	5	3		2				128.000.000	59.000.000
Olinda	M. S.	4		4					210.000.000	90.000.000
Palmares	M. U.	30	12	12	1	5			1.114.600.000	549.000.000
Pau D.	M. S.	10	8	2					356.000.000	162.000.000
Recife		4	4						168.000.000	76.000.000
R. Form.	M. U.	15	6	9					605.800.000	286.000.000
S. Lour.	M. S.	4	4						380.000.000	190.000.000
Serinhaém	M. U.	6	3	3					299.000.000	143.000.000
Timbaúba	M. S.	5	2		3				100.000.000	47.000.000
Vitória	M. U.	6	3	3					233.000.000	117.000.000
<b>TOTAL</b>		<b>359</b>	<b>175</b>	<b>93</b>	<b>17</b>	<b>64</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>23.700.200.000</b>	<b>10.929.700.000</b>

FONTE: PERES, Gaspar. A Indústria Assucareira de Pernambuco. Gaspar Peres, Apollonio Peres. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife, CEPE. 1991

No período seguinte, após 1890, as políticas de concessão de crédito sofrem nova formatação. A partir deste período, o apoio às usinas por parte do governo local será bastante efetivo. O governo do Barão de Lucena, que já havia sido governador provincial na década de 1870, aprovará algumas leis que concederiam empréstimos sob a forma de títulos estatais aos agricultores que construíssem ou melhorassem a aparelhagem já existente de suas Usinas. Com algumas regulamentações que impediam problemas de fornecimento de cana, as concessões foram gradualmente aumentando ao longo da década de 1890, alcançando durante o governo de Barbosa Lima, em 1895, um volume de capital disponibilizado inédito sob a forma de incentivos estatais diretos.

A maior participação de senhores de engenho da Mata Sul na distribuição dos créditos governamentais remete à questão levantada por Cabral de Mello ao questionar se o fato destes triunfarem neste processo se dava pelo fato de serem “mais

empreendedores, ou mais ricos ou mais bem relacionados com as autoridades estaduais”<sup>173</sup>.

Explorar satisfatoriamente tal questionamento demandaria uma análise que prolongaria os limites cronológicos deste estudo. Porém, alguns indícios sugerem que o aspecto determinante no recebimento de tais concessões estava mais diretamente atrelado ao poder financeiro dos concessionários do que a seu respectivo capital político.

O primeiro aspecto está ligado ao excesso de rigor observado nos contratos estabelecidos. Segundo Eisenberg, a experiência não muito distante das políticas de incentivos fracassadas, levou os governos locais a exigirem maiores garantias quanto aos créditos concedidos, o que implicava numa série de dificuldades impostas aos requerente dos empréstimos.<sup>174</sup>

O segundo aspecto, diz respeito à conjuntura política que o maior incentivador da política de modernização da indústria açucareira assumiu ao governar o Estado de Pernambuco. Barbosa Lima não era um indivíduo ligado diretamente a nenhum grupo açucareiro pernambucano. Sua indicação ao governo do Estado de Pernambuco foi uma escolha própria de Floriano Peixoto, que não levou em conta as indicações levadas até ele pela elite local. A condução de sua administração demonstrava uma relativa isenção em relação à briga política entre os Liberais, conduzidos por José Mariano, e os Conservadores e Republicanos Históricos. Segundo Levine, Barbosa Lima administrou o Estado de forma mais incisiva no que diz respeito aos incentivos à indústria açucareira e ao seu progresso técnico. Entretanto, sua forma violenta e pouco habilidosa de conduzir a política estadual acabou por afastá-lo das lideranças estaduais, além disso, a ausência de bases políticas próprias e efetivas só fez aumentar o vão entre este e a açucarocracia local<sup>175</sup>.

A maior concentração de riqueza na Mata Sul, como foi demonstrado em capítulos anteriores, atrelada ao complicado relacionamento político de Barbosa Lima com as lideranças políticas pernambucanas, fornecem um possível indício de que o parâmetro utilizado para a distribuição dos incentivos em Pernambuco tenha se fundamentado em questões prioritariamente econômicas. Muito possivelmente aqueles indivíduos mais capitalizados e empreendedores, que poderiam dar garantias mais

---

<sup>173</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999 Pág. 169

<sup>174</sup> EISEMBERG, Peter. Op. Cit. 1977. Pág 62

seguras de retornos aos empréstimos realizados, é que foram diretamente beneficiados com a política de subvenção realizada pelo governo estadual.

### **4.3 - As elites açucareiras pernambucanas e a política imperial**

O processo histórico que envolveu a modernização da indústria açucareira em Pernambuco deixou evidente um comportamento antagônico em dois momentos distintos da açucarocracia pernambucana.

Nas últimas décadas do período imperial, mesmo sendo muito bem representada politicamente perante o governo central, a açucarocracia pernambucana não foi atendida em seus interesses pelas políticas de modernização. Segundo Cabral de Mello, este aspecto se deu pela incapacidade da elite política local se organizar no sentido de impor seus interesses.<sup>176</sup>

No início do período republicano, as políticas de subvenção à indústria açucareira tomaram um rumo distinto. O forte intervencionismo do governo estadual causou um impacto efetivo no processo de modernização, permitindo o surgimento de uma grande quantidade de usinas subsidiadas sob modelos de contrato propostos desde o período imperial, com ampla participação de grupos ligados à produção açucareira, ao contrário do que havia ocorrido durante o período imperial. Segundo Robert Levine, o federalismo e a respectiva autonomia que os Estados conseguiram, é que permitiram que os interesses das elites locais fossem atendidos independentemente da postura dos governos centrais<sup>177</sup>.

Mesmo existindo um contexto mais favorável às políticas de incentivo no período republicano, a forte representação pernambucana no Segundo Reinado deixa evidente a incapacidade da elite política pernambucana em fazer valer seus interesses.

Cabral de Mello chama atenção pra um comportamento bastante comum no parlamento imperial e de grande importância para a compreensão da passividade dos caciques políticos nortistas diante os problemas da lavoura:

---

<sup>175</sup> LEVINE, Robert M., **A Velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937(a)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Pág. 126

<sup>176</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999. Pág. 13

<sup>177</sup> LEVINE, Robert. Op. Cit. 1980. Pág. 45

Reivindicar publicamente interesses regionais ou provinciais era um comportamento que raiava à obscenidade e que podia comprometer as ambições de carreira.<sup>178</sup>

A atuação particular de alguns políticos pernambucanos, como o grande chefe conservador Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde Camaragibe, evidencia a razão de ser de tal comportamento. Enquanto o mesmo gozava de grande influência junto ao governo imperial, devido à sustentabilidade política que o mesmo deu ao gabinete Rio Branco, o qual foi responsável pelas políticas de melhoramentos materiais na segunda metade do século XIX, podem ser observadas negligências importantes em relação a algumas obras de melhorias a serem realizadas em Pernambuco.

Ao mesmo tempo, na política provincial, Camaragibe possuía uma postura estritamente ativa, sendo inclusive alvo de várias acusações tanto por correligionários quanto por adversários devido ao caráter autoritário com que defendia seus interesses particulares. Em texto do jornal “O Liberal”, que servia aos interesses dos adversários do Partido Conservador, os partidários do Visconde eram acusados de serem “escravos” seus devido à forma dependente com a qual agiam politicamente. Franklin Távora, jornalista liberal que aderiu a campanha contrária a Camaragibe afirmava que “nas regiões conservadoras ter amizade ao Sr. Visconde traduz-se para a língua vernácula por jurar-se obediência servil e passiva a um alto senhor”.<sup>179</sup>

Essa postura “contraditória” da elite política pernambucana, representada nas atitudes do Visconde de Camaragibe, aponta para uma continuidade do caráter de importância do controle dos cargos públicos em Pernambuco durante o Segundo Reinado. Não resta dúvida que, tanto Camaragibe quanto outros políticos pernambucanos, se impunham dentro de suas regiões de origem no intuito de reafirmar seu controle sob as suas áreas de influência mantendo os cargos públicos sob domínio pessoal.

O Visconde pertencia à oligarquia Cavalcanti, a mesma que foi determinante na deflagração da Revolução Praieira, conflito este que como foi supracitado, motivado essencialmente pela disputa em torno do controle dos cargos públicos nas áreas de influência dos senhores de engenho.

---

<sup>178</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 1999. Pág. 20

<sup>179</sup> GOUVEA, Fernando da Cruz. Op. Cit. 1986. pág. 335

Essa dependência por parte das elites pernambucanas de exercerem suas relações de poder fundamentadas no controle de uma aparelhagem pública que permitia a execução de vários de seus interesses pessoais, impedia uma uniformidade a qual levasse à defesa de interesses comuns à açucarocracia local. Se enfraquecer politicamente frente ao governo imperial, poderia significar a perda significativa de capital político nas disputas regionais.

Sendo assim, tal passividade, diante apenas dos problemas regionais frente ao governo imperial, poderia ser justificada mais por uma questão de sobrevivência política que por um descompromisso com os problemas da lavoura açucareira.

A participação de políticos em debates sobre a situação da lavoura, propondo saídas totalmente direcionadas a atender aos interesses açucareiros, como o fez Henrique Pereira de Lucena, que foi presidente da província e governador estadual, mostra que existia uma consciência por parte dos grupos políticos locais em torno da necessidade de ações voltadas para o setor canavieiro.

A dificuldade em se barganharem as mesmas, junto ao governo imperial, estava então ligada diretamente à heterogeneidade política à qual a classe senhorial pernambucana estava inserida. Tal condição implicava uma série de disputas de poderes que não permitia uma articulação dos grupos locais em torno de um interesse comum.

Observar a forma como se comportaram produtores de açúcar, mesmo que em um contexto diferente, ajuda a entender a importância da articulação de interesses para a construção de uma elite capaz de impor seus interesses. O caso cubano, revela como a açucarocracia local se organizou ao longo dos séculos, a ponto de transformar a ilha, durante o século XIX, numa das maiores produtoras de açúcar do mundo.

#### **4.4 – “Com sangue se faz açúcar” – A sacarocracia cubana: empreendedora e capitalista e a açucarocracia pernambucana: rentista e patriarcal**

A heterogeneidade política da açucarocracia pernambucana, enquanto possível obstáculo ao processo de modernização da indústria açucareira pernambucana, pode ser mais bem compreendida a partir da análise do mesmo processo de reestruturação do aparelho produtivo em outro contexto de produção de açúcar.

A forma como a produção açucareira se instalou em Cuba difere em diversos sentidos do processo acontecido em Pernambuco. A própria forma como a colonização

espanhola e inglesa posteriormente se deram, e diferem da colonização portuguesa, implica diretamente este aspecto.

Em estudo amplo, Manuel Moreno Fraginals traça o processo histórico de formação da elite açucareira cubana, a qual ele trata por “sacarocracia”<sup>180</sup>. A comparação entre os processos decorridos em Cuba e Pernambuco, em que os grupos açucareiros se reconfiguraram no intuito de se inserirem numa ordem capitalista vigente, se faz importante no sentido que dá subsídios para a compreensão a respeito do processo de articulação de interesses entre as elites locais.

O desenvolvimento da indústria açucareira em Cuba, até o século XIX, possuiu duas etapas distintas. Na primeira, durante a colonização espanhola, o cultivo de cana dividia espaço com outras economias, como a produção de fumo e a pecuária. Neste período, o desenvolvimento da indústria açucareira local era constante, devido às boas condições que a ilha possuía, porém o mesmo era bastante lento.

A peculiaridade da elite açucareira de Cuba estava no fato de esta, ao contrário dos grupos das outras colônias, ser bastante independente da metrópole. A Espanha não desenvolvia uma política estatal em relação à produção de açúcar em Cuba e nem refinava o açúcar bruto vindo da colônia, assim como as outras metrópoles o faziam, o que beneficiou em muito a elite crioula devido à conjuntura de independência a qual esta foi inserida.

As relações de produção se davam essencialmente com a utilização de mão-de-obra escrava, as quais possuíam, até meados do século XVIII, uma conotação estritamente patriarcal. Ao passo que o açúcar cubano passou a ter uma participação considerável no mercado internacional, a elite crioula absorveu gradativamente os valores arraigados nas relações de produção capitalistas vigentes. O sistema mais primitivo de exploração do negro foi sendo substituído por relações intensivas de utilização deste tipo de mão-de-obra. Segundo Karl Marx, este tipo de relação foi comum em economias agrárias que alcançaram surtos de prosperidade, onde tudo passou a girar em torno da produção de mais-valia pela mais valia<sup>181</sup>.

O surto de prosperidade da produção açucareira cubana entrou em conflito com os produtores de outras atividades econômicas. A forma como o açúcar conquistou a primazia na ilha se deu sob uma disputa de interesses na qual vingaram os interesses da

---

<sup>180</sup> MORENO FRAGINALS, Manuel. **Engenho: Complexo socioeconômico açucareiro cubano(o)**. São Paulo: Hucitec, 1988

sacarocracia local. Entre estratégias para subornar autoridades da metrópole e atos de violência, a elite açucareira se sobrepôs aos produtores de fumo da ilha, com direito à elaboração de um discurso posterior a este processo que legitimava as ações da oligarquia havanesa.

Esta oligarquia havanesa foi responsável pela condução do processo que concedeu a Cuba a hegemonia no mercado mundial de açúcar. Liderados pelo astuto senhor de engenho Francisco Arango y Parreño, este grupo conseguiu, sob forma organizada, impor seus interesses e fazer de Cuba o maior produtor de açúcar no mundo ao final do Século XVIII.

O cooperativismo da sacarocracia cubana pode ser observada a partir das tentativas de modernização ao longo do século XVIII e início do século XIX. O senhor de engenho cubano deste período se expressava em termos burgueses devido ao contato obtido com os europeus na nova conjuntura em que Cuba se inseriu no mercado mundial, por conseguinte, estes passaram a ser preocupar com uma maneira de revolucionar os meios de produção. Arango y Paerreño foi precursor nesse processo todo, fazendo diversas viagens pelo mundo e trazendo para Cuba todo tipo de inovações que pudessem aumentar a produtividade. Este refletia o pensamento da elite açucareira que, reconhecendo a superioridade do aparato técnico das empresas estrangeiras, sentia a necessidade de modernizar a produção local.

A mentalidade burguesa de Parreño fica evidenciada na análise pormenorizada do aparato técnico e produtivo da indústria açucareira local, e no reconhecimento da importância que os investimentos vultosos em pesquisas e experimentos para a sobrevivência frente a concorrência no mercado internacional do açúcar cubano.

Ao longo do século XIX ficou constatado que tal processo de modernização não havia alcançado os objetivos desejados. Segundo Fraginals, o aumento na produção em Cuba se deu não devido às melhorias técnicas, mas sim devido ao grande incremento quantitativo de meios de produção, ou seja, mais terras, mais bois, mais engenhos e principalmente mais escravos.

Se as máquinas não seriam então decisivas no processo de condução de Cuba a hegemonia no mercado mundial de açúcar, os braços escravos foram responsabilizados por tal papel. A não implementação de mudanças no aparato técnico da produção de açúcar obrigou, então, que tais transformações fossem feitas nas relações de trabalho.

---

<sup>181</sup> MARX, Karl.; BORCHARDT, Julian. **O Capital: Tomo I capítulo II**. Edição resumida(o). 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Este processo significou uma nova configuração da exploração do trabalho escravo que esmagou essa população devido à rigidez da disciplina imposta aos trabalhadores cativos. O taylorismo aprendido com a burguesia européia, que primava pelo aproveitamento máximo do tempo, foi implementado em Cuba com a utilização da mão-de-obra cativa. Tal atitude impôs uma rigidez na disciplina do trabalho e ceifou a vida de muitos escravos. Tal contexto fica evidenciado numa frase contemporânea que afirmava que “com sangue se faz açúcar”<sup>182</sup>.

O fracasso na modernização dos engenhos apenas adiou a utilização de técnicas modernas na produção açucareira cubana. Novamente por influência européia, efeito do impacto da Revolução industrial, a sacarocracia cubana absorvia elementos estrangeiros e inovava no sentido de mecanizar a sua produção, só que desta vez ao invés das melhorias serem utilizadas no engenho, estas se deram fora dele.

O advento da estrada de ferro trouxe um avanço estupendo para produção açucareira cubana. Este avanço não se constituiu num desenvolvimento uniforme, mas num salto, onde as previsões mais otimistas não especulavam a dimensão de tal aumento na capacidade produtiva dos engenhos. Com este crescimento também ficou mais claro o surto disforme da manufatura escravista, e com isto se formaram as bases para um agora possível processo de modernização da estrutura interna dos engenhos.

Em menos de vinte anos, toda a ilha já estava interligada por trilhos, o que deu margem ao surgimento de Engenhos Centrais gigantes. Com o avanço do processo de modernização, a integração da ilha e o fortalecimento da sacarocracia cubana, Friginals afirma que “o açúcar uniu Cuba”<sup>183</sup>.

O desenvolvimento da indústria açucareira cubana, desde o período de dominação eminentemente espanhola, até meados do século XIX, onde se dá efetivamente o processo de modernização da indústria, deixa evidente uma relativa unidade da açucarocracia local. Embora Friginals não entre muito neste aspecto, diferenças econômicas importantes entre os senhores de engenho locais deveriam existir. Entretanto, motivada por uma transformação ideológica, onde foi substituída uma mentalidade patriarcal por uma essencialmente burguesa, a sacarocracia cubana articula entre si competentemente a defesa de seus interesses, e por estratégias as mais variadas conseguem fazer prevalecê-los em diversos momentos.

---

<sup>182</sup> MORENO FRAGINALS, Manuel. **Engenho: Complexo socioeconômico açucareiro cubano(o)**. São Paulo: Hucitec, 1988 pág. 114

<sup>183</sup> *Idem. Ibidem.* Pág. 193

As questões ligadas à mentalidade aparecem como elemento determinante nas diferenciações entre a realidade pernambucana e cubana. A permanência do caráter patriarcal durante todo o período colonial e imperial no caso brasileiro forjou um contexto de heterogeneidade política na açucarcocracia pernambucana que impediu o fortalecimento desta frente à defesa de seus interesses comuns.

A deflagração do processo de modernização em Pernambuco coincidiu com a decadência do patriarcado local durante o Segundo Reinado. Assim como ficou evidente no caso cubano, a mentalidade empreendedora e capitalista necessária ao desenvolvimento tecnológico da indústria açucareira local, não encontrava uma base sustentável na mentalidade rentista e patriarcal da elite açucareira pernambucana.

Ao contrário do que aconteceu em Cuba, onde a mentalidade burguesa se enraizou precocemente, em Pernambuco o empreendedorismo se constituiu numa prática peculiar apenas à segunda metade do século XIX. Na província nordestina eram poucos os senhores de engenho a investirem em melhorias técnicas na produção. Esta postura era atinada por um fator determinante no contexto econômico pernambucano: a falta de capitais.

Enquanto em Cuba foi viável uma modernização bancada por empréstimos concedidos por particulares, em Pernambuco, segundo o desejo de parte da açucarcocracia local, a única saída plausível estava na subvenção estatal. A constatação de tal aspecto era notória, assim como se pode observar na maioria das falas presentes no Congresso Agrícola de 1878. Entretanto, como já foi sugerida anteriormente, a incapacidade deste grupo se articular, no sentido de fazer valer seus interesses comuns junto ao governo imperial, foi determinante para a forma distorcida em que as políticas públicas de subvenção foram conduzidas.

## **Conclusão**

Ao longo desta dissertação, algumas questões foram pontuadas a fim de que se estabelecesse uma relação de importância entre uma perspectiva que privilegiasse a heterogeneidade da elite açucareira, e o processo histórico de “refinamento” ao qual passou este grupo social nas últimas décadas do Império.

A forma como foram organizados os capítulos objetiva mostrar em planos distintos a configuração da açucarocracia pernambucana e a importância de tais diferenças. Basicamente, estas se deram sob as perspectivas geográficas, econômicas e de mentalidades.

Apesar de serem comuns as referências acerca das diferenças geográficas na região da Zona da Mata, o impacto destas na configuração da economia açucareira é bastante subestimado pela historiografia convencional.

A importância da água como força motriz dos engenhos, transporte do açúcar e funcionamento das usinas, fica mensurada de forma equivocada ao ser observada na Zona da Mata de maneira uniforme

Apenas a partir da comparação entre as duas sub-regiões é possível observar que a configuração geográfica mais favorável da mata úmida permitiu uma utilização mais aguda da água em diversos aspectos. Esta condição certamente contribuiu positivamente para o surgimento, ao longo da segunda metade do século XIX, de uma disparidade econômica entre as duas áreas. Tal conjuntura influenciou decisivamente o desenrolar de processos, como a modernização dos engenhos e o declínio da população escrava.

Em decorrência da existência de uma maior quantidade de engenhos com grande potencial produtivo, a mata úmida concentrava uma maioria de senhores de engenhos ricos. Mas não era apenas essa questão, o grande diferencial entre as duas sub-regiões, o fato dos engenhos do sul da província serem mais produtivos, influenciava diretamente em alguns cálculos futuros realizados pelos proprietários.

O processo de modernização dos engenhos deixou estes dois aspectos acima citados, bastante evidentes. Até 1890, as iniciativas de reaparelhagem dos engenhos se deram sob a iniciativa individual de alguns senhores de engenho mais ricos e empreendedores, com a exceção dos engenhos centrais. A postura de investir individualmente em maquinaria moderna implicava risco muito grande, segundo o próprio engenho francês Henrique Augusto Millet. Sendo assim, uma condição favorável na estrutura produtiva local do engenho contaria significativamente em um cálculo que estava atrelado a uma margem considerável de risco.

Se a posse de capital era um aspecto importante, esta não pode ser tomada como única variável neste processo, até porque na mata seca também existiam senhores que disponibilizavam de capital em grande medida, e nem por isso se observa a modernização significativa de unidades nesta região.

Quanto à escravidão, tanto a relação dos proprietários para com esta, quanto o seu declínio, deixam patente o quanto a diferença econômica intra-elite se apresentou como um diferencial nessas questões. As peculiaridades, de cada contexto senhorial, devem ser observadas rigorosamente ao passo que se tenta definir as formas em que se deram suas relações com os escravos.

Tal aspecto torna-se evidente na diferenciação explorada entre mata úmida e mata seca na participação do comércio intraprovincial. Comprar escravos num período em que esta mão-de-obra estava bastante valorizada, implicava cálculo que sugerisse um retorno importante.

A superioridade absoluta da mata úmida em relação à mata seca, na participação da compra de cativos, reforça de forma substancial o argumento em torno de maior concentração de senhores de engenho ricos nesta sub-região. Entretanto, tal processo não é determinado apenas pela posse de capital, outras variáveis, que giram em torno das maiores possibilidades de lucro, também agiam de maneira significativa.

Estas possibilidades de retorno, em relação ao investimento realizado, provavelmente consistiam no fator decisivo para a aquisição dos cativos. A possibilidade de alcançar taxas de lucro maiores, em decorrência da produtividade dos seus engenhos, permitia aos produtores de açúcar da mata úmida concentrar seus investimentos em escravos, ao contrário do que faziam os indivíduos da mata seca.

Este aspecto esclarece o aumento populacional de escravos sofrido pela mata úmida durante o período 1870-80, e a participação significativa de municípios pólos na produção de açúcar desta sub-região.

O processo de insistência na aquisição de escravos, mesmo num período em que os preços dos cativos aumentaram circunstancialmente, em comparação ao período anterior a 1850, revela uma dependência vigorosa da produção açucareira pelo trabalho escravo.

Contrariando as hipóteses que afirmam ter havido uma transição “indolor” para a mão-de-obra livre na Zona da Mata pernambucana, os dados apresentados apontam fortemente para uma preferência inquestionável da grande parte dos senhores de engenho pelo trabalho compulsório.

A insistência na aquisição de cativos, mesmo havendo uma disponibilidade de mão-de-obra livre, se dava devido ao caráter produtivo superior dos escravos no trabalho do eito. Este aspecto fica refletido na análise comparativa entre as duas sub-regiões da Zona da Mata a respeito dos investimentos realizados pelos senhores de engenho. Nesta, evidencia-se a preferência dos membros da açucarocracia da mata úmida por escravos em relação aos investimentos financeiros, comparativamente à mata seca.

Sendo os engenhos desta última sub-região menos produtivos, era preferível investir em ativos financeiros e permanecer utilizando mão-de-obra livre devido aos retornos limitados que a sua conjuntura permitia.

Ainda sobre a relação dos senhores de engenho com os escravos, o discurso presente na historiografia sobre o grau de exploração e maus tratos para com os escravos, tende a uniformizar as relações entre estes dois grupos dentro do espaço do engenho. Seja para tratá-las como harmônicas ou violentas, as peculiaridades das atividades desempenhadas pelos cativos ou o nível de riqueza de cada senhor de engenho, normalmente não são utilizadas enquanto variáveis importantes na discussão a respeito de tais relações.

As análises comparativas utilizadas neste trabalho esclarecem a forte influência do aspecto econômico na definição de tais relações, e sendo este aspecto bastante heterogêneo, no que diz respeito à configuração do grupo social abordado, é óbvio que se constatem comportamentos distintos entre senhores e escravos, mesmo dentro de um universo de produção açucareira voltada à exportação.

A partir dessas considerações, observamos que para alcançar o mínimo de precisão na discussão das relações entre estes dois grupos sociais foram necessários alguns recortes mais precisos. Tal procedimento deve estar sempre relacionado ao contexto econômico em que se desempenhavam algumas atividades, permitindo mapear com mais eficiência a mentalidade dos proprietários e as possíveis estratégias de coerção.

No contexto açucareiro, as variantes no preço do açúcar frente ao mercado internacional, o enraizamento de práticas patriarcais, os problemas de produtividade de alguns engenhos, entre outros aspectos, contribuíram no sentido de forjar diferenças de mentalidade entre os proprietários de escravos. Diante disso, traçar um discurso uniformizante, a respeito de tais relações, implica um erro grave de análise, ao passo

que as formas com que se relacionavam tais grupos depende fortemente da peculiaridade de cada conjuntura observada.

A idéia de mentalidade adotada neste estudo, que justifica a postura dos senhores de engenho em relação aos seus escravos, se baseia em algo que está fundamentado em aspectos estruturais. Além disso, tal entendimento leva em conta as transformações relativas ao processo histórico em questão, permitindo que se observem diferenças de mentalidades contemporâneas ao mesmo grupo social.

Tal percepção a respeito das mentalidades da açucarocracia pernambucana, torna mais plausível uma idéia estruturante a respeito da composição desta elite. Isto porque, a tentativa de se delimitar perfis ou aspectos de identidade coletiva a respeito deste grupo, implica em levar em conta que estes são fruto de processos contínuos de construção, essencialmente mutáveis, que se dão a partir da influência da conjuntura momentânea ao interagirem diretamente com esta.

A análise a respeito da forma com que se deu o processo histórico de modernização dos engenhos, e de declínio da escravidão, na segunda metade do século XIX, revela o quão importante foi o aspecto estruturante da elite açucareira. A mentalidade empreendedora de alguns, em contrapartida ao apego a práticas solidificadas ao longo dos séculos por parte de outros, foi decisiva no sentido de permitir que apenas uma pequena parte destes senhores de engenho obtivesse um desempenho interessante neste processo, se tornando parte da elite usineira ao longo do período republicano.

O argumento baseado nos aspectos históricos, que trata da importância que o baronato do açúcar teve ao longo do período imperial para o processo histórico de configuração da realidade atual da Zona da Mata açucareira, requer a consideração da perspectiva heterogênea em sua composição.

Se nem todos os senhores de engenho exerceram o poder político e econômico mitificado pelo discurso passional em torno destes, é natural que se imagine que outros fatores, que vão além de um suposto monopólio absoluto dos meios de produção, expliquem melhor os graves problemas de pobreza existentes nesta localidade.

A pesquisa realizada contribuiu de alguma forma com alguns indicativos a respeito de tais fatores. A forma como a posse de escravos e a própria cultura canavieira se organizaram deixou claro a importância do trabalho compulsório para a sustentação da economia açucareira em detrimento da mão-de-obra livre.

A idéia do latifúndio monocultor com grande escravaria estava longe de ser a regra na Zona da Mata. A estrutura de posse de escravos, entre os senhores de engenho da deste região, aponta para uma participação superior daqueles que possuíam pequenos plantéis. Além disso, a observação de mesma distribuição entre os indivíduos de Palmares, demonstrada no capítulo 3, deixa claro como a participação dos pequenos produtores que possuíam cativos era significativa.

Este aspecto nos ajuda a compreender a dimensão do enraizamento da escravidão para a sociedade da época. Dada a valorização que esta mão-de-obra alcançou no período estudado, chama a atenção o fato de tantos pequenos produtores, ou mesmo senhores de engenho de menor porte, possuírem cativos.

A freqüente utilização do trabalho escravo, com uma respectiva distribuição por várias áreas da Zona da Mata e em diferentes contextos, embora quase todos voltados para produção de açúcar, permeou uma mentalidade escravista, de especialização, na organização do trabalho.

A especialização no cultivo e corte de cana, as dificuldades impostas ao cultivo de outros produtos e a criação de um mercado interno para estes, forjaram historicamente uma vocação para tal atividade na mão-de-obra da Zona da Mata.

Os incipientes debates a respeito da utilização da cana-de-açúcar, como grande solução energética diante da possibilidade de produção em larga escala do etanol, recolocam a cultura canavieira como grande saída para a reabsorção da grande massa de trabalhadores pobres existentes na região, justamente devido a esta vocação para o cultivo da cana inerente a tais indivíduos.

Contudo, a forma como se deu historicamente a produção açucareira na região, aponta para uma reconfiguração na distribuição de terras e na política de créditos caso não se almeje a perpetuação de um esmagamento pela cultura canavieira que a grande massa de trabalhadores pobres da Zona da Mata pernambucana sofreu ao longo dos séculos.

## Fontes

- MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a historia social do nordeste: 1840-1889**. Recife: Cruzeiro(O), 1975. 2 v
- FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (Publicado originalmente em 1852).
- RÊGO, José Lins do. **Usina**. 4. ed. Rio de janeiro. Ed. J Olympio, 1956.  
\_\_\_\_\_. **Bangüê**. 6. ed. Rio de janeiro: J Olympio, 1966.
- BARBALHO, Nelson. **Dicionário do açúcar**. Recife: Fund. J Nabuco, 1984.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. 2. ed. Recife: Cia. Ed. Pernambuco, 1978.
- TOLLENARE, Louis-francois de. **Notas dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1978.
- BELO, Julio. **Memórias de um senhor de engenho**. Rio de Janeiro. J. Olympio. 1948  
\_\_\_\_\_. Inventários da Zona da Mata no Séc. XIX – Arquivo Orlando Cavalcanti/ Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.  
\_\_\_\_\_. Inventários do Recife no Séc. XIX – Arquivo do Tribunal da Relação/ Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.  
\_\_\_\_\_. Livros de Compra e Venda de Escravos – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.  
\_\_\_\_\_. Lista Nominativa do Município de Palmares (1873) – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.  
\_\_\_\_\_. Levantamento Populacional de 1858/59 – Relatório da Polícia Civil/Arquivo Público de Pernambuco.  
\_\_\_\_\_. Censo de 1872 – Museu Nacional.  
\_\_\_\_\_. Levantamento da População Escrava em Pernambuco de 1882. Fundo de Emancipação. Ministério da Agricultura. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco para o ano de 1883.

\_\_\_\_\_. Levantamento da População Escrava em Pernambuco de 1886. Fundo de Emancipação. Ministério da Agricultura. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco para o ano de 1887.

\_\_\_\_\_. Levantamento da População Escrava em Pernambuco de 1887. Fundo de Emancipação. Ministério da Agricultura. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco para o ano de 1888.

\_\_\_\_\_. Fala com que o exmo. sr. Dr. Castro Jesus abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco em 06 de Maio de 1882. Typ. de M. Figueiroa e F. & Filhos, 1882. pág 47

### **Arquivos**

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano - PE

Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Acervo Digital do *Center for Research Libraries* - EUA

Arquivo Público de Pernambuco – PE

### **Bibliotecas**

Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Universidade Federal de Pernambuco

Biblioteca do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

## Bibliografia

ALMEIDA, Maria da Gloria Santana de. **Nordeste açucareiro: Desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Univ. Fed. Sergipe, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e O Homem do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense. 1973.

\_\_\_\_\_. **Geografia de Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1974.

\_\_\_\_\_. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife: Massangana. 1989.

\_\_\_\_\_. **Transição do Trabalho Escravos para o Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: 1850/1888**. In. Revista de Estudos Econômicos do IPE-USP. vol. 13, n. 01. São Paulo, pg. 71-83. 1983.

ANTONIL, André João, Pseudônimo de João Antônio Andreoni. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BARBOSA, Josué Humberto. **Um Êxodo Esquecido: O Porto do Recife e o Tráfico Interprovincial de Escravos no Brasil 1840-1871**. Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduação em História. Curitiba, 1995.

BARICKMAN, Bert J. **Um Contraponto Baiano. Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp. 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do rio grande do sul**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade; Rotinas e Rupturas do Escravismo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 1998.

\_\_\_\_\_. **Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849**. Rev. Brasileira de História. vol. 23, n.45, pg. 209-238, Julho. 2003.

CONRAD, Robert. **Últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888(os)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTINHO, Leopoldo Magno. **O conceito de bioma**. Acta Bot. Bras., São Paulo, v. 20,n.1,2006.Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-33062006000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062006000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 de Abril de 2007.

DE' CARLI, Gileno. **História de Uma Fotografia**. Recife: Cia. Ed. Pernambuco. 1985.

\_\_\_\_\_. **O processo histórico da usina de açúcar em Pernambuco**. Rio de Janeiro. Pongetti. 1942.

DIAZ-MIRANDA, Mariano. **Dilemmas in the brazilian sugar industry, 1850-1900: The obsession with exports and the failure of foreign investors in Pernambuco**. Ann arbor: Univ Microfilms Int, 1988.

EISEMBERG, Peter, **Modernização sem Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

FARIA, Sheila de Castro. **Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, trabalho e poder: O mundo dos engenhos no nordeste colonial**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1988.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 1996.

FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. **Time on the cross: The economics of american negro slavery**. London: Harper'S Magazine Press. 1974.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Ed. Global. 2004.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global. 2004.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global. 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

\_\_\_\_\_. **Vida social no brasil nos meados do século XIX**. Recife: Inst. Joaquim Nabuco Pesq. Soc. 1964.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília. 1963.

GALLIZA, Diana Soares de. **Declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888(o)**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB. 1979.

GANDAVO, Pedro de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil. História da Província Santa Cruz**. Belo Horizonte. Itatiaia. 1980.

GENOVESE, Eugene. **O mundo dos senhores de escravos**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1979.

\_\_\_\_\_. **A Terra prometida: O mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

GENOVESE, Eugene D. **A Economia política da escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GRYZ, Jaime. Palmares, **Cidade do Açúcar e dos poetas**. Revista Brasil Açucareiro. Vol. 78. Rio de Janeiro. Instituto do Açúcar e do Alcool. pg. 125-128. 1971.

GOULART, José Alípio. **Transportes nos Engenhos de Açúcar**. Rio de Janeiro: Taveiras. 1959.

GOUVEA, Fernando da Cruz. **O Partido liberal no império: O barão de vila bela e sua época**. Brasília: Senado Federal, 1986.

GRAHAM, Richard. **Escravidão e Desenvolvimento Econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no Século XIX**. Revista de Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas – USP. vol. 13 No. 01. pg 223-257. 1983.

GUERRA, Flávio. **Idos do velho açúcar**. Recife. Sociedade Auxiliadora de Agricultura. 1982.

IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo. Ed. Hucitec. 1978.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Cia. Ed. Pernambuco. 1978.

LEVINE, Robert. **A Velha Usina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial: Economia & sociedade**. São Paulo: Fund. Inst. Pesq. Econ, 1982.

MARSON, Izabel Andrade, **Império do progresso: A revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense. 1984.

MARX, Karl,; BORCHARDT, Julian. **O Capital**: Tomo I capítulo II. Edição resumida(o). 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MATTOSO, Kátia M. Q. Bahia Século XIX: **Uma Província no Império**. São Paulo. Ed. Nova Fronteira. 1992.

MICKELBERG, Rosely Maia. **ABS da Saúde: Erisipela**. <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?488>. Site acessado em 15/07/2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715**. São Paulo: 34. 1984.

\_\_\_\_\_. **O Nome e o sangue: Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Rubro veio: O imaginário da restauração pernambucana.** 2.ed. São Paulo: Topbooks. 1997.

\_\_\_\_\_. **Norte agrário e o império: 1871-1889.** 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: Influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.** 3. ed. Recife: Massangana, 1987.

MORENO FRAGINALS, Manuel. **O Engenho: Complexo socioeconômico açucareiro cubano.** São Paulo: Hucitec, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: Pontos de partida para uma revisão histórica.** 9. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817).** Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

PATRIOTA, Fernando. **A pequena produção mercantil no Nordeste: Séc. XIX. Notas sobre a indústria doméstica têxtil do sertão nordestino.** Saeculum: Revista de História – No. 2 (jul./dez. 1996) – João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB (167-184). 1996.

PERES, Gaspar. **A Indústria Assucareira de Pernambuco.** Gaspar Peres, Apollonio Peres. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife, CEPE. 1991.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

PERRUCCI, Gadiel. **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife – Outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora de Pernambuco.** Recife. CEPA.1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Historia econômica do Brasil.** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SAMPAIO, Yoni. **Capital e Terra na Economia Escravista do Agreste e do Sertão do Nordeste.** Revista do IAHGPE. No. 61. Recife. Ed. Livro Rápido, pg.77-98. 2005.

SLENES, Robert Wayne. **Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888(the).** Ann arbor: Univ Microfilms Int, 1976. 2 v. 1976.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

TOLLENARE, L.F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1978.

TOPLIN, Robert Brent. **The abolition od slavery in Brazil**. New York, N.Y. 1975.

TRIGO, Luciano. **Engenho e Memória: O Nordeste do Açúcar na obra de José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2002.

THORNTON, John. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier. 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VERGOLINO , Jose Raimundo. **A Economia de Pernambuco no Período 1850-1900: Uma Interpretação**. Clio. Revista de História do Departamento de História da UFPE. No. 14. Recife. Ed. da UFPE. 1993.

\_\_\_\_\_. **A Metamorfose da Indústria Açucareira em Pernambuco: Os primórdios da Formação do Arranjo Produtivo Local (APL)**. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. No. 61. Recife. Ed. Livro Rápido. pg- 187-220, 2005.

VERSIANI, Flávio. **Os Escravos Tinham Um Tratamento “Doce” No Brasil? Relendo Gilberto Freyre**. Seminário promovido pelo Departamento de Economia. 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Escravos que Saint-Hilare viu**. História Econômica e Economia de Empresas 3(1). Pg. 7-42, 2000.

VERSIANI, Flávio; VERGOLINO, José de O. **Propriedade de Escravos e Riqueza em Pernambuco, Brasil (Século XIX)**. Trabalho apresentado na seção “New Perspectives on Nineteenth-Century Brazilian Slavery”, no VI BRASA (Brazilian Studies Association) International Congress, Atlanta, Georgia, EUA, 4-6 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. **Tráfico e Traficantes: Comércio de Escravos no Recife, 1878**. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. No. 61. Recife. Ed. Livro Rápido. pg. 285-303, 2005.

